

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

RAPHAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA

**“Nova Burguesia Nacional” nos Governos Lula e Dilma?
Uma crítica às teses de Armando Boito Júnior (2003-2013)**

**VITÓRIA
2016**

RAPHAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA

“Nova burguesia nacional” nos governos Lula e Dilma? Uma crítica às teses de Armando Boito Júnior (2003-2013).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para o título de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr^a. Rogério Naques Faleiros.

**VITÓRIA
2016**

RAPHAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA

Uma nova burguesia nacional nos governos Lula e Dilma? Uma crítica às teses de Armando Boito Júnior (2003-2013).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para o título de Mestre em Política Social.

Aprovada em 5 de Dezembro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Vinicius Vieira Pereira

Univerisadade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Fabio Antonio de Campos

Universidade Estadual de Campinas

A todas e todos trabalhadores e à juventude deste país. Não
desistireis de sua luta.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa o final de uma trajetória de 8 anos consecutivos dentro da Universidade Federal do Espírito Santo, de 2009 a 2016, como estudante de graduação em Ciências Econômicas, mestrando em Política Social, e professor substituto do departamento de Economia.

Por isso, gostaria, inicialmente, de agradecer ao apoio fundamental de meus pais e meu irmão em relação a importância que deram à minha formação e aos estudos para a minha vida.

Aos meus professores de graduação e pós-graduação, em especial, ao meu Orientador, o Professor Rogério Naques Faleiros, a quem devo por toda compreensão e atenção de quase 6 anos. Agradecer ao professor Paulo Nakatani e Fabio Campos pelas contribuições na etapa de qualificação dessa dissertação, e para este último, também o aceite na participação na banca examinadora. À professora Neide Cesar Vargas com quem pude durante o ano de 2016 compartilhar sala de trabalho no departamento de economia, os conselhos acadêmicos e, principalmente, pessoais. Ao professor Vinicius Vieira Pereira pelo aceite de participação na banca examinadora deste trabalho.

Agradeço à fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo, FAPES, que sempre se mostrou disposta e confiante na minha pessoa e no meu projeto, concedendo-me toda a atenção e apoio necessário para que esse trabalho fosse concluído.

Aos meus amigos de toda uma vida que pela vivência contribuíram para que eu chegasse até aqui. Aos meus colegas da turma 2014 do Programa de Pós-Graduação em Política Social, essenciais desde o período das disciplinas até o momento de finalização desse trabalho, com toda convivência agradável e solidária no sentido acadêmico e pessoal. Ao meu caro amigo, um novo irmão, Rafael Barbieri Camatta, que também foi professor substituto no departamento de economia no mesmo período que eu, e com quem compartilhei bons momentos de diversão e vivência neste último ano, compartilhando as agruras e as muitas felicidades que a vida proporciona. Agradeço-lhe, também, por toda ajuda e solidariedade para com esse trabalho. À minha grande amiga Silvia Guido pelo compartilhamento das tensões e expectativas durante todo este processo e pela ajuda com softwares e formatações. À Carol pela atenção na revisão ortográfica e gramatical. Aos amigos de muitas

histórias pelo período que compreende os anos 2014-2015: Shanna Rangel, Hugo Tavares e Rayssa Bolelli.

For her... and she knows...

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise crítica as teses elaboradas por Armando Boito Júnior (2003-2013) sobre a nova burguesia nacional nos governos Lula e Dilma. No primeiro capítulo é realizada uma revisão bibliográfica dos textos em que o autor trata do tema. No segundo, pesquisa empírica de análise da composição acionária das empresas que constituem a nova burguesia nacional. Por fim, argumentação crítica com base nos autores que tratam do tema referente a financeirização, e no entendimento de elementos da formação histórica do país a partir de Caio Prado Júnior

Palavras Chave: Armando Boito Junior. Governos Lula e Dilma. Burguesia Nacional. Financeirização. Caio Prado Júnior.

ABSTRACT

The aim of this work is presents a critical analyze Armado Boito Junior's thesis about the development of a new national bourgeoisie during presidential governments of Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) and the first mandate of Dilma Rousef (2011 – 2014). First, presents a bibliographic review of the author's writes about the theme. In second, a research about the stockholder structure of the representative companies of the new national bourgeoisie. By the end, critic questions in basis of authors that treat financialization thematic, and by the understanding of questions about the historical formation of Brazil, according Caio Prado Júnior.

Key words: Armando Boito Júnior. Lula and Dilma's governments. National bourgeoisie. Financialization. Caio Prado Júnior.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - O mercado de ações ordinárias em mercados desenvolvidos e em desenvolvimentos	55
Tabela 2 - O Mercado das ações Preferenciais	56
Tabela 3- Classificação por setor econômico, subsetor e segmento, das empresas apresentadas nos textos de 2006 e 2012	62
Tabela 3- Classificação por setor econômico, subsetor e segmento, das empresas apresentadas nos textos de 2006 e 2012	63
Tabela 4 - Composição acionária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)	65
Tabela 5 - Composição acionária da USIMINAS S.A.	67
Tabela 6 - Composição acionária da Metalúrgica Gerdau S.A.	69
Tabela 7 - Composição Acionária VALE S.A.	72
Tabela 8 - Composição Acionária da Braskem S.A.	73
Tabela 9- Composição Acionária da Fibria S.A.	73
Tabela 10- Composição acionária da EMBRAER S.A.	76
Tabela 11- Composição acionária Eletrobras S.A.	78
Tabela 11- Composição acionária Eletrobras S.A.	79
Tabela 12 - Composição Acionária da CEMIG S.A.....	79
Tabela 13- Composição Acionária da CPFL ENERGIA S.A.	80
Tabela 14- Composição Acionária TRACTEBEL/ENGIE ENERGIA.....	81
Tabela 15- Composição Acionária da Petrobrás S.A.....	85
Tabela 16 - Composição Acionária AMBEV S.A.....	87
Tabela 17- Tabela 17: Composição Acionária da JBS S.A.....	88
Tabela 18- Composição Acionária Brazil Foods S.A.	89
Tabela 19- Composição Acionária da ITAÚ S.A.	92
Tabela 20 - Composição Acionária Bradesco S.A.	93
Tabela 21 - Quantidade média de recursos empresariais doados aos candidatos dos principais partidos em 2006 a partir dos setores das empresas (R\$).....	127
Tabela 22 - Distribuição por posição no governo em 2006	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Composição Acionárias (Privado X Público) das empresas do Subsetor Siderurgia (%).....	70
Gráfico 2– Área de Atuação das principais controladoras das empresas do Subsetor Siderurgia (%).....	71
Gráfico 3 - Nacionalidade em termos da Composição Acionária do Setor Materiais Básicos (%).....	74
Gráfico 4 - Composição Acionária (Privado x Público) das empresas do Setor Materiais Básicos (%)	75
Gráfico 5 - Área de atuação das principais acionistas do Setor Materiais Básicos (%)	75
Gráfico 6 - Nacionalidade em termos da Composição Acionária do setor Bens Industriais (%).....	77
Gráfico 7 – Composição Acionária (Privado x Público) do Setor Utilidade Pública (%)	82
Gráfico 8 - Área de atuação das principais controladoras das empresas do Setor Utilidade Pública (%).....	83
Gráfico 9- Área de atuação das principais acionistas do Setor Utilidade Pública (%)	84
Gráfico 10- Área de atuação das principais controladoras das empresas do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis.	86
Gráfico 11- Área de atuação das controladoras da empresa do Subsetor Alimentos Processados (%)	89
Gráfico 12– Nacionalidade e Composição Acionária das empresas do Setor Consumo Não Cíclico (%).....	90
Gráfico 13– Área de atuação das principais controladoras das empresas do Setor Consumo Não Cíclico (%).....	91
Gráfico 14- Área de atuação das principais controladoras das empresas do Setor Financeiro (%)	93
Gráfico 15- Propriedade Nacional x Estrangeira por setor analisado (%)	95
Gráfico 16 - Propriedade Nacional x Estrangeira todos os setores conjuntamente (%)	95

Gráfico 17– Propriedade Privada x Pública por setor analisado (%)	96
Gráfico 18– Propriedade Privada x Pública todos os setores conjuntamente (%)	97
Gráfico 19 – Área de atuação das controladoras por setor analisado (%)	98
Gráfico 20– Área de atuação das empresas analisadas conjuntamente (%).....	99

LISTA DE QUADROS EXPLICATIVOS

Quadro Explicativo 1 - Mensuração da participação nas ações ordinárias por setor (%), subsetor e segmento, a partir dos três parâmetros de análise: setor com uma empresa.....	58
Quadro Explicativo 2 - Mensuração da participação nas ações ordinárias por setor (%), subsetor e segmento, a partir dos três parâmetros de análise: setor com duas empresas.....	59
Quadro Explicativo 3 - Mensuração da participação nas ações ordinárias por setor (%), subsetor e segmento, a partir dos três parâmetros de análise – setor com 2 subsetores (3 empresas)	60
Quadro Explicativo 4 - Mensuração da participação nas ações ordinárias por setor (%), subsetor e segmento, a partir dos três parâmetros de análise – 2 subsetores em conjunto (3 empresas)	61
Quadro Explicativo 5 – Mensuração da participação nas ações ordinárias por setor, subsetor e segmento (%), a partir dos três parâmetros de análise – 3 setores conjuntos	61

LISTA DE SIGLAS

AGC Andrade Gutierrez Construtora
BANESPA Banco do Estado de São Paulo
BM&F-BOVESPA Bolsa de Mercadorias e Futuros-Bolsa de Valores do Estado de São Paulo.
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações
Bradespar S.A. Bradesco Participações
CEMIG Companhia Energética de Minas Gerais.
CESP Companhia Energética de São Paulo.
CFI Capital Financeiro Internacional
COPEL: Companhia Energética do Sul
CPFL ENERGIA: Companhia Paulista de Força e Luz
CSN: Companhia Siderúrgica Nacional.
CST: Companhia Siderúrgica de Tubarão
ELETROBRÁS: Centrais Elétricas Brasileiras
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
FUNCEF: Fundo dos Economistas Federais
GBB: Grande Burguesia Brasileira
GBC: Grande Burguesia Compradora
GBI: Grande Burguesia Interna
ITA: Instituto Tecnológico Aeronáutica
JK: Juscelino Kubitschek
NYSE: New York Stock Exchange
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PDT: Partido Democrático Trabalhista.
PETROS: Fundo de Pensão dos Funcionários da Petrobras
PGT: Partido Geral dos Trabalhadores
PHS: Partido Humanista Social

PL: Partido Liberal
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN: Partido da Mobilização Nacional
PND: Plano Nacional de Desestatização
PP: Partido Progressista
PPS: Partido Popular Socialista
PREVI: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSC: Partido Social Cristão
PSD: Partido Social Democrata
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PSL: Partido Social Liberal
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PTC: Partido Trabalhista Cristão
PV: Partido Verde
S.A: Sociedade Anônima
SISTEL: Fundo Sistel de Segurida Social
CVRD: Companhia Vale do Rio Doce
SP: São Paulo
UNICAMP: Universidade de Campinas
USIMINAS: Usinas de Minas Gerais
USP: Universidade de São Paulo
VALEPAR: Vale Participações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 POLÍTICA E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL DOS ANOS 2000: BURGUESIA E BLOCO NO PODER EM UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA	25
1.1 PRIMEIRO GOVERNO LULA: A HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO.	29
1.2 NEODESENVOLVIMENTISMO E O BLOCO NO PODER: A GRANDE BURGUESIA INTERNA E A BURGUESIA COMPRADORA.....	37
2 NACIONALIDADE, PROPRIEDADE E ÁREA DE ATUAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS REPRESENTANTES DA NOVA BURGUESIA NACIONAL E DE SUAS CONTROLADORAS	50
2.1 PROPRIEDADE E NACIONALIDADE: ELEMENTOS CONCEITUAIS	51
2.1.1 Empresas de capital aberto e fechado	52
2.1.2 Ações: Ordinárias e Preferenciais	53
2.1.3 A Composição Acionária.....	56
2.1.4 A Metodologia de Análise.	57
2.2 ANÁLISE DAS EMPRESAS.....	62
2.2.1 Setor Materiais Básicos	64
2.2.2 Setor Bens Industriais	76
2.2.3 Setor Utilidade Pública.....	77
2.2.4 Setor Petróleo, gás e biocombustíveis	84
2.2.5 Setor de consumo não cíclico	86
2.2.6 Setor Financeiro	91
2.3 VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE DO AUTOR: UMA ANÁLISE DA NOVA BURGUESIA NACIONAL/INTERNA	94
2.4 A RELAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS.....	100
3 UMA “NOVA BURGUESIA NACIONAL” EM PLENA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA?	104
3.1 UMA BURGUESIA NACIONAL EM PLENA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA?.....	105
3.2 A PROBLEMÁTICA DA NOVA BURGUESIA NACIONAL A PARTIR DE CAIO PRADO JÚNIOR	112
3.2.1 O caráter nacional e o sentido da colonização	112
3.2.2 O caráter privado: o capitalismo burocrático de estado	116

3.2.3	A área de atuação.....	120
3.2.4	A questão política: Uma burguesia nacional progressista?	122
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERENCIAS	133

INTRODUÇÃO

O tema que relaciona as classes sociais e o poder político esteve presente na história brasileira, principalmente, entre os anos de 1930-1980, conhecido na literatura como período desenvolvimentista. Constitui uma discussão importante no âmbito do marxismo pois a partir de um determinado diagnóstico teórico sobre a realidade concreta da situação econômica, política e social de um país, interfere-se sobre as estratégias políticas a serem adotadas pelos partidos progressistas e de esquerda no que tange os seus objetivos e suas bandeiras históricas. Naquele momento, esses debates estiveram bastante circunscritos ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pensadores vinculados à ciência política, à economia, à história, à sociologia, nas análises sobre a realidade econômica, política e social do país, e estratégias para a revolução brasileira. Após o golpe militar de 1º de abril 1964, alguns autores permaneceram nesse debate, com perspectiva crítica ou não, em referência aquilo que fora concebido pelo PCB no período anterior. Após uma época de ostracismo teórico, no que se refere às discussões sobre o desenvolvimentismo, a intervenção do Estado na economia e a própria perda de influência da abordagem marxista nas interpretações sobre as questões econômicas, sociais e políticas, que compreendem às décadas de 1980, 1990 e os anos 2000, representam um período de muitas mudanças no contexto econômico, político e social em escala mundial e, também, no Brasil. Tratando das especificidades deste país, o período demarca a vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República, repercutindo de forma incisiva na organização do país nos três eixos inicialmente apontados. Esse fato não ficará limitado à realidade prática, material, que o contexto mencionado está inserido, mas, também, teve efeito e respaldo na intelectualidade brasileira, em especial, no campo de esquerda, em diversas áreas das ciências sociais, desde a economia até a ciência política. Essas discussões estarão postos na temática do chamado novo (neo) desenvolvimentismo.

O elemento norteador das teses de alguns desses autores, dar-se-á pela busca de caracterização e diferenciação dos governos Lula e Dilma em relação aos governos Fernando Henrique Cardoso (doravante FHC). Atribuem aos primeiros, a denominação de governos neodesenvolvimentistas. Essa atribuição tem por origem a identificação cronológica e factual da retomada das discussões acerca do desenvolvimentismo brasileiro, tanto no que se refere à política econômica, quanto às

formas de arranjos políticos que tem por finalidade a sustentação política e social dos governos em associação a este tipo de política econômica. O entendimento, também, é de que os fatores que permitiram à vitória a esses mandatos presidenciais a partir de 2003, têm correlações com as características do referido passado histórico (o antigo período desenvolvimentista) com considerados ajustes em decorrência dos efeitos da própria história e do tempo sobre a realidade concreta do país.

Um dos principais expoentes dessa discussão no campo do marxismo, autor de referência deste trabalho, é o Cientista Política e professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Armando Boito Junior. Atuante tanto no âmbito acadêmico quanto político, com vinculação a diversos movimentos sociais e sindicais, o referido autor trata em suas pesquisas questões que se referem à dinâmica das classes sociais e do poder político no Brasil dos anos 2000. Escreveu durante o período que compreende os anos de 2003 a 2013 uma série de textos em que tem por objetivo analisar as relações entre os governos Lula e Dilma com as frações de classe, em especial, àquelas que compõem a chamada frente neodesenvolvimentista. Nesta frente o autor identifica e torna, de forma gradativa, objeto de sua pesquisa a existência da chamada nova burguesia nacional.

Esta nova burguesia, segundo o autor, seria diferenciada em relação à chamada antiga burguesia nacional das discussões passadas sobre o tema, mas que, também, teria atuação fundamental na determinação da política econômica e na viabilidade do governo neodesenvolvimentista no contexto atual. Tratando-se de uma análise das frações das classes sociais, em termos da burguesia, busca diferenciar a nova burguesia nacional do chamado capital financeiro internacional, que seria a fração de classe hegemônica durante os governos FHC. A nova burguesia nacional, dessa forma, seria representada por empresas que compõem o setor produtivo, em contraposição as vinculadas ao capital financeiro internacional, que reúne, basicamente, os grandes conglomerados liderados pelas empresas financeiras. Na mesma ordem, teríamos uma contraposição em termos da própria propriedade das empresas, sendo as primeiras caracterizadas pela nacionalidade brasileira e com forte participação do setor público, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (doravante BNDES), e dos fundos de pensão, na composição de seus capitais, enquanto as representantes do capital financeiro internacional, constituir-se-iam, basicamente, de filiais brasileiras de empresas com matrizes estrangeiras. Por essa diferenciação, efetivaria na condução da política econômica,

essa nova burguesia nacional, a qual estaria disposta a se associar em frentes políticas com setores os quais têm interesses antagônicos, atuando em defesa de seus interesses e de sua posição no chamado bloco no poder. Além disso, teriam relevância política como integrante da frente neodesenvolvimentista.

Neste trabalho, entende-se que a relevância teórica se encontra com a relevância política e social. Como já foi mencionado, a interpretação dos fenômenos econômicos, políticos e sociais, incidem sobre as estratégias políticas, dos mais variados espectros ideológicos. Para esta dissertação o importante é fazer essa associação a partir de uma visão progressista de esquerda. Posto isso, entende-se que a interpretação teórica dos fatos decorridos das eleições de 2002 até 2013, encontra respaldo na própria realidade do período e na ação política dos integrantes da frente neodesenvolvimentista, em especial, no que se refere ao Partido dos Trabalhadores, instituição política que lidera este processo e que detém a Presidência da República durante o período.

Seguindo um viés teórico-político isso se realiza pela própria amplitude que os escritos do autor referência têm tanto no âmbito político, quanto social. Nota-se que o autor referência possui importantes informações sobre os setores de base dos governos do PT, sindicatos e movimentos sociais com intensa participação enquanto palestrante sobre conjuntura e estratégia política, assim como no âmbito acadêmico, seja através da aprovação de seus escritos em variados periódicos da área das ciências humanas e sociais, assim como encontros e congressos. A aproximação com o autor, não necessariamente com o tema, inclusive ocorre em duas ocasiões no mesmo ano de 2014: em leitura do texto “uma nova burguesia nacional no governo Lula?” (BOITO JUNIOR, 2012), para a disciplina Estado e Sociedade, no Mestrado em Política Social; e no XIX encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), em Florianópolis, que tinha como tema (Neo) desenvolvimentismo em questão, e que ocorreu em uma mesa de debate sobre o tema que contou com a participação do próprio Armando Boito Júnior, além de Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior e Marcelo Carcanholo.

Pelos acontecimentos recentes como o processo de impeachment e a reorganização política em processo na sociedade brasileira, que esvaziam de materialidade essa argumentação, apresenta-se como necessária a realização de um estudo que se fundamenta por propor uma crítica ao discurso que buscava fundamentar àquela prática política e de governo, assim como apontar para reflexões

futuras acerca da reorganização organizativa e estratégica do campo político e social progressista e de esquerda.

Aqui, não se tem o objetivo de realizar uma discussão teórica sobre o conceito e a temática das classes sociais e do poder político. O que se propõe é realizar uma pesquisa que permita analisar criticamente as teses do autor de referência sobre o surgimento de uma nova burguesia nacional durante os governos Lula e Dilma.

Por isso, no primeiro capítulo é realizada a revisão bibliográfica do autor referência, Armando Boito Júnior, a fim de apresentar a trajetória de sua pesquisa durante os anos de 2003 a 2013, em que consiste o desenvolvimento de suas teses e elaboração de artigos que o localizam na temática das classes sociais e do poder político, a partir da discussão sobre o neodesenvolvimentismo. Essa apresentação foi feita distinguindo dois períodos de elaboração do autor: o primeiro, localiza-se entre os anos de 2003 e 2006, em que o objeto de análise é o primeiro mandato Lula, onde o autor identifica uma certa hegemonia neoliberal no âmbito da política econômica do governo Lula; o segundo perpassa o período entre 2007 e 2013, que compreende o segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma, em que o autor identifica a consolidação da nova burguesia nacional.

O capítulo 2 se propõe, inicialmente, a apresentar os conceitos que são importantes para se realizar a pesquisa do tipo de propriedade das empresa que constituem a nova burguesia nacional. Após, é feita a análise individual da estrutura acionária de cada empresa, visando caracterizar as empresas representantes da nova burguesia nacional pelos mesmos parâmetros utilizados por Armando Boito Júnior, que são: a partir do tipo de capital em termos da nacionalidade (nacional ou estrangeira), pela natureza da propriedade (pública ou privada), e pela área de atuação das controladoras (vinculada à área de atuação da controlada ou não).

Identificada a trajetória teórica e os pressupostos aos quais o autor fundamenta os seus escritos e a categoria nova burguesia nacional, no capítulo 1, e o caráter nacional, privado e sem vinculação direta entre a área de atuação das empresas controladoras e da controlada, no capítulo 2. No terceiro e último capítulo, a argumentação volta-se à apresentação das críticas sobre o que foi apresentado nos capítulos anteriores. Dividido em duas partes, o capítulo, inicialmente, propõe-se a partir dos entendimentos de François Chesnais e dos autores correlatos, sobre o atual padrão de acumulação do sistema capitalista, a mundialização financeira, a amostra de que forma os processos decorrentes desse momento histórico afetam, em escala

mundial, a forma de organização e atuação das empresas. E em seguida a partir de Caio Prado Júnior, questionando a nova burguesia nacional pelo seu sentido nacional, privado, pela área de atuação, e principalmente pela atuação política dessa burguesia, buscando na história os elementos que permitem uma compreensão crítica dos fatos presentes.

O objetivo desta dissertação é analisar criticamente as teses elaboradas por Armando Boito Júnior sobre o surgimento de uma nova burguesia nacional durante os dois governos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o primeiro mandato de Dilma Roussef (2011-2014). Os objetivos específicos propostos foram: fazer uma revisão bibliográfica dos escritos do autor sobre o tema, a fim de identificar de que forma desenvolve o seu pensamento, quem são as/os representantes da nova burguesia nacional e que parâmetros teóricos utiliza para definir essa categoria; realizar uma pesquisa sobre a estrutura acionária das empresas representantes da nova burguesia nacional, tratando-as por setor, e em conjunto, a fim de identificar a nacionalidade, o caráter público ou privado e a área de atuação das controladoras dessas empresas; considerando os elementos encontrados na revisão bibliográfica e na pesquisa acerca da estrutura acionária, busca levantar questões críticas às teses do autor, e que para tanto, o horizonte teórico que demarca essa crítica advém dos escritos de autores como François Chesnais e outros, acerca do entendimento sobre o atual estado de desenvolvimento do capitalismo, a chamada financeirização e, também, Caio Prado Júnior, acerca do entendimento deste autor em relação ao sentido da colonização do país, os impactos desse processo na formação social, política e econômica do país, que evidencia os traços daquela condição colonial ao longo da história brasileira. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica e pesquisa empírica através de *homepages* de instituições como a BM&F-BOVESPA,

que divulga as informações sobre a composição acionária das empresas que ali operam, e os *homepages* das próprias empresas que constituem a nova burguesia nacional, para a obtenção das informações da estrutura acionária da propriedade e do controle dessas empresas. Ao ser realizada a revisão bibliográfica nos 7 artigos de Armando Boito Júnior que tratam sobre a temática das classes sociais e do poder político durante os anos de 2003 a 2013, identificou-se que o ponto de partida em que o autor fundamenta o seu pensamento se dá através da tentativa de distinção do governo Lula para o governo de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), através da identificação da constituição de uma nova frente de sustentação política do governo, a chamada frente neodesenvolvimentista e pela importante função que terá a nova burguesia nacional nessa frente. A atuação e a conformação dessa nova burguesia em termos das estruturas de poder, o chamado bloco no poder, conformar-se-ia pelas evidências de associação dessa fração de classe, as candidaturas representadas pelo partido dos trabalhadores durante o período mencionado e através da política econômica adotada por esses governos. Isso também se traduziria na própria diferenciação, em termos das frações da burguesia e do poder político, em que para o autor, a nova burguesia nacional estaria associada à frente neodesenvolvimentista, a partir das empresas associadas ao setor industrial e ao agronegócio, constituídos pelo capital de caráter nacional e do setor público, com a participação do BNDES e dos fundos de pensão. Identificado os pressupostos do autor, a pesquisa direcionou-se em analisar criticamente de que forma essa tese se evidencia de forma concreta, inicialmente através do exame da estrutura acionária dessas empresas, visando identificar o perfil nacional ou estrangeiro, público ou privado e a área de atuação a qual as controladoras estão vinculadas. Quando analisada de forma conjunta, as empresas que constituem a chamada nova burguesia nacional apresentam com base nos parâmetros apontados, capital de tipo majoritariamente nacional privado e que as empresas controladoras das empresas, em evidente maioria, não possuem associação direta à área de atuação da empresa controlada. Além disso, verificou-se a consistente participação das ações em livre circulação de mercado, as chamadas *free float* (no texto também mencionada como outros), e que não estão em propriedade dos investidores institucionais, limitando ainda mais o escopo de definição dessas empresas pelos parâmetros adotados. Dessa forma, entendeu-se que esses apontamentos apresentados pela revisão bibliográfica do autor referência e pela pesquisa sobre a estrutura acionária das

empresas que compõem a nova burguesia nacional, são passíveis de serem associadas criticamente aos estudos elaborados por autores que se dedicam às teses da financeirização e, também, ao pensador brasileiro Caio Prado Júnior. Para o primeiro caso, buscou-se identificar de que forma esse processo altera a dinâmica da estrutura acionária e a estratégia de investimento das empresas internacionalmente, assim como o desenvolvimento de novas instituições financeiras e das novas práticas de atuação de outras já então existentes, como os fundos de pensão, que passam a se caracterizar como investidores institucionais. Quanto a Prado Júnior, direcionaram-se as críticas, as quais se sustentaram nas evidências históricas, que apontam para um ceticismo acerca do caráter nacional, da distinção entre público e privado e, principalmente, da possibilidade de atritos do ponto de vista político entre as frações da burguesia no país. Além disso, concluiu-se com destaque às consequências políticas e sociais do país, que esse tipo de concepção de existência de uma burguesia nacional que se contrapõe à outra fração da burguesia no país pode causar.

1 POLÍTICA E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL DOS ANOS 2000: BURGUESIA E BLOCO NO PODER EM UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas ideias que perpassam o desenvolvimento de uma série de textos enquadrados em dois projetos de pesquisa elaborados pelo Cientista Político Armando Boito Júnior. Esses projetos tratam, em especial, da temática das classes proprietárias no Brasil com base nas questões que tangenciam as discussões sobre o Estado, as classes sociais e o sistema político brasileiro, durante os anos 1990, e mais especificamente as duas primeiras décadas do século XXI, no período vigente dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef (2003-2013).

Armando Boito Júnior é formado em Ciências Sociais com mestrado em Ciência Política (ambos pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, em 1974 e 1976 respectivamente) e doutorado em Sociologia (Universidade de São Paulo, USP, 1989). Atualmente é professor titular de ciência política na UNICAMP, sendo bastante conhecido por suas produções acerca do movimento sindical brasileiro. Iniciou nos anos 2000 uma nova agenda de pesquisa, a qual fora formalizada a partir dos títulos: "Burguesia interna e bloco no poder no Brasil" (2010-) e "Política e classes sociais no capitalismo neoliberal" (2010-2014). Possui participação e influência dentro do movimento sindical e dos partidos políticos, e busca através de sua produção acadêmica não apenas propor debates, em termos de um espaço voltado para o âmbito científico, mas, também, com o sentido de vocalizar os seus resultados em torno de ações políticas de determinados agentes políticos e organizações sociais.

O tema que o autor se propõe a discutir está associado a dinâmica das classes sociais em determinado período histórico de desenvolvimento do capitalismo. Nesse caso, a questão gira em torno da classe burguesa no capitalismo, especificamente, no Brasil dos anos 2000.

Sob a influência teórica de Nicos Poulantzas, nesses textos faz uso de dois conceitos que baseiam a sua análise: bloco no poder e burguesia interna.

A ideia é de que a partir dos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva, uma fração da classe burguesa, intitulada Grande Burguesia Interna¹, teria conquistado um maior espaço dentro das posições institucionais do Estado, e nesse sentido, terem atendidos

¹ Quando não for referenciada por extenso, essa categoria será apresentada, ao longo do texto, pela sigla GBI.

os seus interesses em termos de política econômica. O objetivo é justamente tentar delimitar essa fração, em termos da categoria utilizada por Poulantzas, e associar as políticas econômicas do período com o projeto de desenvolvimento elaborado e encampado politicamente por essa fração, que é chamado por neodesenvolvimentismo².

Em termos da trajetória proposta a ser estudada, pode-se citar sete (7) textos, que são os mesmos a serem trabalhados nesse capítulo: 1) A hegemonia neoliberal no governo Lula (2003); 2) As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil (2006a); 3) A burguesia no governo Lula (2006b); 4) Estado e burguesia no capitalismo neoliberal (2007); 5) Governos Lula: A nova burguesia nacional no poder (2012); 6) As bases políticas do neodesenvolvimentismo (2012); 7) Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa (2013)³.

Nesse primeiro momento apresentaremos a linha de pensamento do autor em associação com sua evolução teórica e argumentação, as quais decorrem ao longo dos textos, tendo como texto principal o que possui por título: A nova burguesia nacional no poder (2012).

Ao se propor realizar uma pesquisa com base em outro texto, um dos pontos importantes é o de identificação de sua fonte teórica. No caso de Armando Boito Júnior, ele apresenta Poulantzas, “Poder político e classes sociais” (1977) e “Classes sociais no capitalismo de hoje” (1978), como principais obras de referência dos conceitos que utiliza em sua análise: bloco no poder e burguesia interna. No entanto, o objetivo desta dissertação não é fazer um debate do ponto de vista teórico com o autor e em relação às categorias que este utiliza, mas sim uma complementação/análise empírica de sua hipótese. Ressalta-se, portanto, que a apresentação das categorias a partir de Poulantzas não será tratada, admitindo as preposições do próprio autor referência desse trabalho, Armando Boito Júnior, na sua

² Uma primeira pesquisa acerca do que os economistas chamam de novo-desenvolvimentismo foi realizada durante o trabalho de conclusão de curso em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo com o título “Do antigo ao novo-desenvolvimentismo: aspectos históricos e críticos à ideologia do desenvolvimento no Brasil” (2014a) e que resultou em artigo apresentado no 9º Encontro Nacional e 2º Encontro Internacional de Política Social (2014b), com o título: “O retorno a utopia da revolução e da burguesia nacional: aspectos críticos ao Novo-Desenvolvimentismo a partir de Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior”. Ambos estão referenciados ao final deste texto.

³ Mais informações sobre os textos ver o curriculum do autor na plataforma lattes, disponível, e também no portal da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Os links de acesso estão referenciados ao final deste texto.

utilização. Nesse sentido cabe apenas aqui fazer breves apresentações dessas categorias, ou seja, Bloco no Poder e Burguesia Interna.

Entende-se por bloco no poder uma categoria que expressa, em um determinado período histórico, a posição ocupada pelas classes sociais ou frações dessas classes dentro do espaço do poder político (ou seja, para o caso brasileiro, do governo e do Estado), tendo como referência a relação entre esse espaço e a orientação da política econômica desempenhada nesse período. No caso, a percepção de classe ou fração hegemônica no bloco de poder pode ocorrer pela relação entre as ações econômicas de um governo em associação com as reivindicações de determinada classe ou de sua fração. Por isso, o bloco no poder não se configura como a expressão apenas de uma classe ou fração, mas sim uma unidade contraditória dessas, em que as aspirações de um de seus ocupantes, isto é, a fração hegemônica, é a que prevalece. Mais adiante será explicada, em termos históricos e teóricos, a formação desse bloco no período que circunscreve os objetivos deste trabalho, assim como os representantes dessa fração hegemônica, para o caso brasileiro.

O conceito de burguesia interna, primeiramente, permite pensar que existe uma “outra burguesia”, a “não interna”. Assim, pode-se compreender que o autor trabalha tendo como base a perspectiva que se refere às frações de classe. Uma segunda questão sobre o conceito que é importante de ser pontuada seria a sua concepção teórica. No tocante, a chamada burguesia interna, dentro de um contexto de mudanças no padrão de acumulação capitalista, constituir-se-ia de uma fração da classe burguesa que não sucumbiu diretamente à fase neoliberal, e apresentou resistência, em certo sentido, a partir de seu suposto “caráter nacionalista” no âmbito da participação em mercados internos e externos. Seria uma fração que não teria mais as características relacionadas aos aspectos do que se chama por período nacional-desenvolvimentista no Brasil, ou seja, possível de adotar posições anti-imperialistas. Mas, também, não se associaria a este por completo. Seria, portanto, uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional e a chamada velha burguesia compradora, essa última associada ao chamado Capital Financeiro Internacional (CFI).

No âmbito da chamada Grande Burguesia Compradora (GBC), essa fração seria composta pelo setor financeiro e as empresas beneficiadas com os efeitos da abertura comercial. O capital financeiro internacional reuniria os grandes

conglomerados empresariais, ou seja, os bancos, as indústrias e as grandes empresas de serviços. Embora em alguns textos, direcione os grandes bancos privados nacionais como membros aliados do capital financeiro internacional, e em outros como parte da frente neodesenvolvimentista, é importante ressaltar que o tratamento da questão, ao longo dos textos, é permeado de ambiguidades, o que reforça à necessidade de uma investigação mais ampla da composição dessas classes, como é a proposta desse trabalho.

Após essa breve introdução sobre as categorias que o autor se baseia, é possível retomar o apontamento sobre a forma como isso é delimitado no plano concreto e histórico.

O que se pode dizer é que, se existe dentro do bloco no poder uma “grande burguesia” que seria hegemônica, isso quer dizer também que existe outra burguesia que ocupa uma posição secundária. Uma forma de se aproximar da resolução dessa questão, após a breve explicação teórica, seria identificar de maneira clara os setores que compõem cada fração dessa classe burguesa. E é isso o que essa dissertação propõe. Isto é, apresentar a propriedade, a nacionalidade, e os setores que as várias empresas apresentadas estão imbricadas e relacionadas, definindo de forma precisa a composição da chamada grande burguesia interna (GBI), ou nova burguesia nacional.

Na visão dos textos que serão analisados, o principal representante da chamada grande burguesia interna seria o setor industrial, em especial, as empresas associadas à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (doravante, FIESP). Agregar-se-ia à composição dessa fração vários setores que supostamente teriam sofrido os efeitos de alguns componentes da política econômica neoliberal durante os anos 1990, como, por exemplo, as empresas ligadas a exportação de bens primários, assim como o agronegócio. O autor lista nominalmente as empresas que seriam aquelas denominadas "campeãs nacionais", isto é, grandes empresas com atuação no espaço econômico nacional e com forte expansão internacional durante o período analisado. Ressalta-se que, além disso, elas possuem apoio especial da política governamental, assim como as que contam com a participação acionária ou de incentivo do BNDES.

O objetivo que proponho neste trabalho de dissertação de mestrado é o de identificar o tipo de propriedade em termos da nacionalidade, do caráter público ou privado, e da área de atuação das proprietárias dessas empresas, e o capítulo 2 se

ocupará dessa função no sentido empírico. Isso se dará para oferecer uma ampliação dos esclarecimentos acerca dessa fração de classe, assim como subsidiará análises de conjuntura e estratégias de ação política. Antes, no capítulo 1, será feita a análise de toda a trajetória do autor referência na definição, na utilização de conceitos específicos e nas suas conclusões. Além disso, como derivado desse objetivo central, procurarei sugerir outras questões e debates suscetíveis a serem elaborados em trabalhos futuros, objetivo este do capítulo 3.

1.1 PRIMEIRO GOVERNO LULA: A HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO

O primeiro texto a ser analisado tem o nome “A hegemonia neoliberal no governo Lula”, e foi lançado no ano de 2003. O título expressa a opinião do autor e de muitos outros intelectuais que no momento tinham simpatia ou até mesmo eram militantes do Partido dos Trabalhadores (PT). A opinião desses estudiosos, representada em certa medida no texto, direciona-se em relação à desilusão com algumas decisões tomadas, desde as eleições de 2002 e os rumos que estavam seguindo o novo governo⁴.

O problema que o autor coloca corresponde à nova conjuntura política que se abria e as dificuldades que a esquerda e o campo progressista então sofriam. O governo Lula era identificado juntamente com a promoção da manutenção e aprofundamento de uma série de políticas econômicas associadas à chamada “herança neoliberal”. Como reflexo dessa ação, estaria o próprio apoio dos banqueiros, investidores do mercado financeiro e da própria imprensa ao governo Lula naquele momento.

O objetivo do texto de Armando Boito Júnior, localiza-se, portanto, nas razões as quais o novo governo aderiu aos principais eixos do neoliberalismo. Nas palavras do próprio autor, consiste em: “focalizar algumas das condições políticas e sociais que estão viabilizando a política continuísta de Lula” (BOITO JUNIOR, 2003, p. 3).

Essas discussões são fundamentadas, principalmente, na própria identificação de alguns setores sociais com o neoliberalismo. Destaca-se, por exemplo, a classe média e parte do campo político operário e popular. Aqui, não é considerada a própria burguesia, mesmo que esse modelo atenda prioritariamente ao que chama por

⁴ Uma obra importante nesse sentido é o livro de Marcos Arruda: Cartas a Lula: um outro Brasil é possível. A obra está referenciada ao final deste texto.

Grande Burguesia Brasileira (GBB), e “principalmente o seu setor bancário, o capital imperialista, particularmente o capital financeiro internacional” (BOITO JÚNIOR, 2003, p. 6).⁵

O autor aponta algumas questões iniciais que servirão de base para esse trabalho que são: (1) a existência de um arranjo de sustentação política de um determinado governo a partir de frações de determinadas classes sociais; (2) a relação entre a política econômica e a fração de classe beneficiária das ações, nesse sentido, a GBB⁶ que é uma fração da burguesia composta pelo setor bancário e o capital financeiro internacional. No tocante, Boito Júnior, salienta uma questão que será recorrente nos demais artigos feitos por ele: a separação entre o setor bancário e industrial, e o setor nacional e internacional, como forma de justificar a existência, e o suposto antagonismo, das frações da classe burguesa.

As principais contribuições do primeiro texto são o aparecimento das categorias que serão desenvolvidas à medida que a pesquisa vai avançando, a sua posição frente ao momento do governo Lula, isto é, quando identifica o capital financeiro como fração hegemônica incontestada no bloco no poder, e quando aborda os aspectos de continuidade da política econômica e a base de sustentação política e social que o neoliberalismo mantém.

O segundo texto tem o título “As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil” (2006a). Neste, torna-se nítida a evolução em termos do objetivo do autor, que agora tratará de encontrar aspectos explicativos acerca do comportamento das classes sociais durante o governo Lula, no sentido político. Além disso, procura-se, também, introduzir a ideia de que esse governo teria iniciado uma nova fase do neoliberalismo no Brasil, ocorrida de forma diferenciada em comparação com a dos anos da década de 1990. Esse estudo continua sendo, portanto, focado nas relações de classe e de poder no modelo capitalista neoliberal, ou melhor, as questões que se referem às classes e às frações de classe, mesmo que com uma inflexão em relação ao texto de 2003, que, por exemplo, aparece já na primeira página:

Nas discussões recentes sobre o governo Lula, tem havido muita insistência na ideia segundo a qual o novo governo manteve a mesma política

⁵ “Como já indicamos, o bloco no poder neoliberal organiza a hegemonia do conjunto da grande burguesia brasileira e do capital imperialista, mas prioriza, dentro desse campo, os interesses da fração bancária da grande burguesia brasileira e do capital financeiro internacional” (BOITO JÚNIOR, 2003, p. 12).

⁶ Este conceito mudará ao longo dos textos do autor.

econômica herdada de Fernando Henrique Cardoso. Tal insistência tem obscurecido o fato de que o neoliberalismo brasileiro entrou numa nova fase, que corresponde a importantes ajustes nas relações de classe e de poder típicas do conjunto do período neoliberal (BOITO JÚNIOR, 2006a, p. 1).

Neste momento, o autor mostra algumas ideias para que o leitor conheça os aspectos inseridos nas relações de classe no conjunto do período neoliberal e das novidades da fase atual para os movimentos democráticos e populares. Assim, a tentativa é de fazer com que seus interlocutores pensem em estratégias políticas adequadas para o período.

Retomando a discussão sobre as frações de classe, mais precisamente, em relação à burguesia e o bloco no poder, o pesquisador continua a mencionar sobre a hegemonia do chamado Grande Capital Financeiro. Isso é feito, a partir da associação entre a essência da política econômica e os beneficiários de sua execução. Porém, introduz que essa fração não é a única dentro do bloco no poder, pois ela se encontra permanentemente “articulando e subordinando os interesses das demais frações burguesas aos interesses das finanças” (BOITO JÚNIOR, 2006a, p. 2).⁷

Pela primeira vez o autor aponta que a hegemonia de uma fração burguesa, o capital financeiro, estaria condicionada à articulação, ou à subordinação das outras frações burguesas. Movimento esse iniciado com uma nova política econômica e uma nova organização do bloco no poder a partir de 1999, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). O ocorrido fora resultado da pressão da Grande Burguesia Interna (GBI), em especial, pelos aspectos da conjuntura econômica do período.

A partir do exposto, estaria configurado um novo arranjo do bloco no poder, consistindo em maior unidade em torno do neoliberalismo, tanto por parte do Capital Financeiro, quanto por parte da GBI, o qual promoveu maior integração e moderação dos conflitos existentes entre as duas frações.

Identificam-se outras três (3) questões importantes que são construtos de uma política neoliberal: 1) a desregulamentação do trabalho e das políticas sociais; 2) as privatizações; 3) as prioridades da fração hegemônica. E é justamente na terceira

⁷ Em outros textos, o autor complementa esse pensamento à medida que analisa alguns fatos que ocorreram durante os anos 1990 e até o início do segundo mandato FHC, constatando uma dicotomia entre os representantes do grande capital industrial – chamados de neoliberais moderados – e do grande capital bancário – neoliberais extremados. E, no governo Lula, uma aproximação desses setores, em especial, a partir da retórica da produção em contraposição a especulação.

questão apontada que se encontram as possíveis divergências e as principais mudanças no bloco no poder a partir de 1999.

Outra novidade deste texto, em relação ao de 2003, é a posição da FIESP enquanto principal organismo corporativo do chamado Grande Capital Industrial. Demonstra, a partir do texto, as relações complexas e as oscilações políticas dessa fração em relação ao neoliberalismo. E dessa forma, entende que a Grande Burguesia Industrial teria a atitude de apoiar, de maneira mais permanente, a política social, mas não a política econômica do neoliberalismo (BOITO JUNIOR, 2006a).

A candidatura de Lula, no sentido das suas relações com a classe burguesa e o bloco no poder, buscou o que o autor chama de “um meio termo”, ou seja, buscou propiciar um espaço “mais confortável” para a indústria no modelo neoliberal⁸. Movimento esse representado pela nova política para a indústria de exportação, a chamada política de “caça aos dólares”. Assim o setor agrícola, a indústria de mineração, papel/celulose, alimentos, começaria a ter uma posição melhor dentro do bloco no poder diante ao capital financeiro, pois esse último “quer que o Brasil obtenha divisas para continuar pagando os juros da dívida pública” (BOITO JÚNIOR, 2006a, p. 8). De forma a ser possível de apresentar essa questão pelo fato que

Temos, hoje, uma aliança entre, de um lado, um setor politicamente subordinado, integrado pela burguesia industrial voltada para exportação e pela monocultura de exportação e de outro um setor politicamente hegemônico integrado pelo grande capital financeiro interno e externo (BOITO JÚNIOR, 2006a, p. 9).

Encerrando a série de textos que abordam ao menos o período do primeiro governo Lula (2003-2006), o artigo que tem por título “A burguesia no Governo Lula” (2006b), completa o primeiro ciclo de aproximações com a temática dos projetos de pesquisa aos quais o autor dedicou-se ao longo dos anos 2003-2012. Tal texto apresenta posições mais definidas, e um maior aperfeiçoamento das categorias e conceitos que dão base para sua argumentação.

O artigo se inicia com o destaque da preocupação que o autor possui sobre a maneira com que outras análises vêm sendo desenvolvidas sobre o objeto que é também seu tema de pesquisa. Neste ponto, o enfoque dar-se-á no debate sobre as

⁸ “Todos esses pontos visavam introduzir uma cunha no interior do bloco no poder, mostrando a grande burguesia industrial interna que ela tinha porque apoiar a candidatura Lula” (BOITO JÚNIOR, 2006a, p. 6).

relações da burguesia com o governo Lula, especificamente, nas relações diferenciadas do governo com as frações da burguesia brasileira e internacional. Isso posto, novamente dá atenção a identificação de quais interesses de uma ou outra fração são priorizados, ou não, pela política econômica governamental. A hipótese do artigo relaciona-se à ideia de que o governo Lula “alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia ao melhorar a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder” (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 238).

A partir do trecho salientado anteriormente, pode-se indicar uma diferença de concepção acerca das posições das frações da burguesia no interior do bloco no poder em relação aos dois textos anteriores. No texto de 2003 o autor aponta para uma incontestada hegemonia do Capital Financeiro, e no texto de 2006a volta sua análise para a busca da Grande Burguesia Interna, ou industrial, por uma melhor posição dentro do bloco no poder. Neste texto, o autor define que o governo Lula foi o responsável pela melhoria dessa posição, e essa argumentação seria legítima a partir da política econômica, em especial, a política voltada para a exportação, já mencionada nos textos de 2003 e 2006a.

Após alguns pontos da introdução, Boito Júnior dá centralidade para uma breve explicação dos conceitos de bloco no poder e frações burguesas. O Bloco no poder está relacionado a uma unidade contraditória entre as frações burguesas, conforme apresentado no texto anterior (2006a), em que a grande burguesia industrial e o grande capital financeiro buscam uma maior articulação ou redução de suas diferenças políticas. O autor explica que essa unidade é contraditória, pois os capitalistas

[...] estão distribuídos, de acordo com a posição particular que ocupam no processo de produção num momento e num país determinados, em setores economicamente diferenciados que poderão se constituir em frações de classe perseguindo interesses específicos (BOITO JÚNIOR, 2006, p. 240).

O autor aponta para três (3) elementos que seriam potenciais no sentido da divisão da classe burguesa em frações: 1) as fases do ciclo de reprodução do capital (divisão entre capital dinheiro, produtivo, comercial); 2) o tamanho (grande, médio, capital monopolista); 3) as relações da empresa com a economia internacional e a origem do capital. O primeiro e o terceiro ponto são fundamentais para este trabalho, pois consistem nos objetivos da análise que é proposta (sobre a divisão entre setores

e a origem do capital das grandes empresas mostradas pelo autor). Por isso, serão reiterados mais adiante - embora o próprio Armando Boito Júnior retoma nos textos seguintes essa divisão dentro da classe burguesa. Dentro da estrutura de Estado, ou do bloco no poder, pode-se visualizar uma dominação de classe e a hegemonia que exerce uma fração dessa classe, no sentido que, é dessa forma que se estrutura os “interesses gerais da burguesia priorizando, ao mesmo tempo, os interesses específicos de uma determinada fração burguesa frente aos interesses das demais frações” (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 240).

Após a breve explicação sobre os conceitos bloco no poder e frações de classe, retoma-se a discussão acerca dos três pontos que configuram o período neoliberal e que poderiam propiciar conflitos entre as frações burguesas. Como já dito, a política social e de trabalho neoliberal é de consenso entre as frações da burguesia. As privatizações foram favoráveis a diversos grupos da Grande Burguesia (interna ou internacional). Por fim, é na política de abertura comercial e de desregulamentação financeira em que se encontraria o centro dos conflitos, e isso se daria pois “o setor industrial, setor importante do grande capital, teve seus interesses negligenciados ou preteridos em proveito do grande capital financeiro nacional e internacional” (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 242). O autor reitera a separação entre o setor industrial e o grande capital financeiro⁹ acerca dos interesses da política econômica. Pela primeira vez, começa a nomear quais seriam os representantes de cada uma das frações ou setores da burguesia. Explana que o grande capital financeiro consistir-se-ia nos grandes bancos comerciais nacionais ou estrangeiros como o Bradesco, o Itaú, o Unibanco, o Santander, o HSBC, o Bank Boston. Outros membros dessa fração seriam os bancos estrangeiros e comerciais sem redes de agências no Brasil. Mas estes possuem investimentos e participação em fundos de pensão nacionais e internacionais.

Retomando a centralidade, inicialmente dada à novidade propiciada pelo governo Lula, no terreno das acomodações das frações no bloco no poder, a principal diferença deste período em relação ao anterior, de acordo com o autor, é que neste teria ocorrido a “promoção de uma operação política complexa que consistiu em possibilitar a ascensão política da grande burguesia interna industrial e agrária voltada para o comércio de exportação” (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 247). De forma

⁹ Não somente nos interesses mas também na composição das frações da burguesia: “No Brasil, grandes bancos e grandes grupos industriais mantêm-se relativamente separados [...]” (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 243).

enfadonha, isto é, repetitiva, o autor descreve a diferenciação entre a grande burguesia interna industrial e agrária e as finanças¹⁰. Neste sentido, na seção chamada “A ascensão da grande burguesia industrial e agrária”, o objetivo apresentado pelo mesmo, é o de responder a seguinte pergunta: “Por que ocorreu tal mudança?”.

No tocante, o autor salienta, repetidamente, o papel central da FIESP e da sua associação com algumas organizações de trabalhadores, como a CUT, em oposição a política econômica do governo FHC (1994-2002). Após isso, o autor mostra-nos três (3) fatores que poderiam ser destacados para a ocorrência de tal mudança: 1) a pressão da grande burguesia industrial – a FIESP; 2) a pressão convergente, neste sentido por parte dos sindicatos; 3) a eleição de Lula em 2002.

Aponta que se trata de uma vitória parcial da GBI, pois ela permaneceu como secundária dentro da dinâmica do bloco no poder e, em contraposição ao capital financeiro, “o governo Lula ofereceu a ela uma posição bem mais confortável na economia nacional” (BOITO JUNIOR, 2006b, p. 250), dando referência destacada ao comportamento da FIESP a partir de 2004 com a eleição de Paulo Skaf¹¹.

Mais uma vez, o autor enfatiza os integrantes da chamada Grande Burguesia Industrial Interna, isto é, os setores que processam recursos primários como as empresas de minério, papel e celulose, produtos alimentícios. Além disso, também, indica a sua aproximação com a tese da desindustrialização¹² na América Latina, e em especial no Brasil, fenômeno que estaria se acentuando a partir dos anos 1990, e que proporcionou alterações nos próprios arranjos produtivos e na inserção internacional das empresas que compõem essa fração burguesa.

A amenização para tal situação é explicada pela política de exportação denominada novamente de “caça aos dólares” que supostamente “atende aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro vinculado à agroindústria, à

¹⁰ Nas palavras do autor: “O governo promoveu a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária sem quebrar a hegemonia das finanças” (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 247).

¹¹ As questões que envolvem a eleição de Paulo Skaf e o comportamento da FIESP com o governo Lula ficam mais evidentes no texto *A nova burguesia no governo Lula* (2012). O autor também aponta para uma fração em termos da burguesia industrial interna que não teria uma posição tão próxima com o governo Lula. Este setor estaria concentrado no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e no Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Embora se constitua assunto que será mencionado no terceiro capítulo deste trabalho, desde já é importante destacar, a partir deste entendimento, a alteração no comportamento da entidade, e de seu presidente, no contexto mais atual.

¹² Embora não se constitua objetivo deste trabalho, há grande controvérsia sobre os fenômenos da desindustrialização e/ou da reprimarização da economia brasileira.

extração mineral e aos produtos industriais de baixa densidade tecnológica” (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 252).

Assim como no texto “As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil” (2006a), destacam-se algumas empresas que seriam componentes da grande burguesia brasileira, inseridas no setor financeiro e no setor industrial. Isso é feito a partir de um quadro que contém as empresas que demonstraram os vinte maiores lucros do primeiro trimestre de 2005. As empresas listadas são: Vale do Rio Doce, Bradesco, Banco Itaú, Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Gerdau, Itaú/SA, Companhia Siderúrgica Tubarão (CST), TELESP, Unibanco, Banespa, Gerdau Metalúrgica, Telemar, Aracruz, Copesul, Acesita, Tractebel, CPFL Energia, Votorantim, Ambev.¹³

O autor indica por setor cinco (5) que fazem parte do setor financeiro, sete (7) do setor de siderurgia e metalurgia, duas (2) do setor de telecomunicações, duas (2) do setor de papel e celulose, uma (1) da indústria química, duas (2) do setor de energia elétrica e uma (1) do setor de alimentos e bebidas. Isto posto, indica a importância das empresas do setor exportador – siderúrgicas, papel/celulose – e do setor financeiro. Isso é feito, a partir das variações de lucratividade, expondo que o quadro serve como “indicador de importância da política de exportação do Governo para esse setor da burguesia” (BOITO JÚNIOR, 2006, p. 253), tomando como exemplo o setor siderúrgico.

Seguindo as novidades que compreendem esse texto, o autor introduz também a importância dos *policymakers*¹⁴ na identificação das frações hegemônicas no bloco no poder. Assim como fez no texto anteriormente mencionado (2006a), salienta sobre a suposta existência de uma ala “neoliberal moderada” e outra, “extremada”, durante o governo FHC. Identifica também que no governo Lula, entre os anos 2004 e 2005, existia certa tensão entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central em relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Isso ocorreu nas figuras de seus dirigentes, os quais seriam reflexos da luta entre as frações burguesas com “o BNDES agindo como representante da grande burguesia industrial interna e

¹³ (BOITO JÚNIOR, 2006b, p. 252-253).

¹⁴ O termo *policymakers* (em tradução literal aquele que faz a política) se refere as pessoas, ou agentes econômicos, que tem por função a determinação e a execução de determinada política. No caso referido, seria em relação à política econômica

da declinante burguesia nacional de Estado e o Banco Central, por sua vez, como representante do grande capital financeiro” (BOITO JÚNIOR, 2005, p. 255).

Nas conclusões deste texto, outras questões interessantes são levantadas pelo autor. Uma dessas é a preocupação com a nova conjuntura e os desafios que são desencadeados para a esquerda e o movimento operário-popular (preocupação essa que já havia aparecido no texto inaugural de 2003).

Ainda nas conclusões, adverte que o governo Lula estava de fato comprometido com o grande capital e que “quem ascendeu politicamente sob esse governo foi a grande burguesia industrial e agrária” (BOITO JÚNIOR, 2005, p. 260). Ao fazer isso, confirma a inflexão incisiva em relação aos outros textos quando primeiramente referia-se apenas a uma hegemonia do capital financeiro e depois, apontava para essa nova acomodação da grande burguesia industrial no bloco no poder. A principal questão apresentada nessa seção do texto é que pela primeira vez o autor aponta para a questão do desenvolvimentismo neste período. Além disso, manifesta que nesta nova fase, iniciada a partir do 2º mandato de FHC e acentuada no primeiro governo Lula, é possível falar em um projeto de desenvolvimento que se encontraria mais próximo do que se considera por liberal-desenvolvimentismo e que mais à frente receberá o nome de neodesenvolvimentismo.

1.2 NEODESENVOLVIMENTISMO E O BLOCO NO PODER: A GRANDE BURGUESIA INTERNA E A BURGUESIA COMPRADORA.

Ao que corresponde ao período específico do segundo governo Lula, o texto “Estado e Burguesia no Capitalismo neoliberal” (2007), apresenta novidades em relação às assertivas do autor, assim como aspectos de maturidade e solidez nos argumentos apresentados.

Inicialmente evidencia que o tema de estudo sobre as classes proprietárias teve bastante repercussão no Brasil, com destaque entre os anos de 1930 e 1964 até meados da década de 1980. Isso é importante, pois a temática deste trabalho encontra-se justamente diante de um objeto próximo, embora tendo objetivos diferentes. E naquela época, de acordo com o próprio Armando Boito Júnior,

[...] o debate sobre a burguesia industrial concentrou-se na questão de averiguar se existia no Brasil, uma burguesia nacional com interesse em participar de uma ampla frente de classes por um desenvolvimento nacional autônomo (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 57).

Ademais, destaca a importância do Marxismo como influência para esses estudos e o esquecimento deste tema e dessas pesquisas durante quase duas décadas. É neste sentido que o autor se apresenta, ou seja, com o objetivo de retomar essas pesquisas a partir deste mesmo referencial teórico (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 58). Ao introduzir seu objeto de estudo, apresenta três pontos que serão norteadores de todo o texto.

O primeiro é a apresentação da representação do empresariado como banqueiros, industriais, fazendeiros e comerciantes, e que no conjunto fariam parte, como integrantes, da classe capitalista.

Em seguida, o Estado pode ser entendido para o autor como uma “entidade moldada, pelas suas instituições e pelo uso pessoal que as ocupa, para seguir aos interesses fundamentais dessa classe social” (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 58). Esse ponto é importante, pois destaca que o sentido da política de Estado seguirá o interesse de classe daqueles que ocupam as posições institucionais, ou que possuem influência significativa neste âmbito.

Por último, a respeito do Bloco no Poder, define duas questões fundamentais que, em sua opinião, devem orientar o pesquisador nessa temática. Do ponto de vista do entendimento do conceito, define-o como a forma de se pensar a classe burguesa enquanto a unidade (a classe social). Mas isso se daria diante de um espaço do diverso, aferindo a existência de frações de classe, como ocorre, a partir dessa diversidade, as relações das frações de classe com o Estado e o restante da sociedade. Ao que tange as questões que se referem ao conceito, à primeira é justamente detectar as frações de classe que tem algum destaque perante as outras em uma dada conjuntura, ou seja, buscar identificar

[...] os interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 58-59).

A segunda é localizar os interesses de qual fração de classe que está sendo priorizada pela política econômica do estado em determinada conjuntura. Além disso, objetiva-se saber a relação entre a política econômica e a fração de classe dominante no âmbito do bloco no poder, e sua repercussão na dinâmica do sistema partidário brasileiro.

Uma novidade que aparece logo na introdução do texto é a apresentação de uma nova categoria, que não havia sido demonstrada nos artigos anteriores. Agora, além do bloco no poder, é introduzido o conceito de Burguesia Interna também elaborado por Nicos Poulantzas, tendo importância no que se refere aos objetivos dessa agenda de pesquisa “para entender boa parte do que ocorre hoje com a burguesia brasileira nas suas relações com o Estado e com o capitalismo internacional” (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 60).

A categoria exposta no último parágrafo serve para o autor indicar que tem críticas às posições de alguns autores marxistas, os quais afirmam que o processo de mundialização extinguiu as burguesias da periferia, e que o que de fato ocorreria nesses países, é um conflito entre o que se chama por burguesia compradora e a burguesia interna.

Nesse texto, o autor volta-se para duas hipóteses de trabalho que são: 1) a existência de uma hegemonia, exercida pelo grande capital financeiro junto dos grandes bancos brasileiros (que funcionariam como burguesia compradora no âmbito do bloco no poder); 2) o governo Lula, mesmo que sem romper com essa hegemonia, promoveu a ascensão política da grande burguesia brasileira no interior do bloco no poder. É interessante, pois pela primeira vez, de fato, percebe-se o autor afirmar sobre uma ascensão política da grande burguesia brasileira no bloco no poder.¹⁵

Assim como nos outros textos, expõe uma perspectiva histórica do bloco no poder no chamado período neoliberal. A novidade surge diante da ideia de que ocorreu uma alteração na composição da classe burguesa nos anos das décadas de 1980 e 1990. Ou seja, ocorreu concomitantemente com o surgimento de uma nova burguesia de serviços e a redução de um setor que funcionaria como uma burguesia nacional de Estado.

A novidade do governo Lula em relação aos governos anteriores seria a de que este “promoveu a apuração política complexa que consistiu em possibilitar a ascensão política da grande burguesia interna industrial e do agronegócio” (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 64). Isso fora resultado da convergência de três movimentos já mencionados: 1) a pressão da FIESP a política econômica até 1999; 2) a pressão convergente a partir dos sindicatos; 3) a vitória de Lula em 2002.

¹⁵ Movimento esse que já havia sido iniciado no texto de 2006(b).

Outra questão destacada por Armando Boito Júnior são as mudanças no setor industrial, as quais seriam aquelas que compõem agora a grande burguesia industrial. Reafirma que essa fração seria representada, particularmente, pelas grandes empresas que “processam recursos naturais, minérios, papel e celulose, do setor de gêneros alimentícios e etc” (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 66). Tal processo consolidaria uma vitória parcial da Grande Burguesia Industrial Interna e do Agronegócio, configurando esses setores como os componentes do que seria a força secundária no bloco no poder.

Portanto, o que ocorre é uma ascensão política de uma fração da burguesia sem a conquista da hegemonia no bloco no poder. Por isso, a pergunta da penúltima seção do texto é colocada pelo autor da seguinte forma:

Por que então, apesar do estímulo governamental ao setor exportador e da alta lucratividade que esse setor está apresentando, entendemos que o grande capital financeiro nacional e internacional permanece hegemônico no interior do bloco no poder no governo Lula? A resposta é a seguinte: Porque esse governo estimula a produção, mas no interior dos limites permitidos pelos interesses fundamentais do Grande Capital Financeiro (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 67).

Neste trecho, coloca novamente a questão em torno do conflito entre um setor vinculado a produção e outro as finanças, acrescentando, logo em seguida, a problemática em relação a produção para a exportação em contraposição ao mercado interno.

Na última seção intitulada “O regime político e a hegemonia do capital financeiro”, o autor levanta um ponto importante, que volta a aparecer nos textos seguintes a este, que consiste no reflexo das disputas em torno do bloco no poder no sistema político brasileiro. Indica que o Ministério da Fazenda e o Banco Central são “os locais privilegiados nesse esquema de concentração do poder em benefício da fração hegemônica” (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 68). Em relação ao primeiro governo Lula, o Ministério da Fazenda apresentaria uma mudança de orientação da política econômica, tendo significado, em especial, a posição do Ministro Guido Mantega e também da elaboração do chamado Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. E que por isso, tratar-se-ia portanto:

[...] de uma inversão em relação ao conjunto do período FHC quando o ministério mais importante permaneceu sob controle de um economista

ortodoxo, restando aos neodesenvolvimentistas o secundário ministério do desenvolvimento (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 69).

Aqui aparece, pela primeira vez, o termo neodesenvolvimentismo, que já havia sido chamado no texto de 2005 por liberal-desenvolvimentismo. O curioso de tal apontamento é que, simultaneamente a este período, muitos economistas associavam o segundo governo Lula com as premissas que representam o termo.¹⁶

No sentido dos conflitos do bloco no poder e de seus reflexos no sistema político partidário brasileiro, o autor aborda a existência de uma dicotomia entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). O primeiro seria a “vanguarda eleitoral do neoliberalismo no Brasil, representante do Grande Capital Financeiro Internacional e dos interesses dos empresários e banqueiros brasileiros estritamente ligados a esse capital” (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 69)¹⁷. Já o PT, mesmo com toda a sua história e identificação com o movimento operário e popular, “vem realizando um movimento em direção a grande burguesia interna” (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 69). Dessa forma, a disputa que existe em torno da hegemonia no bloco no poder, extravasa para o plano político partidário. E, esse bloco pode, ainda, ser dividido em três (3) frações: 1) a hegemônica representada pelo grande capital financeiro; 2) a intermediária, representada pela grande burguesia interna industrial e o agronegócio; 3) marginalizada, representada pelas pequenas e médias empresas.

O artigo seguinte, “governos Lula: a nova burguesia nacional no poder” (2012a), inicia a fase que consiste nos últimos textos de uma série de escritos que o autor produziu ao longo do período que compreende os anos de 2003 a 2013. Por isso, parece ser o mais definido em termos tanto teóricos quanto, e principalmente, históricos. Dentro da temática de pesquisa que permeou o pensamento do autor no período - a discussão sobre o bloco no poder no governo Lula - este texto apresenta algumas das principais conclusões alcançadas ao longo dessa trajetória de discussão a respeito dos eixos que considera centrais para chegar a tais resultados.

A tese a qual se apoia o artigo pode ser encontrada no primeiro parágrafo do texto quando diz que “assistimos, no Brasil da década de 2000, à ascensão política

¹⁶ No já mencionado trabalho de Monografia, foi realizado um estudo sobre os grupos de economistas que se associam a essa perspectiva. Ver (OLIVEIRA, 2014a).

¹⁷ E que, portanto, seu movimento de oposição seria “uma ação do partido do capital financeiro contra um governo que promove os interesses da grande burguesia interna industrial e do agronegócio” (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 70).

de uma nova burguesia nacional no interior do bloco no poder vigente no Estado brasileiro” (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 67). A partir deste trecho, podem-se colocar duas questões importantes. Primeiro quem faz parte dessa nova burguesia nacional (que consiste justamente no objetivo dessa dissertação, a partir da identificação da composição acionária das empresas). Segundo, ocorreu uma ascensão, ou seja, um descenso de alguma outra fração da burguesia?

Iniciando pela primeira indagação, podemos destrinchá-la em outras duas. Inicialmente que essa nova burguesia nacional não se trata da chamada velha burguesia nacional que supostamente existiu entre os anos 1930 a 1964. Trata-se, e daí se extrai a segunda questão, "de uma nova burguesia nacional, uma fração da classe burguesa a qual se aplica sob medida o conceito de burguesia interna elaborado por Poulantzas (1978)" (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 67). Neste ponto, o autor novamente reafirma que trabalha com a perspectiva de frações de classe, focando-se para o entendimento da classe burguesa, que é o objeto de sua pesquisa, direcionando a análise para a categoria Burguesia Interna. A burguesia interna conforme sua perspectiva ocuparia uma posição intermediária entre o que se chama “antiga burguesia nacional” e a “velha burguesia compradora”, buscando “ao mesmo tempo associar-se ao capital imperialista e limitar sua expansão no interior do país” (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 68).

De acordo com o autor, a grande burguesia interna nunca esteve fora do bloco no poder. O que ocorre é que, no período em que ele escreve, ela teria melhorado a sua posição no interior do Bloco no Poder. Aponta, ainda, o ano de 2002, com a eleição de Lula, o marco inaugural desse processo e, de forma mais evidente, o ano de 2006, a partir do 2º mandato, com a adoção de uma política econômica chamada de neodesenvolvimentista.

Neste sentido, são apresentados dois objetivos do texto: 1) estabelecer com precisão quais são os segmentos econômicos organizados como frações da classe burguesa; 2) Comparar as medidas de governo que compõem a política econômica do Estado. Conforme é proposto no objetivo dessa dissertação, será dado maior foco ao 1º objetivo do autor referência.

Partindo do entendimento que existem duas frações da grande burguesia, o autor salienta que tanto a chamada Grande Burguesia Interna, quanto a Grande Burguesia Compradora - associada ao Capital Financeiro Internacional - compõe o chamado "mundo do grande capital". Ambas revezariam no âmbito do bloco no poder,

"não promovendo alterações de fundo na política econômica e social e sem provocarem rupturas institucionais no Estado ou no regime político" (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 74).

O autor explora uma questão relacionada ao que distinguiria uma burguesia da outra. Isso é posto para o leitor no sentido de que, a partir deste entendimento inicial, haveria condições para que uma pesquisa nestes termos e referenciais, seja possível. A principal distinção levantada encontra-se nos limites referentes ao imperialismo¹⁸. Ou seja, enquanto a GBC é voltada ao interesse em uma expansão sem limites do imperialismo, em termos da economia brasileira, a GBI, embora também se associe a este, tem como interesse colocar limites a essa expansão, no sentido de preservar e ampliar suas posições no espaço econômico interno e externo. A inexistência desses limites, em termos históricos, poderia ser encontrada através das políticas neoliberais, principalmente nos anos 1990, novamente reiterando o autor o argumento de que a GBI apoiaria a política social nessa perspectiva, mas não toda a política econômica neoliberal.

O autor aponta que a GBI teria duas contradições, uma principal e outra secundária. A principal estaria na relação entre a GBI e o CFI, no espaço econômico interno e externo. Ou seja, "a grande burguesia interna teme ser engolida ou destruída pelos grandes grupos econômicos estrangeiros" (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 77).

As contradições secundárias podem ser entendidas no sentido da composição da Grande Burguesia Interna estar entre um "setor produtivo" e um "setor bancário", entre um setor voltado para as demandas do "mercado interno" em contraposição ao "setor exportador". Logo, a GBI teria 2 adversários: 1) no bloco no poder, a GBC; 2) no cenário econômico interno e externo, o capital financeiro internacional. Para finalizar este ponto, são apresentadas as definições dos setores econômicos que comporiam essas frações.

O autor indica que a GBI comportaria as empresas voltadas para o setor industrial (em especial dado o papel da FIESP), bancos (embora adiante faça ressalvas a esse setor no conjunto da GBI), agronegócio e construção civil. O CFI comportaria os "conglomerados que unificam indústrias, bancos, serviços, sob o

¹⁸ O autor não faz nenhuma definição ou indica com alguma precisão o seu entendimento acerca do termo.

comando das finanças" (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 75)¹⁹. A GBC seria composta pelos grupos financeiros nacionais, empresas nacionais associadas à estrangeiras, empresas de importação e o próprio capital estrangeiro.

No âmbito do segundo objetivo, compara as medidas de governo que compõem a política econômica do Estado. Como este ponto não se trata do objetivo central deste trabalho, serão descritas apenas breves análises que o autor explora. Com isso, tentaremos conectar este objetivo ao primeiro. Uma atenção especial é dada em dois sentidos: 1) Histórico; 2) Na atuação e natureza da GBI.

Em quesitos históricos, Armando Boito Júnior procura fazer uma distinção clara entre os mandatos de governo FHC (1994-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), especialmente em termos da política econômica e da atuação da GBI.

O autor mostra que durante os anos 1990, as políticas neoliberais executadas pelo Estado podem dar uma característica aos mandatos de FHC como "governos que priorizaram o interesse da grande burguesia compradora e do capital financeiro" (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 78). Exemplos de políticas que favoreciam essas frações seriam as de abertura comercial, com a redução de alíquotas de importação²⁰ (tendo como principal indicador de referência para essa questão os saldos da Balança Comercial no período) e as privatizações. Essas ações geravam um "aumento da insatisfação em setores do movimento popular" (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 78). Além disso, "provocara insatisfação e protesto em setores da burguesia brasileira, como era o caso da grande burguesia industrial acossada pela suspensão do protecionismo ao mercado interno" (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 80).

Nos anos 2000, a política econômica do governo Lula propiciaria uma alteração no sentido da posição das frações burguesas no bloco no poder. Dividindo os dois mandatos, o autor adota o discurso de que no primeiro momento, o novo governo teria adotado uma postura de cautela para não hostilizar o capital financeiro internacional (ou seja, optou por uma plena manutenção da matriz neoliberal da política econômica, conforme já indicado no texto de 2003), e no segundo mandato promoveria uma "tática ofensiva na implantação da política neodesenvolvimentista da GBI" (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 90).

¹⁹ Parece estranho, pois se pensa que na GBI não se tenha esses conglomerados, e também não se determina no que consistiria este comando das finanças.

²⁰ Dados sobre a redução das alíquotas de comércio exterior podem ser vistas no texto de Lauro Lobo Burle: A política de comércio exterior e a abertura do mercado de capitais: 1990-1992 (1993).

Essa política neodesenvolvimentista abarcaria um conjunto de medidas de política econômica que tenderia a priorizar os interesses da GBI em detrimento dos interesses da GBC e do CFI, e a ponta de lança dessa política seria a atuação do BNDES, com o objetivo de fortalecimento e criação dos "grandes grupos econômicos nacionais", ocupando o banco, dessa forma, a posição de "fomento ao grande capital predominantemente nacional" (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 81). O autor então lista uma série de empresas as quais tem participação direta do BNDESPAR (vinculado ao BNDES para participações acionárias) e também dos fundos de pensão vinculados ao Estado (em especial a dos funcionários do banco do Brasil - PREVI - e a dos funcionários da Petrobrás - PETROS -).²¹

Assim como nos anos 1990, a política econômica e a forma de atuação do Estado nos anos 2000 haviam desagradado uma das frações da burguesia, neste período, o CFI, gerando "insatisfação do capital financeiro com tais medidas e as aspirações dos grandes bancos internacionais a volta do PSDB ao poder" (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 84). Isso evidencia, novamente, a relação entre o sistema partidário brasileiro com a questão das disputas em torno do bloco no poder entre as frações burguesas. O centro da disputa mencionada estaria novamente na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. O próprio autor denota isso quando se volta para seus objetivos de pesquisa. Neste sentido, "indicar que a relação que se estabelece entre tal governo e essa burguesia é uma relação de representação política reconhecida de parte a parte" (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 86).

Assim, o ano de 2004 seria fundamental, pois representa a posse de Paulo Skaf como presidente da FIESP, sendo um "indicador da consolidação do novo arranjo no interior do bloco no poder em que a grande burguesia industrial interna afirmava-se como base de classe do governo Lula" (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 88).

A centralidade da FIESP permite identificar três importantes pontos de disputa política entre as frações da burguesia: 1) no interior do próprio governo, identificando dois setores distintos que seria a) monetarista, associado à política neoliberal, e outro b) desenvolvimentista; 2) no interior da própria GBI, contrapondo a indústria, o sistema bancário nacional (devido à política de taxa de juros do Banco Central) e o agronegócio (pela abertura comercial); 3) dentro da chamada frente neodesenvolvimentista, com movimentos sociais, sindicais e o funcionalismo público,

²¹ Essas empresas serão destacadas no capítulo 2. Ver (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 82-83).

base política do governo Lula. No item 2 a GBI se esforça no sentido de garantir uma unidade que assegure a proteção do Estado a fim de resguardar a posição econômica dos setores que a compõem.

O penúltimo texto, desta fase que se inicia com o 2º mandato do ex-presidente Lula, intitulado “As bases políticas do neodesenvolvimentismo” tem como tema as relações entre o processo político e o desenvolvimento capitalista em determinada região e período histórico. O autor localiza o seu trabalho no Brasil, nas duas primeiras décadas do século XXI, sem desconsiderar a importância da participação dos trabalhadores no processo de desenvolvimento brasileiro em outros períodos históricos, assim como as disputas em torno do que chama bloco no poder, nos anos 1930, 1932, 1946, 1954, 1964 e nas décadas de 1980 e 1990. Os anos 2000 possuem particularidades por se apresentarem enquanto período onde foi²²

[...] com a ascensão à presidência da república de candidatos oriundos do partido dos trabalhadores que o capitalismo brasileiro voltou a apresentar taxas um pouco mais altas de crescimento. Entendemos que temos aí um novo episódio em que a intervenção política dos trabalhadores propicia um novo impulso ao capitalismo brasileiro (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 2).

O objetivo do texto mencionado é o de desenvolver um entendimento que neste período se formou no Brasil uma frente política a qual o autor denomina de neodesenvolvimentista, e que “foi a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rouseff” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 3).

Isto posto, Armando Boito Júnior traça semelhanças deste período com o chamado de desenvolvimentista-populista²³. A frente política, denominada de neodesenvolvimentista, teria 5 características: 1) é dirigida pela grande burguesia interna brasileira; 2) envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder; 3) mantém uma relação de caráter populista com as classes marginalizadas do bloco 4) é o principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder; 5) enfrenta no processo político nacional aquilo que denomina “campo neoliberal

²² O PT “foi um partido criado pelo movimento sindical e popular, que retomou a proposta da intervenção do Estado em prol do desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 3).

²³ Que apresentaria mudanças em relação ao período anterior, “mas tanto no período populista e desenvolvimentista, quanto hoje, constatamos a existência de uma frente política ampla, policlassista e, de certo modo instável” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 3).

ortodoxo”, campo que representa - essa que é a hipótese de trabalho do autor – o capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital (os grandes proprietários de terra e a alta classe média também se incluem).

A ideia do texto, portanto, é centrada no fato que tanto a GBI quanto o CFI/GBC ocupam o bloco no poder. Nos anos de 1990, com uma aproximação da primeira fração com a classe trabalhadora (que está fora do bloco) conseguiu obter vantagens em sua posição, neste âmbito, nos anos 2000²⁴. Diante da pressão entre os estados imperialistas e as economias dependentes, e da classe capitalista e os trabalhadores, e principalmente no fato que o novo-desenvolvimentismo é “dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e antiimperialista” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 6), o autor aponta que é no programa neodesenvolvimentista e na frente ampla de sustentação a esse, que resulta a oportunidade dessa fração de classe ascender politicamente ao bloco no poder.

Mais uma vez Armando Boito Júnior salienta que a grande burguesia interna seria composta por diversos setores da economia como a mineração, a construção pesada, o agronegócio, a indústria de transformação e em certa medida os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional, sendo verificada uma mudança em relação aos textos anteriores na sua posição acerca dos bancos privados.

“Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula” é o último texto que o autor busca abordar aspectos de seus temas e objeto de pesquisa tratados nos artigos que foram apresentados ao longo desse capítulo. O autor fora bastante repetitivo em diversos pontos em relação aos textos anteriores, embora ainda apresente algumas questões novas.

Os governos Lula e Dilma teriam logrado duas novidades em relação às disputas no interior do bloco no poder e em relação à política nacional. Em termos dessas duas mudanças, o autor expõe que:

A grande burguesia interna brasileira, fração da classe capitalista que mantém uma base própria de acumulação de capital e disputa posições com o capital financeiro internacional, ascendem politicamente em prejuízo dos interesses desse capital internacional e de seus aliados internos [...] Isso porque a ascensão da grande burguesia interna só foi possível graças a

²⁴ “A grande burguesia interna é a força que mais ganha com a política neodesenvolvimentista” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 8).

constituição de uma frente política que revive, além dessa fração burguesa, os principais setores das classes populares (BOITO JÚNIOR, 2013, p. 31).

Assim, pela primeira vez afirma de fato a inflexão na composição do bloco no poder em que “o grande capital financeiro internacional e seus aliados internos [...] foram deslocados da situação de hegemonia incontestada que usufruía nos anos 1990 e foram para a posição de oposição ao governo” (BOITO JÚNIOR, 2013, p. 31).

Da mesma maneira que nos textos de 2012, mostra-se a frente neodesenvolvimentista como a responsável por esse movimento de mudança na estrutura do bloco no poder. Representando-a no plano político pelo Partido dos Trabalhadores, e partidos que compõem a chamada base aliada, e compreendendo a Grande Burguesia Interna brasileira. A força dirigente da frente, base política de sustentação do programa econômico referenciado no novo-desenvolvimentismo, seria composta pela baixa classe média, o operariado urbano, o campesinato, mais uma massa marginal de trabalhadores não organizados ou desempregados.

No plano político, essa frente enfrentaria o chamado campo político conservador, de orientação neoliberal ortodoxo e representado pelo PSDB. Sua composição em termos das frações de classe seria estruturada pelo grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia brasileira plenamente integrada a esse capital, a maior parte dos proprietários de terra, e parte da classe média.

Concluindo, o autor traz também uma breve definição sobre o neodesenvolvimentismo, que poderia ser definido como “o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal” (BOITO JÚNIOR, 2013, p. 32), ou uma orientação teórica que busca o crescimento econômico sem romper com os limites dados pelo modelo neoliberal que ainda estaria vigente no país.

O objetivo deste capítulo foi apresentar a evolução do pensamento de Armando Boito Júnior, acerca do seu tema de pesquisa que relaciona os governos vinculados ao Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma) com as frações da burguesia, tentando identificar a posição dessas no âmbito do que chama por bloco no poder, com destaque para o papel da chamada Grande Burguesia Interna, que se configuraria como a nova burguesia nacional.

No próximo capítulo, da mesma forma que o autor em seu texto “A nova burguesia no governo Lula” (2012a), pretende-se estabelecer com precisão quais são os segmentos econômicos organizados como frações da classe burguesa. Para tanto será apresentada os resultados da pesquisa empírica acerca da composição acionária

das empresas destacadas pelo autor enquanto representantes da nova burguesia nacional, ou da Grande Burguesia Interna. Dar-se-á isso com o objetivo de apresentar a caracterização dessas empresas conforme a nacionalidade, propriedade pública ou privada, e a área de atuação das controladoras dessas empresas, como forma de se buscar uma problematização da perspectiva apresentada pelo autor de referência.

2 NACIONALIDADE, PROPRIEDADE E ÁREA DE ATUAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS REPRESENTANTES DA NOVA BURGUESIA NACIONAL E DE SUAS CONTROLADORAS

O objetivo do primeiro capítulo desse trabalho foi à apresentação da trajetória de pesquisa do cientista político Armando Boito Júnior, durante os anos de 2003 até 2013. Utilizamos a explanação do desenvolvimento que o autor traça de suas ideias e teses, localizadas na temática das classes sociais e do poder político, a partir do debate sobre o chamado neodesenvolvimentismo. A análise é feita através da distinção de dois períodos de elaboração: o primeiro, que se localiza entre os anos de 2003 e 2006; e o segundo que perpassa o período entre 2007 e 2013. Apesar de não ocorrer omissão ao indicar as bases teóricas que o autor se referencia, a fim de fazer as suas considerações, essa dissertação surge, com um motriz, em tentar estabelecer uma contraprova acerca de dois argumentos utilizados pelo autor tanto em termos econômicos, quanto políticos, para justificar a utilização do conceito burguesia nacional/interna²⁵ nas análises dentro das temáticas indicadas. Nesse ponto, deixamos nítido que não temos a pretensão de realizar uma discussão teórica desse mesmo conceito.²⁶

O primeiro argumento que é utilizado tem o sentido de que a diferenciação entre as duas frações do capital, a burguesia nacional/interna e o capital financeiro internacional, estariam identificadas pela nacionalidade e o tipo de propriedade das empresas que constituem a primeira fração, considerando-se a forma como se configura as propriedades dessas (nacional ou estrangeira, privada ou pública). Ele enfatiza a ocorrência da participação de empresas estatais, como, por exemplo, o BNDES e alguns fundos de pensão de empresas estatais na composição acionária dessas empresas. Destaca que esse é um fator importante na percepção da diferença das relações entre o Estado e as frações da burguesia, assim entende que a relação também é reforçada no sentido de conformidade entre essas partes, o Estado, através do BNDES, e as empresas, em torno da política econômica executada durante o período estudado.

²⁵ A partir deste capítulo o que foi chamado no capítulo 1 de Grande Burguesia Interna, passará a se chamar somente nova burguesia nacional.

²⁶ Embora seja relevante considerar a importância e a necessidade de um aprofundamento do estudo teórico do conceito como forma de ir além do resultado do trabalho de dissertação de mestrado.

O segundo argumento, é a busca pela diferenciação dada à área de atuação das empresas que fazem parte de cada uma das frações. Mesmo em alguns trechos dos textos ao reconhecer o atual momento histórico de desenvolvimento capitalista e os efeitos dos processos de globalização e financeirização em escala mundial sobre a estrutura de propriedade das grandes empresas, o autor reitera que a área de atuação da nova burguesia nacional estaria mais associada ao setor industrial e ao agronegócio, em contraposição ao capital financeiro internacional, que estaria associado às empresas do setor financeiro, que teriam interesses de política econômica distintos daquelas que estavam sendo praticadas a partir do segundo governo Lula.

Dessa forma, o capítulo se propõe, inicialmente, apresentar alguns conceitos que são importantes do ponto de vista da pesquisa que foi realizada para, em seguida, organizar as empresas classificadas como representantes da nova burguesia nacional em setores, subsetores e segmentos, de acordo com critérios estabelecidos pelas instituições que divulgam as informações sobre a estrutura acionária dessas empresas como, por exemplo, a Bolsa de Mercadorias e Futuros - Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&F-BOVESPA)²⁷. O objetivo é ampliar a possibilidade de investigação e visualização sobre quem são as proprietárias e as controladoras das mesmas, assim como a nacionalidade e a participação dessas em outras empresas que compõem a nova burguesia nacional, que será a terceira parte deste capítulo. Por isso, é importante preliminarmente expor os conceitos que buscam definir o entendimento sobre as ações e a composição acionária, que permitem e indicam a propriedade, a nacionalidade e a área de atuação das empresas. Isso posto, a partir de então, através dos dados disponíveis na BM&F-BOVESPA e em outras fontes auxiliares como as *homepages* institucionais das próprias empresas e o site de compilação de informações financeiras econoinfo, sistematizaremos as informações que conformam os objetivos deste capítulo.

2.1 PROPRIEDADE E NACIONALIDADE: ELEMENTOS CONCEITUAIS

Para se iniciar a análise propriamente dita das empresas, apresentamos alguns conceitos que permitirão identificar o objetivo deste capítulo, que são: o tipo de

²⁷ No caso das empresas de capital aberto.

propriedade pela nacionalidade, o caráter público ou privado e a área de atuação das representantes, e das controladoras, da nova burguesia nacional. Para tanto, uma primeira divisão importante a ser esclarecida está relacionada aos conceitos de empresa de capital aberto e de capital fechado, uma vez que, será visto a seguir que das empresas que foram investigadas, há uma maioria delas que se insere nas do primeiro tipo.

2.1.1 Empresas de capital aberto e fechado

Lima (2009, p. 68) expõe as diferenças das empresas de capital aberto ou fechado pela observação que deve ser feita “dependendo se os valores mobiliários de sua emissão são ou não negociados em Bolsa de Valores ou mercado de balcão e estão ofertados ao público de uma forma geral”. Ou seja, a diferenciação básica se manifesta pelo fato da empresa possuir ou não ações negociadas na Bolsa de Valores, o que para o caso do Brasil, trata-se da BM&F-BOVESPA. Isso não quer dizer que as empresas de capital fechado não possuam ações, apenas indica que para empresas desse tipo, existem outros meios para adquirir ações ou títulos de outra natureza que não seja pela Bolsa de Valores.

Como já mencionado, boa parte das empresas a serem analisadas neste capítulo são as de capital aberto, sendo mais transparente e fragmentada a identificação de sua propriedade pelo conjunto dos acionistas.

As sociedades anônimas emitentes de ações podem ser de dois tipos: abertas ou fechadas. Uma companhia é aberta quando tem suas ações distribuídas entre um número mínimo de acionistas, podendo ser negociadas em Bolsas de Valores. Essas sociedades devem ser registradas na Comissão de Valores Mobiliários como forma de capital aberto e fornecem ao mercado, de forma periódica, uma série de informações de caráter econômico, social e financeiro. As companhias de capital fechado, por seu lado, são tipicamente empresas familiares, com circulação de suas ações, restrita a um grupo identificado de investidores (ASSAF NETO, 2006, p. 161).

Introduzida a diferença entre empresas de capital aberto e fechado, a partir da condição de oferta de ações em bolsas de valores, cabe agora apontar a uma segunda questão que consiste justamente na definição do conceito de ações e as diferenças entre as duas categorias de ações, que são: as ordinárias e as preferenciais. Para

isso, definiremos previamente o que são as ações e que tipo de informação pode ser extraída através das análises sobre a posse desses ativos financeiros²⁸.

2.1.2 Ações: Ordinárias e Preferenciais

As ações são, grosso modo, títulos que conferem, àqueles que as detêm, algum tipo de propriedade sobre a empresa, seja no seu controle, nos seus rendimentos ou na prioridade de participação nos lucros. Partindo das informações da própria BM&F-BOVESPA, as ações podem ser definidas como²⁹:

[...] valores mobiliários emitidos por sociedades anônimas representativos de uma parcela do seu capital social. Em outras palavras, são títulos de propriedade que conferem a seus detentores (investidores) a participação na sociedade da empresa. Elas são emitidas por empresas que desejam principalmente captar recursos para desenvolver projetos que viabilizem o seu crescimento (BMF&BOVESPA, acesso em 20 out. 2016).

Entende-se, portanto, que é a partir das informações sobre quem são os proprietários das ações, (possuindo poder de decisão e/ou sobre os resultados da empresa) que se torna possível identificar o tipo de propriedade dessa empresa de capital aberto. O acesso a essas informações é permitido de ser encontrado devida a uma série de exigências que são colocadas às empresas que participam da BM&F-BOVESPA, como ações de governança e transparência, salientado por Fortuna ao dizer que:

As empresas de capital aberto, cujas ações estão registradas em bolsa de valores, estão sujeitas a uma série de exigências quanto ao fornecimento de informações junto ao público. Estas empresas têm de se sujeitar a todo um

²⁸ Um ativo, pode ser entendido em termos econômicos, significando um direito, seja de participação em estruturas de controle, para o caso de empresas, seja para participação em rendimentos, para empresas mas também para outros tipos de aplicações e investimentos financeiros, que não em ações. Em contrapartida, um passivo significa uma obrigação, um dever para com o detentor do ativo.

²⁹ Em Fortuna (2008, p. 591): “Uma ação representa a menor parcela do capital social de uma sociedade por ações”. Brito (2005, p. 147): “Valor mobiliário, emitido pelas companhias ou sociedades anônimas, representativo de parcela do capital. O capital da companhia ou sociedade anônima é dividido em ações, constitui-se o valor unitário da ação da companhia”. Cavalcante et. al. (2005, p. 46), repete a definição de Brito e introduz a ideia de que: “Repare que o detentor de uma ação (acionista) não é credor da empresa, mas sim um de seus proprietários e, como tal, possui direito à participação nos resultados da empresa proporcionalmente ao número de ações que detém. Lima et. al (2009, p. 25), apresenta questões que também são importantes para o entendimento: “são títulos (negociáveis) de renda variável que representam a menor fração do capital da empresa eminente”. Assaf Neto (2006, p. 160-161), classifica como: “títulos representativos da menor fração do capital social de uma empresa (sociedade anônima, sociedade por ações ou companhia). O acionista não é um credor da companhia, mas um co-proprietário com direito a participação em seus resultados.

conjunto de regras de divulgação de informações a seus acionistas – regras de *disclosure* – que foram regulamentadas pelas instruções CVM³⁰ 369 e 379, respectivamente, de 11/06/2002 e 12/11/2002 (Fortuna, 2008, p. 582).

Lima (2009, p. 68-69), apresenta algumas das características das ações que normalmente podem ser definidas: i) quando a possibilidade de serem escriturais ou representadas por cautelas ou certificados; ii) quando há mercado secundário ativo (boa liquidez – negociabilidade), serem conversíveis em dinheiro, a qualquer tempo; iii) por serem de tipo preferencial ou ordinária; iv) por apresentar modalidades de rendimento como dividendos, bonificação em ações ou em dinheiro, direito de subscrição, venda de direitos de subscrição; v) em que a lucratividade em determinado período de tempo é composta pela variação do preço mais os rendimentos e exercícios de direitos; vi) em que o valor da ação é determinado em mercado, variando em função do desempenho efetivo ou previsto na empresa e na conjuntura, doméstica e internacional.

Apresentadas as características que definem aquilo que nos mercados financeiros são conhecidas por ações, cabe agora retornar à questão inicial e diferenciá-las em termos do que se pode denominar por tipo (ASSAF NETO, 2006), espécie (LIMA, 2009), ou espécie-natureza (BRITO, 2005)³¹. Essa diferenciação acontece a partir da diferenciação das possibilidades que a posse desses tipos de ativos proporciona aos seus proprietários. E se resume entre aquelas ações que proporcionam a propriedade de parte do controle decisório da empresa, e as que apenas concedem ao seu proprietário, a prioridade na distribuição e participação nos lucros e resultados da empresa.

As ações ordinárias são definidas como àquelas que concedem direito a voto nos espaços de tomada de decisões na empresa, como, por exemplo, a assembleia de acionistas. De acordo com ASSAF NETO³² (2006, p. 161), dentre as atribuições concedidas aos proprietários de ações de tipo ordinária, entende-se que esses “podem eleger e destituir os membros da diretoria e do Conselho Fiscal da companhia;

³⁰ CVM é a Comissão de Valores Mobiliários, instituição constitutiva do Sistema Financeiro Nacional que tem por objetivo a fiscalização do funcionamento dos mercados de capitais. As instruções mencionadas estão referenciadas ao final deste texto.

³¹ Essas definições podem ser encontradas respectivamente nas páginas 160-161; 69; 148, das obras dos autores referenciados.

³² “Cada ação ordinária equivale a um voto. O poder de decisão concentra-se no investidor (ou grupo de investidores) que detenha a maior quantidade de ações. Sociedades que tenham suas ações ordinárias concentradas nas mãos de um número reduzido de investidores tem seu controle bastante identificado, dificultando as livres negociações de mercado e os movimentos dos preços.”

decidir sobre o destino dos lucros; reformar o estatuto social; autorizar emissões de debêntures e aumentos de capital social; votar contas patrimoniais, etc”. As atribuições e a estrutura de funcionamento de espaços decisórios, como o mencionado, podem variar de acordo com cada empresa.

Alguns autores, também, analisam a questão das ações ordinárias a partir da diferenciação entre a forma como o mercado é organizado nos diversos países. Em mercados em desenvolvimento, o que é observado é que o controle acionário geralmente depende que um investidor ou grupo de investidores tenham grande participação no capital votante. Se entende que à medida que o mercado evolui, observa-se a pulverização dessas ações, até alcançar um patamar em que para se obter o controle da empresa, não é necessário a propriedade de um grande percentual das ações ordinárias. A partir de Cavalcante (2005), podem-se depreender as informações que sistematizam essa questão diante da seguinte tabela.

Tabela 1 - O mercado de ações ordinárias em mercados desenvolvidos e em desenvolvimentos

O Mercado de Ações Ordinárias		
Situação	Mercados em Desenvolvimento	Mercados Desenvolvidos
Controle Acionário	Grandes Capitais (mais de 50%)	Capitais Menores (pode chegar a menos de 5%)
Perda de Controle	Muito Difícil, e não interessa a outras pessoas	Faz parte do jogo, e influi na formação do preço das ordinárias
Efeito sobre cotações	Não se paga um preço pelo controle	Com recursos relativamente pequenos, a disputa pelo controle acionário eleva o preço
Atratividade das Ordinárias	Pequena: preços deprimidos	Grande: preços atraentes

Fonte: Cavalcante Et. Al (2005)

Nota: Dados adaptados pelo autor.

As ações preferenciais são aquelas que não concedem o direito ao voto nas assembleias de acionistas, mas confere algum tipo de preferência, em especial, no sentido da remuneração a partir dos dividendos e resultados da empresa dado aos proprietários dessas ações. Com isso, entende-se que para os proprietários desse tipo de ação, o que lhes importa, em termos de prioridade, é o lucro em contraposição ao controle e participação nos centros decisórios da empresa. Nessa condição, acabam por consistir basicamente em três preferências: na distribuição de resultados; no reembolso do capital na hipótese de dissolução da empresa; no acúmulo dessas

situações³³. Esse tipo de vantagem pode ser percebida pela lei 10.303/01, também conhecida por Lei das S/A, em seu art. 17, ao especificar que a posse desse tipo de ação concede:

Art. 17. As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir:
 I. Prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo;
 II. Em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele; ou
 III. na acumulação das preferências e vantagens de que tratam os incisos I e II (BRASIL, 2001).

Se uma empresa permanecer pelo tempo de três anos consecutivos sem a realização das preferências dos acionistas que detém a propriedade desse tipo de ações, estas acabam por assumir, também, o poder de voto, podendo dessa forma, ocorrer uma mudança, até mesmo, em termos do próprio controle acionário da empresa. As ações preferenciais são normalmente as mais buscadas em mercados menos desenvolvidos, como alternativa a concentração do controle das ações ordinárias, situação essa que pode ser vista na tabela a seguir:

Tabela 2 - O Mercado das ações Preferenciais

Em mercados em desenvolvimento	Onde não há disputa pelo controle acionário as ordinárias são menos atraentes. Preferenciais significam participação no resultado e geralmente possuem mais liquidez
Quando o mercado evolui	Diminui a atratividade das preferenciais; em alguns casos, a garantia de dividendos cumulativos pode aumentar a atratividade.
Em mercados desenvolvidos	Cai o interesse por ações preferenciais

Fonte: Cavalcante Et Al. (2005, p. 50).

Nota: Informações adaptadas pelo autor.

2.1.3 A Composição Acionária

O último conceito importante de ser apresentado, antes de iniciar a investigação da propriedade das empresas, é o conceito do que é a composição acionária. Esta consiste na demonstração do conjunto de investidores de pessoa jurídica enquanto possuidores de ações de uma determinada empresa, permitindo-se identificar quais são os possuidores dessas ações, ou seja, de que forma se estrutura a propriedade e o poder de decisão sobre a empresa. É obrigatória a sua divulgação pelas firmas que

³³ ASSAF NETO, 2006, p. 161. CAVALCANTE, 2005, p. 49.

participam da BM&F-BOVESPA, sendo obtidos os dados referentes a esse tipo de informação, a partir das *homepages* das empresas e da própria Bolsa de Valores.

As informações representadas pela composição acionária são, assim como apontado nos textos de Armando Boito Junior a principal fonte de pesquisa desse trabalho, servindo para legitimar ou não o argumento que o autor se utiliza: a nacionalidade (brasileira ou estrangeira), o tipo de propriedade (privada ou pública) e a área de atuação (indústria, finanças, serviços), legitimando a diferenciação, ou não, da chamada nova burguesia nacional em relação ao capital financeiro internacional.

2.1.4 A Metodologia de Análise.

Sobre a metodologia de análise, como já dita, a primeira etapa foi à identificação daquilo que consiste o objeto de análise, que são as empresas representantes da chamada nova burguesia nacional. O autor diferencia, em termos metodológicos, os fatores que levam a indicar essas representantes da seguinte forma. No texto de 2006b utiliza o parâmetro das empresas que estavam auferindo o maior lucro até setembro daquele ano, e no texto de 2012 pondera sobre a participação acionária do BNDES nessas empresas. Por isso, as empresas analisadas nesse estudo serão àquelas que entre Janeiro de 2015 e Agosto de 2016 ainda existem e possuem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, a BM&F-Bovespa, sendo possível de se obter as informações sobre a participação acionária.

Identificadas essas empresas, que foi o objetivo do capítulo 1, foram organizadas por: setor, subsetor e segmento pelos critérios da própria BM&F-Bovespa³⁴, que é a instituição que comercializa as ações, ou seja, onde se determina, também, a própria propriedade e a participação nessas empresas. Uma vez organizadas, foram apresentadas individualmente no sentido de descrever, de forma breve, o histórico de cada uma dessas firmas, apresentando e realizando a análise sobre a composição acionária, visando identificar a sua propriedade, ou quem detém as ações ordinárias. Isso foi feito, com base em três parâmetros: a nacionalidade (brasileira ou estrangeira), o tipo de propriedade da empresa acionista (privado ou público) e a área de atuação das proprietárias dessas ações. Além das próprias empresas, é realizada pelos mesmos parâmetros, a análise conjunta dessas ao final

³⁴ Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/acoes/classificacao-setorial/

de cada subsetor e setor. Dessa forma, é permitido que se tivesse uma visão mais macro dessas características.

Salienta-se aqui a relevância em apresentar, a partir de modelos hipotéticos, a forma de mensuração que embasa a análise pelos critérios descritos, e que constituem, basicamente, os dados apresentados nos gráficos que serão apresentados ao longo do capítulo. Para um primeiro caso, de um setor possuir apenas uma empresa, essa firma também será a única representante em termos de segmento e subsetor, considerando que essa empresa “A” apresente a seguinte forma de composição acionária:

Quadro Explicativo 1 - Mensuração da participação nas ações ordinárias por setor (%), subsetor e segmento, a partir dos três parâmetros de análise: setor com uma empresa

Empresa/parâmetro	Nacionalidade		Propriedade		Área de atuação
	Nacional	Estrangeiro	Privada	Pública	Holdings/participações
Empresa A	40,00	0,00	20%	20%	40%

Elaboração do autor.

Logo, esse hipotético setor “T” da economia apresenta, em termos dos proprietários da empresa que é sua representante, um capital de tipo nacional com participação de 40% e 60% das ações em fragmentação do mercado; 20% em propriedade de investidores privados, 20% em posse de investidores públicos e 60% em fragmentação do mercado; 40% estão em posse de empresas que atuam em atividades de holdings/participações e 60% em fragmentação no mercado.

Para uma diferente situação em que, por exemplo, é apresentado duas empresas organizadas em distintos ou um mesmo subsetor e que, por isso, ambas constituem o próprio setor. Além disso, apresentem a seguinte estrutura em termos da sua composição acionária de ações ordinárias:

Quadro Explicativo 2 - Mensuração da participação nas ações ordinárias por setor (%), subsetor e segmento, a partir dos três parâmetros de análise: setor com duas empresas

Empresa Parâmetro	Nacionalidade		Propriedade			Área de atuação		
	Nacional	Estrangeiro	Privado	Publico	Holdings/ Participações	Setor Público	Construção civil	Fundos de Pensão
SETOR W								
Empresa B	40,00	30,00	40,00	30,00	30,00	30,00	10,00	0,00
Empresa C	30,00	50,00	60,00	20,00	30,00	0,00	30,00	20,00

Elaboração do autor.

Se o suposto setor “W” é representado pelo conjunto das duas empresas, este apresenta, em sua composição acionária, 35% de participação de capital de tipo nacional (média simples³⁵ de 40% referente à empresa B e 30% da Empresa C), 40% de participação de capital estrangeiro (30% da empresa B e 50% da Empresa C), e 25% em fragmentação no mercado³⁶; 50% de participação de capital de tipo privado (40% da empresa B e 60% da empresa C), 25% de participação de investidores do setor público (30% da empresa B e 20% da empresa C), e 25% em fragmentação no mercado; 30% de participação de capital por empresas que atuam na área de holding/participações (30% da Empresa B e 30% da empresa C), 15% no setor público (30% da Empresa B), 20% na construção civil (10% da empresa B e 30% da empresa C); 10% em fundos de pensão (20% da empresa C), e 25% em fragmentação no mercado.

Uma terceira hipótese que pode ocorrer em termos da metodologia de mensuração, pode ser tratada dada uma situação em que existam 2 subsetores, um formado por somente uma empresa (que será a própria representante do subsetor) e outro formado por duas empresas. Nesse caso, de acordo os dados apresentados no quadro explicativo número 3, utilizando a mesma metodologia do quadro anterior, com apresenta que o hipotético subsetor “X” teria a participação de 50% por empresas de capital de tipo nacional, 30% estrangeiro e 20% em fragmentação no mercado; 50%

³⁵ Para todos os demais exemplos, a forma de mensuração para um subsetor ou setor com mais de uma empresa será a partir da média simples de participação por cada parâmetro considerando todas as empresas participantes do subsetor/setor.

³⁶ Na seção de análise da composição acionária das empresas, as ações que se encontram em fragmentação no mercado serão mencionadas nas tabelas como “outros” e no texto também pela expressão *free float* (flutuação livre em tradução do inglês para o português).

de capital de tipo privado, 30,00% do setor público e 20,00% em fragmentação no mercado; 45% de participação de empresas vinculadas a atividade de holding/participações, 15,00% ao setor público, 20% a fundos de pensão e 20,00 em fragmentação no mercado.

Quadro Explicativo 3 - Mensuração da participação nas ações ordinárias por setor (%), subsetor e segmento, a partir dos três parâmetros de análise – setor com 2 subsetores (3 empresas)

Empresa Parâmetro	Nacionalidade		Propriedade			Área de atuação		
	Nacional	Estrangeiro	Privado	Publico	Holdings/ Participações	Setor Público	Construção civil	Fundos de Pensão
Empresa D	45,00	35,00	55,00	25,00	20,00	15,00	0,00	40,00
Empresa E	55,00	25,00	45,00	35,00	70,00	15,00	0,00	0,00
Empresa F	30,00	35,00	45,00	20,00	50,00	0,00	0,00	15,00

Elaboração do autor.

Já o outro subsetor que podemos chamar de “Y” seria composto por 30% de participação de empresas de capital de tipo nacional, 35% estrangeiro e em fragmentação no mercado; 45% de empresas de capital privado, 20% público e 35% de fragmentação no mercado; 50% de participação de empresas vinculadas a atividade de holding/participações, 15% a fundos de pensão, além de 35% em fragmentação no mercado. Definida as participações em termos de cada empresa e subsetor, cabe relacioná-las em um único setor, procedendo da mesma forma dos dois últimos casos (média simples), conforme se apresenta no quadro explicativo 4.

Quadro Explicativo 4 - Mensuração da participação nas ações ordinárias por setor (%), subsetor e segmento, a partir dos três parâmetros de análise – 2 subsetores em conjunto (3 empresas)

Empresa Parâmetro	Nacionalidade		Propriedade			Área de atuação	
	Nacional	Estrangeiro	Privado	Público	Holdings/ Participações	Setor Público	Fundos de Pensão
Subsetor X	50,00	30,00	50,00	30,00	45,00	15,00	20,00
Subsetor Y	30,00	35,00	45,00	20,00	50,00	0,00	15,00
Setor Z	40,00	32,50	47,50	25,00	47,50	7,50	17,50

Elaboração do autor.

Dessa forma, entende-se que o setor “Z” em questão teria a participação de 40% de capital de tipo nacional, 32,50% estrangeiro; 47,50% de tipo privado e 25,00% público; 47,50% com empresas vinculadas a atividade de holding/participações, 7,50% com empresas do setor público, 17,50% com fundos de pensão. E por último, cabe descrever qual seria o resultado da conjunção dos três setores (T, W e Z). Pela mesma metodologia já adotada para composição dos subsetores, pode-se chegar ao seguinte resultado conforme apresentado no Quadro Explicativo 5:

Quadro Explicativo 5 – Mensuração da participação nas ações ordinárias por setor, subsetor e segmento (%), a partir dos três parâmetros de análise – 3 setores conjuntos

Empresa Parâmetro	Nacionalidade		Propriedade			Área de atuação		
	Nacional	Estrangeiro	Privado	Público	Holdings/ Participações	Setor Público	Construção civil	Fundos de Pensão
Setor T	40,00	0,00	20,00	20,00	40,00	0,00	0,00	0,00
Setor W	35,00	40,00	50,00	25,00	30,00	15,00	20,00	10,00
Setor Z	40,00	32,50	47,50	25,00	47,50	7,50	0,00	17,50
Setor T, W, Z	38,33	24,16	39,16	23,33	39,16	7,50	6,66	9,16

Elaboração do autor.

2.2 ANÁLISE DAS EMPRESAS

Apresentados os parâmetros de análise das empresas, cabe agora identificar a posição dessas em termos das ações ordinárias e preferenciais. Com isso, apresentaremos a estrutura da composição acionária das empresas indicadas por Armando Boito Junior e que constituem a nova burguesia nacional nos governos Lula e Dilma (2003-2014).

Inicialmente, destaca-se, assim como na explicação metodológica apresentada na seção anterior, as empresas foram separadas por setor econômico, subsetor e segmento, conforme a divisão utilizada pela BMF&BOVESPA. Isso se faz necessário como forma de organizar melhor as empresas e permitir uma análise mais específica por setor econômico, acerca da propriedade, nacionalidade e área de atuação das proprietárias, assim como para visualizar as chamadas redes de empresas que serão apresentadas ao final do capítulo. As duas tabelas que seguem, organizam as empresas dos textos de 2005 e 2012 dessa maneira, como pode ser vista.

Tabela 3- Classificação por setor econômico, subsetor e segmento, das empresas apresentadas nos textos de 2006 e 2012

(continua).

Texto – A burguesia no governo Lula (2006a).			
Empresa	Setor Econômico	Subsetor	Segmento
Acesita (Aperam South América)	Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia
Ambev S.A.	Consumo não cíclico	Bebidas	Cervejas e Refrigerantes
Aracruz Celulose (Fibria)	Materiais Básicos	Madeira e Papel	Papel e Celulose
Banco Itau	Financeiro e Outros	Intermediários Financeiros	Bancos
Banespa (Santander)	Financeiro e Outros	Intermediários Financeiros	Bancos
Bradesco	Financeiro e Outros	Intermediários Financeiros	Bancos
CSN	Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia
CST (ARCELOR)	Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia
COPEL	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Extração e Refino
CPFL ENERGIA	Utilidade Pública	Energia Elétrica	Energia Elétrica
Gerdau	Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia
Tractebel	Utilidade Pública	Energia Elétrica	Energia Elétrica
USIMINAS	Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia
Unibanco (Itau)	Financeiro e Outros	Intermediários Financeiros	Bancos
Vale S.A.	Materiais Básicos	Mineração	Minerais Metálicos
Votorantim S.A.	Vários	Vários	Vários
Texto - Governos Lula: A nova burguesia nacional no poder (2012).			
Empresa	Setor Econômico	Subsetor	Segmento
Ambev S.A.	Consumo não Cíclico	Bebidas	Cervejas e Refrigerantes

Tabela 4- Classificação por setor econômico, subsetor e segmento, das empresas apresentadas nos textos de 2006 e 2012

(conclusão.)

Texto - Governos Lula: A nova burguesia nacional no poder (2012).³⁷			
Empresa	Setor Econômico	Subsetor	Segmento
Aracruz/Votorantim Celulose (Fibria)	Materiais Básicos	Madeira e Papel	Papel e Celulose
Braskem S.A.	Materiais Básicos	Químicos	Petroquímicos
Bertin	Vários	Vários	Vários
CEMIG Distribuição S.A.	Utilidade Pública	Energia Elétrica	Energia Elétrica
Companhia Brasileira de Petróleo Ypiranga	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Comércio e distribuição
Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás)	Utilidade Pública	Energia Elétrica	Energia Elétrica
Embraer S.A.	Bens Industriais	Material de Transporte	Material Aeronáutico de Defesa
Gerdau Aços Longos S.A.	Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia
Gerdau Açominas S.A.	Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia
Globo Comunicações e Participações S.A.			
JBS S.A.	Consumo não cíclico	Alimentos Processados	Carnes e Derivados
Petrobras S.A.	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Exploração e Refino
Petrobras Distribuidora	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Comércio e Distribuição
Perdigão (Brazil Foods S.A.)	Consumo não Cíclico	Alimentos Processados	Carnes e Derivados
Sadia S.A. (Brazil Foods S.A.)	Consumo não cíclico	Alimentos Processados	Carnes e Derivados
Tam Linhas Aéreas S.A. (Latam)	Construção e Transporte	Transporte	Transporte Aéreo
USIMINAS	Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	Siderurgia

Fonte: BM&F-BOVESPA: Classificação Setorial.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Observa-se, segundo as definições setor econômico, a organização das empresas é representada pelos setores de materiais básicos (composto pelos subsectores de siderurgia e metalurgia, químicos, madeira e papel, mineração), bens industriais (subsetor materiais de transporte), utilidade pública (subsetor energia elétrica), consumo não cíclico (subsectores alimentos processados e bebidas). A

³⁷ Em termos da lista oficial que é apresentada pelo autor do texto, exclui-se duas empresas. A Globo Participações S.A., pelo seu não enquadramento em nenhuma das definições das classificações da BM&F-BOVESPA, e por ser uma empresa de capital fechado de propriedade de caráter familiar (família Marinho). A então TAM Linhas Aéreas, atualmente LATAM, pelo fato de que desde abril a companhia deixou de operar na Bolsa de Valores de São Paulo, operando apenas na Bolsa de Valores de Santiago (Chile).

análise se iniciará pelo setor de materiais básicos que é dividido em quatro subsetores, que são: siderurgia e metalurgia; madeira e papel; mineração; químicos.

2.2.1 Setor Materiais Básicos

2.2.1.1 Siderurgia e metalurgia

No subsetor de siderurgia e metalurgia, destacam-se as empresas Acesita (atualmente APERAM SOUTH AMERICA), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Siderúrgica de Tubarão (atualmente Arcelor Mittal), a Gerdau (aços longos e aço minas³⁸) e a USIMINAS.

Com a exceção da Gerdau, uma empresa de capital privado desde o seu surgimento, as demais empresas mencionadas são localizadas, no sentido de seu surgimento, no período circunscrito aos diversos planos e tentativas de industrialização executados pelo Estado brasileiro.

Esses planos ocorreram no Brasil nos anos que compreendem o pós Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1970. O período histórico que corresponde ao surgimento dessas empresas, seus efeitos dos processos econômicos e a estrutura em que elas estavam inseridas é a chamada política de substituição de importações. Tal situação histórica, políticas da época e o surgimento dessas empresas são elementos importantes para a discussão acadêmica. No entanto, embora esses apontamentos não constituam nosso objeto de estudo, iremos aqui apenas mencionar esse reconhecimento temporal e histórico³⁹.

A análise se inicia a partir da mais antiga empresa, isto é, a Companhia Siderúrgica Nacional, fundada no ano de 1942, inserida no plano inicial de industrialização estabelecido no contexto da II Guerra Mundial, durante o governo de Getúlio Vargas (1937-1945), período conhecido por Estado Novo.

³⁸ Ambas são de propriedade da Holding de Participações Metalúrgica Gerdau. A análise se dará a partir das ações da Holding, pois é a partir do controle dela que se dá o controle das subsidiárias.

³⁹ Existe consistente bibliografia que trata do período e dos planos de desenvolvimento assim como as empresas envolvidas no processo, e a política de substituição de importações, dentre os quais podemos citar Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo de Ricardo Bielchowsky (2004), da substituição de importações ao capitalismo financeiro de Maria da Conceição Tavares (1983); História e Desenvolvimento de Caio Prado Junior (2001), Estado e planejamento econômico de Octavio Ianni (1991); Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964), e, De Castelo a Tancredo (1964-1985), ambos de Thomas Skidmore (1988).

A CSN foi idealizada para constituir parte de um setor fundamental no processo de industrialização, através do fornecimento de material siderúrgico de base para os demais setores da economia nacional. Também tem como finalidade no âmbito de seu surgimento, a chamada substituição de importações devido à restrição de obtenção desses materiais pelo próprio contexto de esforço de guerra dos países industrializados (que então eram fornecedores), além de gerar efeitos multiplicadores, diretos e indiretos, sobre outros setores da economia, provocados pelas características básicas de dinamismo econômico resultante do desenvolvimento desse tipo de atividade econômica.

A empresa se consolidou como um dos principais símbolos do que se tem como referência na literatura pelo chamado período desenvolvimentista e da produção econômica nacional até o início da década de 1990 quando, durante o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), foram incluídas conjuntamente com outras empresas, algumas que também serão analisadas nesse trabalho, ao chamado Plano Nacional de Desestatização (PND)⁴⁰, sendo então privatizada. Teve 81,9% do seu capital vendido em 1993, arrecadando 1,28 bilhões e transferindo uma dívida de 532,9 milhões, e 8,8% em 1994, arrecadando 210,3 milhões, todos os valores em dólares estadunidenses (US\$)⁴¹.

Tabela 5 - Composição acionária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
Rio Iaco	4,19	0	4,19
Participações S.A.	50,29	0	50,29
Vicunha Aços S.A.	43,33	0	43,33
Outros	2,19	0	2,19
Ações em Tesouraria			
Total	100	0	100

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Atualmente, a empresa só dispõe no mercado de ações ordinárias, identificada na cotação da Bolsa de Valores pelo código CSNA3. Conforme pode ser visto na

⁴⁰ A lei que trata do PND é a 8.031/90 sendo alterada e revogada pela lei 9.491/97. Ambas estão referenciadas ao final deste texto.

⁴¹ Informações sobre as privatizações relacionadas ao PND, ver: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/pnd_empresasdesestatizadas.pdf; Para obtenção de informações sobre os valores de venda e a dívida transferida pela venda das empresas, a participação de investidores por tipo (nacional, estrangeiro, público, privado) entre outros, acessar: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/Conhecimento/pnd/Private_Gov.PDF.

tabela, a empresa é atualmente controlada pelo grupo VICUNHA AÇOS S.A., que detém 50,29% das ações ordinárias da empresa e de participação na composição acionária da CSN. A VICUNHA AÇOS S.A., é de propriedade da empresa VICUNHA STEEL S.A., controlada pela RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A. (da família Steinbrunch e Schwarz), e da empresa CFL PARTICIPAÇÕES S.A., de mesma propriedade⁴².

A então empresa ACESITA também surge nesse mesmo contexto, em 1944, tendo como área de atuação a produção de aços planos. Assim como a CSN, foi incluída ao PND do governo Collor, tendo 74% do seu capital vendido em 1992, arrecadando 465 milhões e transferindo uma dívida de 232 milhões de dólares (US\$). O grupo comprador era constituído, principalmente, pelas empresas PREVI e SISTEL, e o clube de investimentos dos funcionários da empresa (que seria o mesmo que o fundo de pensão desses funcionários). Desde 2007, a estrutura produtiva foi incorporada pela propriedade do grupo Arcelor Mittal a partir da APERAM SOUTH AMERICA, empresa responsável por algumas operações do grupo na América do Sul. Outra empresa que passou pelo mesmo processo e hoje faz parte desse mesmo grupo empresarial é a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). Esta empresa surgiu no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento durante o Governo de Ernesto Geisel (1974-1979), e acaba por também ser incluída ao pacote de privatizações do PND, sendo 89% de seu capital vendido em 1992, arrecadando 347,4 milhões em receitas, e transferindo uma dívida de 483,6 milhões de dólares (US\$). Os principais compradores na época foram a então Companhia Vale do Rio Doce, o Unibanco, e o Banco Simonsen.

A USIMINAS é uma empresa de grande porte que se notabiliza por fazer parte da história do processo de industrialização brasileira. Fundada em 1956 durante o governo de Juscelino Kubistchek, surgiu como uma inovação no que se refere às formas de organização empresarial no Brasil, sendo, então, composta uma parte por capital estatal e a outra parte por capital privado estrangeiro de nacionalidade japonesa. Nesse período, a tecnologia japonesa já iniciava a expansão de sua

⁴² A partir de informações do site econoinfo.com.br.

participação na economia mundial a partir do chamado “marketing tecnológico” em outros países⁴³.

A USIMINAS foi à primeira empresa de grande porte e simbólica do ponto de vista da industrialização, a ser incorporada dentro da execução do PND, sendo privatizada já em 1991. Neste ano, 69,9% do seu capital foi vendido e 16,2% em 1994, arrecadando 1,82 bilhões em uma primeira etapa e 480 milhões de dólares (US\$) na segunda parte da venda. Teve como principais compradores na época o grupo formado pelas empresas CVRD, PREVI, VALIA, e as Instituições financeiras como os bancos Bozano, Simonsen, Econômico e o *Citibank*, sendo a empresa atualmente controlada pela *Nippon Usiminas*, subsidiária do Grupo Empresarial Nippon (Japão) e a *Ternium Investments* (Luxemburgo)⁴⁴, conforme se apresenta na tabela de composição acionária da empresa.

Tabela 6 - Composição acionária da USIMINAS S.A.

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
Nippon USIMINAS co. Ltd.	17,01	0,52	9,80
Metal One Corporation	0,11	0,0	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil.	1,06	0	0,59
Grupo Companhia Siderúrgica Nacional	15,19	20,86	17,67
Confab Industrial S.A.	5,18	0,23	3,02
PROSID Investments S.C.A.	3,96	0	2,41
SIDERAR S.A.I.C.	2,07	0,09	1,21
Ternium Investments S.a.r.i.	28,18	1,28	16,42
Previdência USIMINAS	4,84	0	2,72
Nippon Steel Corporation	14,23	0,06	8,03
Outros	7,63	72,44	35,98
Ações em tesouraria	0,36	4,33	2,09
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: dados adaptados pelo autor

Diferente da CSN, a USIMINAS dispõe em mercado ações de tipo ordinárias (de identificação USIM3) e preferenciais (de identificação USIM5 e USIM6), que

⁴³ Embora não seja objetivo deste trabalho, essa questão fomenta discussões sobre os processos de internacionalização da economia e da indústria brasileira já durante o governo Kubitschek a partir do Plano de Metas.

⁴⁴ Além da própria Companhia Siderúrgica Nacional com 14,13% de ações ordinárias.

compõem o montante total das ações da empresa. Além disso, é participante do segmento de mercado chamado Nível 1, em que uma das características é que o montante total de ações em *free float*, evidenciado na tabela pela rubrica outros, deve ser mantido em no mínimo 25% do total de ações⁴⁵.

Como o objetivo dessa dissertação é estabelecer uma análise a partir do controle, portanto o mais importante, como referido no trecho anterior à tabela, são os percentuais referentes à participação nas ações ordinárias.

Encerrando a análise das empresas que corresponde ao subsetor de siderurgia, tratamos agora do Grupo GERDAU, uma das mais antigas empresas do país, tendo mais de 100 anos de existência. Essa empresa surge após a Segunda Guerra Mundial no estado do Rio Grande do Sul, entre o final do século XIX e início do século XX, era uma firma tipicamente familiar, característica que preserva até hoje (até mesmo quando observado os cargos de comando da empresa)⁴⁶. Após uma trajetória de expansão e consolidação essa empresa é considerada como uma das maiores do Brasil e do mundo, enquanto especialista na produção de produtos e materiais siderúrgicos. Atualmente, é uma empresa de capital aberto com ações cotadas tanto na BM&F-BOVESPA no segmento Nível 1 (com ações identificadas por GOAU3, ordinária, e GOAU4, preferencial), quanto na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE⁴⁷).

Hoje em dia essa empresa tem como controladora família Gerdau, isso a partir da empresa Indac – Indústria, administração e Comércio S.A., que é de propriedade da empresa Cindac – empreendimentos e participações S.A., a qual tem entre os seus proprietários Germano Hugo, Klaus, Jorge, Frederico Carlos, da família Gerdau Johanpetter, e a empresa Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda., de propriedade da própria Indac/ Cindac.

⁴⁵ Informações sobre os segmentos de mercado da BM&F-BOVESPA podem ser encontrados em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/nivel-1/.

⁴⁶ Essa situação pode ser vista a partir dos cargos nos conselhos da empresa, estrutura de controle que se localiza na estrutura de governança abaixo apenas do conselho de acionistas, como por exemplo o de administração com a participação de Claudio, André Bier Gerdau e Guilherme Chagas Gerdau, todos também de sobrenome Johannpeter e que ocupam os cargos de Diretor Presidente e Conselheiros na ordem mencionada, sendo o segundo e o terceiro ainda membros do Conselho Executivo. Ver: <http://ri.gerdau.com/static/ptb/estrutura-governanca-corporativa.asp?idioma=ptb>.

⁴⁷ Sigla para o nome em inglês *New York Stock Exchange*.

Tabela 7 - Composição acionária da Metalúrgica Gerdau S.A.

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
INDAC – Industria administração e comércio s.a.	45,20	0,00	15,20
Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda.	30,40	0,00	10,20
Fmr Llc.	0,00	6,80	4,50
Bonsucex Holding S.A.	5,00	1,70	2,80
Gerval Investimentos Ltda.	8,10	3,0	4,70
Morgan Stanley	0,00	5,20	3,40
Outros	11,30	85,20	58,50
Ações em Tesouraria	0,00	1,00	0,70
Total	100	100	100

Fonte: BM&F-BOVESPA.

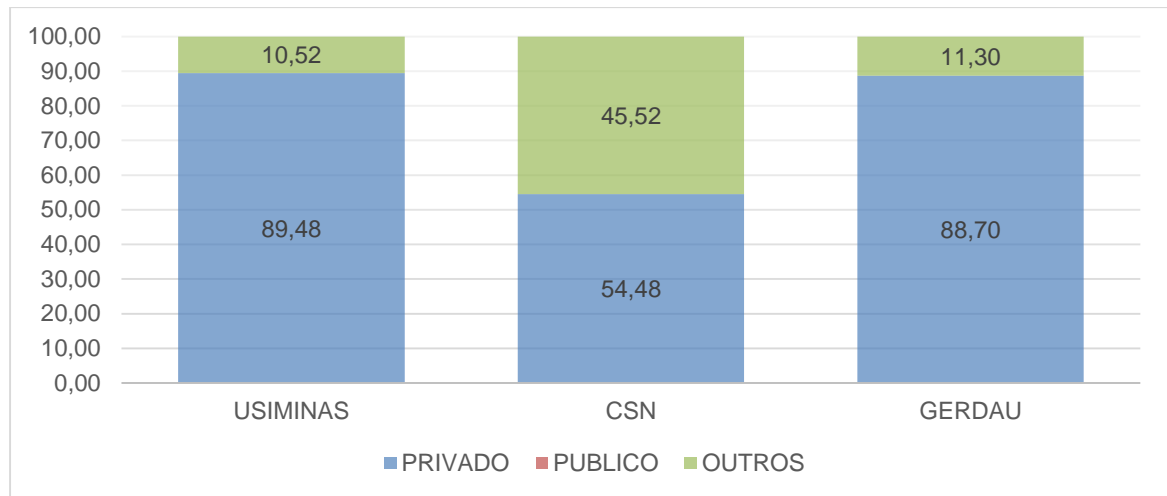
Nota: Dados adaptados pelo autor.

Apresentada a parte do histórico e a estrutura da composição acionária das empresas através das tabelas, cabe então realizar a análise do subsetor da siderurgia, seguindo as referências utilizadas por Armando Boito Junior para a classificação da nova burguesia nacional: a nacionalidade (brasileira ou estrangeira), a propriedade (privada ou pública) e a área de atuação das empresas controladoras. Esta última se dá em razão de serem as próprias controladoras, ou seja, àquelas detentoras das ações ordinárias e que determinam as diretrizes dos espaços decisórios.

Uma primeira questão, dado os parâmetros de análise, é o caráter nacional ou da propriedade dessas empresas a partir de suas controladoras. Com a exceção da Usiminas, que como dito acerca de seu histórico, foi uma das primeiras empresas no país a atuar sobre o regime de propriedade mista, nacional e estrangeira, permanecendo nessa dinâmica até os dias atuais, embora com prevalência atual da propriedade privada.

No que se refere a relação de propriedade pública ou privada das controladoras dessas empresas que operam no setor, no tocante, observa-se a predominância de empresas, cujo o capital é de tipo privado, assim, depreende-se que os investidores institucionais são os controladores das empresas e das ações circulantes em que estão em livre flutuação no mercado, as chamadas *free-float*, que estão indicadas como “outros” nas tabelas, e como pode ser visto no gráfico 1, que se apresenta os seguintes dados:

Gráfico 1 - Composição Acionárias (Privado X Público) das empresas do Subsetor Siderurgia (%)



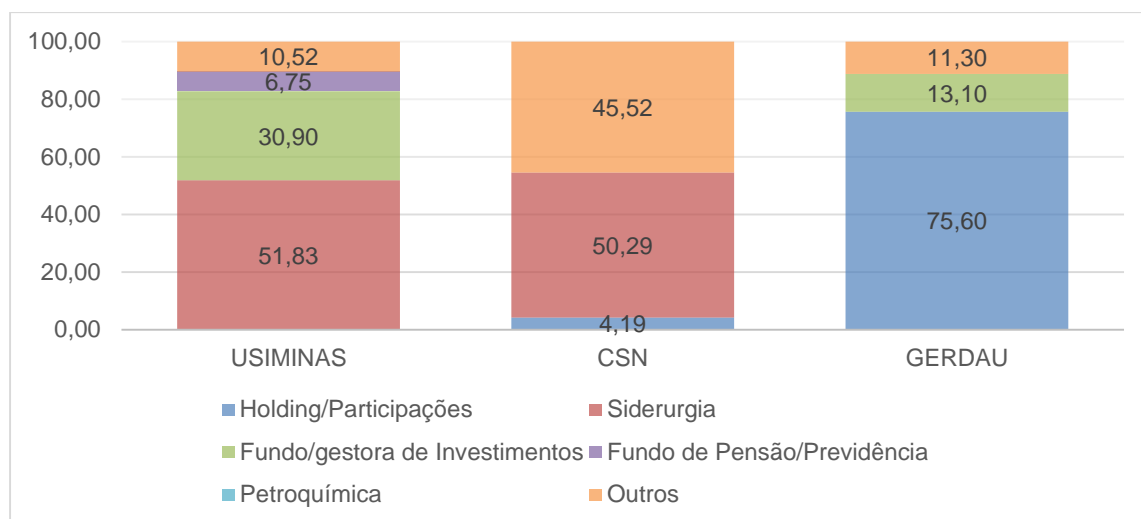
Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Outro fator que pode ser observado na análise do subsetor se refere à área de atuação das controladoras. Isso é necessário para que possamos verificar a possibilidade de diferenciação das empresas controladoras, a começar pelas frações do capital (industrial/financeiro). A partir desse parâmetro, observa-se como os dados apresentam essa questão. Dessa forma, destaca-se uma não homogeneidade entre as áreas de atuação as quais as empresas controladoras estão associadas, apresentando cinco setores distintos de atuação entre elas, que são: petroquímica, fundo de pensão/previdência, fundo/gestora de investimentos, siderurgia e holding/participações.

Além da não homogeneidade entre as empresas, quando comparadas entre si, a diversificação nos ramos de atividade das controladoras é outro elemento importante, pois desse ponto de vista também é possível observar empresas vinculadas a atividades além do próprio subsetor de siderurgia.

Gráfico 2– Área de Atuação das principais controladoras das empresas do Subsetor Siderurgia (%)



Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

A USIMINAS e a CSN são empresas que possuem participação, dentre as suas controladoras, de empresas que são do seu mesmo subsetor, a siderurgia, enquanto a Gerdau se evidencia por ser em mais de 70% controlada por empresas vinculadas a atividades de Holding/Participações, embora de caráter familiar. Nota-se também que a maior fragmentação acionária pode ser vista na composição da CSN, pela relevante participação das ações em *free-float* (outros).

2.2.1.2 Mineração

Ainda se tratando do setor materiais básicos, como representante do subsetor mineração, tem-se a antiga Companhia Vale do Rio Doce, atual VALE S.A., que junto a Companhia Siderúrgica Nacional, é uma das empresas fundadas no mesmo contexto, em 1942, embora a sua atuação fosse direcionada à área de mineração e não à de siderurgia. É desde seu surgimento umas das principais empresas brasileiras em termos de produção e, também, de participação nas exportações do país⁴⁸.

⁴⁸ Em 2015 foi considerada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, como a maior exportadora do país, tendo participação de 5,9% nas exportações totais. Dados disponíveis em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/empresas-brasileiras-exportadoras-e-importadoras>.

Essa empresa fez parte do PND⁴⁹, teve seu processo de privatização ocorrido no ano de 1997, repercutindo na época, tendo forte resistência social e um grande debate político nacional sobre as formas como estava sendo conduzida a privatização da empresa. Naquele tempo, foi adquirida pelo consórcio formado pelas empresas CSN, a PREVI, a PETROS, a FUNCEF, a FUNCESP, e os Bancos Opportunity e Nations Bank. Participante da Bolsa de Valores no segmento Nível 1 (VALE3: ação ordinária; VALE5: ação preferencial), atualmente a empresa é controlada pela VALEPAR, uma holding de participações que é formada pelas empresas LITEL participações S.A., MITSU Co. (japonesa), Bradespar S.A. (subsidiária do banco Bradesco para participações em empresas) e BNDESPar, subsidiárias do Banco Bradesco e do BNDES, respectivamente, para participações em empresas.

Tabela 8 - Composição Acionária VALE S.A.

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
BNDES Participações S.A.	6,41	3,26	5,2
CAPITAL Group International INC	0	10,4	4,02
CAPITAL Research Global Investors	0	10,57	4,09
VALEPAR S.A.	53,35	1	33,12
Outros	39,25	71,83	51,84
Ações em Tesouraria	0,98	2,93	1,73
Total	100	100	100

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

2.2.1.3 Químicos

No subsetor Químicos, a BRASKEM S.A. é uma empresa muito reconhecida, fundada em 2002, a partir da fusão de seis outras empresas da Organização Odebrecht e do Grupo Mariani, contando com a participação societária da Petrobras S.A. A BRASKEM S.A. é uma firma direcionada aos mercados de produtos químicos e plásticos, faz parte também do segmento nível 1 (BRKM3, ação ordinária; BRKM5 e BRKM6, ação preferencial), sendo a sua controladora atual a empresa de serviços e participações do grupo Odebrecht S.A.

⁴⁹ Foi incluída pelo decreto nº 1.510 de 1995.

Tabela 9 - Composição Acionária da Braskem S.A.

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
PETROBRAS S.A.	47,03	21,92	36,15
ODEBRECHT S.A.	0	0	0,0
ADR'S – JP Morgan	0	7,77	3,37
ODEBRECHT Serviços e Participações S.A.	50,11	22,91	38,32
Outros	2,86	47,04	22,01
Ações em Tesouraria	0	0,36	0,15
Total	100	100	100

Fonte: BMF&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

2.2.1.4 Madeira e papel

No subsetor de madeira e papel a empresa listada é a Fibria S.A., antiga Aracruz Celulose, foi adquirida pelo grupo Votorantim após a crise econômica de 2008, mantendo a sua fábrica em Aracruz-ES, mas aderindo a um grupo de âmbito nacional e internacional de produção de bens vinculados à madeira e o papel, com atuação em diversas outras áreas⁵⁰, é participante do segmento chamado de Novo Mercado, em que se caracteriza pelas práticas de governança adicionais, as que são exigidas pela legislação brasileira e determina que as empresas listadas neste segmento só podem emitir ações ordinárias⁵¹. Como pode ser visto na tabela de composição acionária, a empresa é controlada em associação entre o BNDES participações S.A e a própria Votorantim S.A.

Tabela 10- Composição Acionária da Fibria S.A.

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
BNDES Participações S.A.	29,08	0	29,08
VOTORANTIM S.A.	29,42	0	29,42
Outros	41,44	0	41,44
Ações em Tesouraria	0,06	0	0,06
Total	100	0	100

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

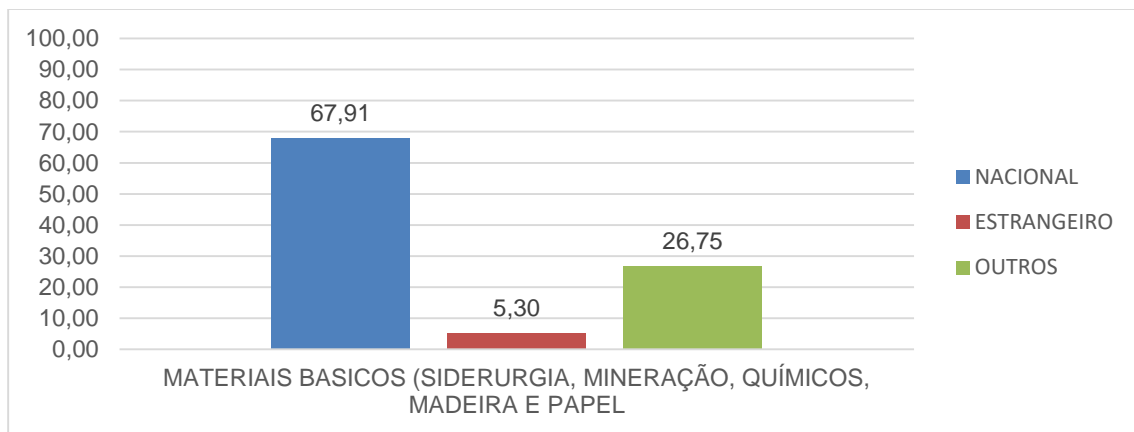
⁵⁰ Sobre a estrutura do grupo Votorantim, ver as informações disponíveis na página da própria empresa:

http://votorantim.mzweb.com.br/votorantim/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=38120.

⁵¹ Outras informações sobre o segmento Novo Mercado podem ser encontradas em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/.

A análise conjunta das empresas dos subsetores de siderurgia, mineração, químicos e madeira e papel, configurando agora o setor de Materiais Básicos, repercute nos resultados apresentados em termos das avaliações da nacionalidade, propriedade e área de atuação das controladoras, quando foram observadas as composições acionárias das empresas de forma individual e por cada subsetor. Nesses parâmetros, se verifica que o setor é caracterizado pela nacionalidade brasileira e o caráter privado das empresas controladoras como predominante no setor, conforme os dados apresentados nos gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 - Nacionalidade em termos da Composição Acionária do Setor Materiais Básicos (%)

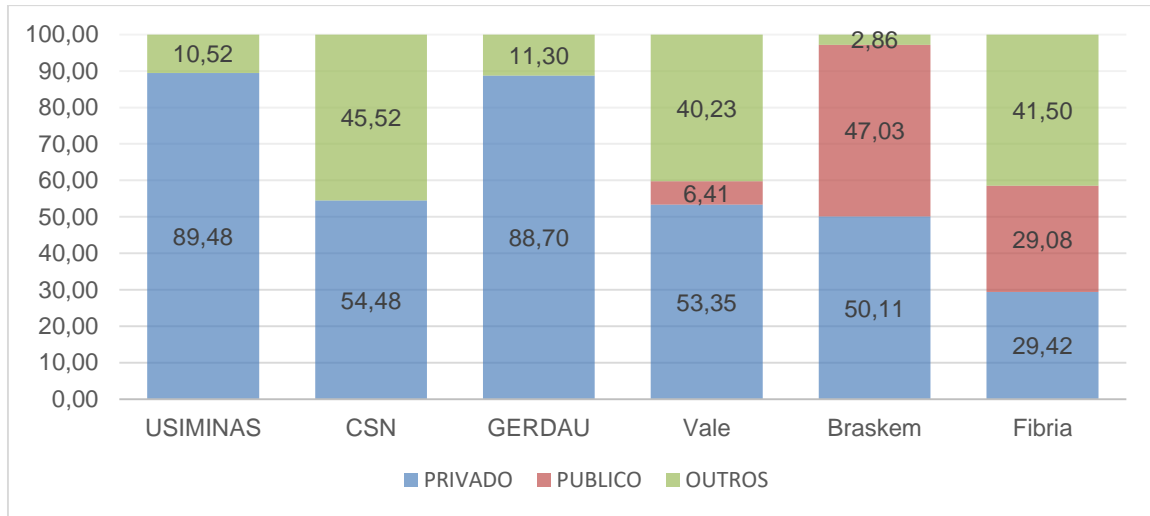


Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Como já mencionado, quando observada a composição acionária a partir da estrutura pública ou privada nas três empresas que constituem o subsetor siderurgia, foi verificada a evidente presença de controladoras de propriedade pública. Além disso, observamos que Petrobras tem participação na Braskem com a posse de mais de 40% das ações ordinárias, e, também é preciso ser levado em consideração em termos do setor público, a participação do BNDESpar, com próximo de 30% de participação nas ações ordinárias da Fibria S.A. Estes resultados são apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Composição Acionária (Privado x Público) das empresas do Setor Materiais Básicos (%)

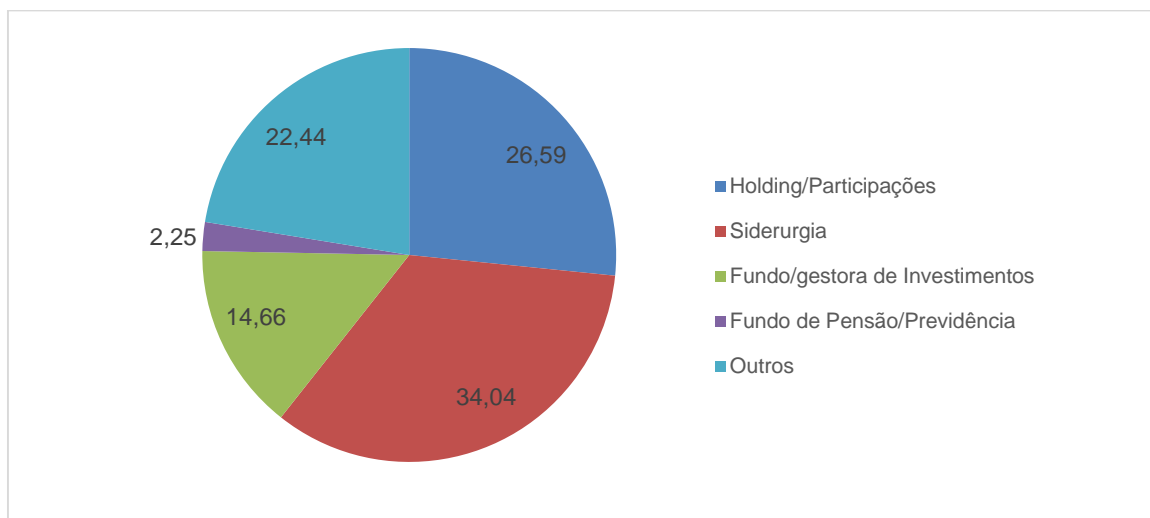


Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Elaboração do autor.

Sobre essas empresas, o mesmo se pode dizer acerca da diversificação que insere ao setor, em termos da área de atuação das controladoras, sendo as duas, Braskem e VALE, juntamente com a Gerdau, controladas em acima de 40% por empresas vinculadas à atividades de Holding e participações, além da significativa fragmentação acionária representada em *free float* (outros).

Gráfico 5 - Área de atuação das principais acionistas do Setor Materiais Básicos (%)



Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

2.2.2 Setor Bens Industriais

A EMBRAER S.A., considerando o setor de bens industriais, é uma empresa de economia mista criada em 1969 como parte do processo de industrialização do país (assim como as demais mencionadas anteriormente), consolida-se junto a outros organismos governamentais voltados à pesquisa aeroespacial como o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) e o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA).

A atuação dessa empresa é destinada para a produção de aeronaves e peças vinculadas ao setor. Até os anos de 1980 apresentou fortes indicadores de expansão econômica em termos de produção e participação de mercado. Mas, assim como boa parte das empresas estatais ou de economia mista, adentra aos anos 1990, semelhante ao conjunto da economia brasileira, em um grave período de crise. Dessa forma, também dentro dos objetivos do PND, foi privatizada em 1994, arrecadando 192,2 milhões de dólares pela venda de 60% das ações da empresa, tendo como principais compradores na época o Banco Bozano-Simonsen e o Banco Wasserstein e Perella, a PREVI e a SISTEL.

Tabela 11- Composição acionária da EMBRAER S.A.

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
BNDESPAR	5,37	0	5,37
Brandes Investments Partners	10,10	0	10,10
Oppenheimer Funds	9,44	0	9,44
Outros	74,29	0	74,29
Ações em Tesouraria	0,86	0	0,86
Total	100	0	100

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

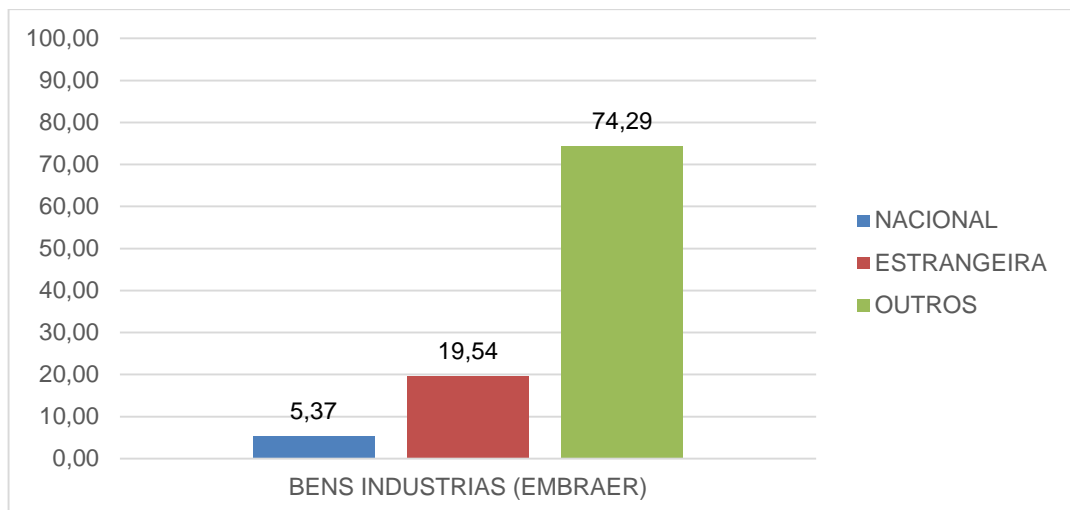
Participante do segmento novo mercado (com ação ordinária de identificação EMBR3), conforme se observa os dados indicados na tabela de composição acionária da empresa, a mesma não possui um grupo controlador. Dessa forma, quem tem a responsabilidade sobre a indicação de seu conselho e diretoria é o corpo formado pela totalidade dos acionistas, em especial, aqueles que se encontram em *free-float*⁵², junto com os investidores institucionais. Em termos da propriedade, a participação de tipo

⁵² Livre flutuação em tradução direta. Seria o caso do acionista. Pessoa física, que não necessariamente pertence a um grupo investidor.

estatal se restringe ao BNDESPar com 5,37% das ações ordinárias, prevalecendo as ações em propriedade de controladoras privadas e fragmentadas pelo mercado.

Do ponto de vista dos outros dois parâmetros, a nacionalidade e a área de atuação são possíveis de serem destacados pela presença significativa de empresas de capital estrangeiro na composição acionária da empresa, representada pelos fundos de investimentos americanos Brandes Investments Partners e Oppenheimer Funds.

Gráfico 6 - Nacionalidade em termos da Composição Acionária do setor Bens Industriais (%).



Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

2.2.3 Setor Utilidade Pública

Dentre as empresas do setor utilidade pública as representantes são: a Eletrobrás S.A., a CEMIG S.A., a Tractebel/ENGIE energia, e a CPFL energia. Iniciamos nossa descrição pela mais antiga entre elas, isto é, a Eletrobrás S.A. considerada como a principal empresa do setor energético do país, criada durante o governo do Presidente João Goulart, pela lei 3.890-A de 25 de abril de 1961⁵³, começou as suas operações no ano de 1962.

Essa empresa também estava inserida dentro da perspectiva dos planos de industrialização no país, tendo entre suas atribuições, naquele momento, a promoção

⁵³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3890Acons.htm.

de estudos, construção e operação de usinas, linhas de transmissão e subestações, visando à expansão da oferta elétrica no país a fim de acompanhar a rápida expansão industrial e urbana que já se consolidava naquele momento. Atualmente, tem a sua atuação voltada às áreas de distribuição, de geração e de transmissão de energia, operadas a partir de suas diversas subsidiárias, dentre as quais podem ser citadas como exemplo as empresas FURNAS e a ELETRONUCLEAR, também possuindo uma própria empresa vinculada à área de participações em outras empresas, a ELETROPar.

Nos anos 1990, a empresa passou por modificações no que diz respeito às suas subsidiárias, sendo algumas delas incluídas no PND. Modificações também no próprio modelo de gestão empresarial, mesmo que não fosse privatizada como um todo. A empresa foi retirada da lista de privatizações do PND em 2004, por conta da nova legislação sobre o setor elétrico, a lei n.º 10.848/2004⁵⁴. Como se pode observar na tabela de composição acionária, a firma apresenta-se nos dias atuais como uma empresa de capital aberto, pela participação de empresas diversificadas em relação à nacionalidade, à propriedade e à área de atuação. Dessa forma, observa-se que o controle dessa é estatal, contando com a participação em 51% das ações acionárias, por parte da União Federal. Compondo a lista de empresas que atuam no segmento nível 1 (com ações ordinárias identificadas por ELET3; e ações preferenciais identificadas por ELET5, e, ELET6), as ações da empresa são negociadas tanto na BM&F-Bovespa, quanto na NYSE.

Tabela 12- Composição acionária Eletrobras S.A.

(continua).

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
Caixa Econômica Federal	0,80	0,00	0,64
BlackRock Inc.	0,00	5,00	0,98
BNDESPAR	13,04	7,04	11,86
JP Morgan Chase Bank	7,12	2,27	6,17
Banco Clássico S.A.	6,28	0,00	5,05
Kopernic Global Investor LLC	0,00	5,14	1,01
Fundo Nacional De Desenvolvimento	4,20	0,00	3,37
Fundo Garantidor da Habitação	0,09	0,00	0,07
Victor Adler	0,02	0,18	0,00
3g Radar Gestora de Recursos Ltda.	0,09	0,00	0,64

⁵⁴ A lei está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.848.htm

Tabela 13- Composição acionária Eletrobras S.A.

(conclusão).

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
Gic Private Ltda.	0,20	0,00	0,61
União Federal	51,00	0,00	40,99
BNDES	6,86	6,88	6,86
Outros	10,31	67,90	21,62
Ações em Tesouraria	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Sobre o estudo feito neste trabalho é importante direcionar a atenção para a presença de empresas do setor financeiro (bancos e fundos de investimentos) e de capital estrangeiro na composição acionária das, tanto a caráter de participação nas ações ordinárias, quanto nas preferenciais, a exemplo das empresas americanas JP Morgan Chase Bank e Kopernic Global Investor LLC, possibilitando um posicionamento destacado para as mesmas, em caso de mudanças na estrutura proprietária da empresa.

Anos antes do surgimento da Eletrobrás, na época do governo estadual de Juscelino Kubitschek, foi fundada em 1952 a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Essa empresa surge para suprir objetivos, já apresentados anteriormente, que são: expandir a oferta energética no país acompanhando o desenvolvimento industrial e urbano.

Tabela 14 - Composição Acionária da CEMIG S.A.

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
Minas Gerais Participações S.A.	0	1,2	0,8
Estado de Minas Gerais	50,96	0	17,03
AGC. Energia S.A.	20,05	3,1	8,76
FIA Dinâmica Energia	9,49	5,28	6,69
BNDESPar	12,92	3,13	6,4
Outros	6,58	87,23	60,28
Ações em Tesouraria	0	0,07	0,04
Total	100	100	100

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Da mesma forma que a Eletrobrás várias outras empresas estatais também perpassaram na década de 1990 às iniciativas de privatização. Entretanto, apesar disso, a CEMIG se mantém até hoje como uma empresa de controle estatal,

constatada pela participação de 50,96% do Estado de Minas Gerais nas ações ordinárias da empresa, e como uma empresa de capital aberto, conforme os dados que podem ser vistos na tabela a seguir sobre a composição acionária, como participante do segmento de nível 1 (ação ordinária de identificação CMIG3; ação preferencial de identificação CMIG4).

A empresa AGC. Energia S.A. é subsidiária da construtora Andrade Gutierrez para o ramo de energia elétrica, e a FIA Dinâmica Energia consiste em um fundo de investimentos do Banco Clássico que, também, tem participação em ações na Eletrobrás S.A. Esses fatores demonstram que a participação em determinadas empresas, vai além do âmbito da área de suas atuações.

A CPFL ENERGIA S.A., por exemplo, é uma antiga empresa estatal que atualmente se constitui enquanto uma *Holding* de participações societárias, sobretudo no setor de energia, tendo inserção em uma área de atuação que abrange cidades do interior dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, dentro de uma região com uma população de 18,7 milhões de habitantes aproximadamente. Também foi incluída na dinâmica dos planos de privatização dos anos 1990, deixando então de ser uma empresa de controle estatal por parte do Governo do Estado de São Paulo. Essa empresa é junto da empresa ELETROPAULO, uma das principais responsáveis pela oferta de energia elétrica para todo o Estado de São Paulo.

Tabela 15- Composição Acionária da CPFL ENERGIA S.A.

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
BNDSPar	6,74	0,00	6,74
Fundo Mutuo de Investimentos em Ações – BB carteira livre (PREVI).	7,17	0,00	7,17
Bonaire Participações Energia São Paulo – Fundo de Investimento em ações (CESP, SISTEL, PETROS, SABESPREV).	0,12	0,00	0,12
PREVI	12,18	0,00	3,45
PETROS	22,28	0,00	22,28
ESC Energia S.A.	2,76	0,00	2,76
Camargo Correa S.A.	23,00	0,00	23,00
Brumado Holdings LTDA	0,58	0,00	0,58
Antares Holdings LTDA	3,59	0,00	3,59
Outros	1,67	0,00	1,67
Ações em Tesouraria	19,93	0,00	19,93
Total	100	0	100

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Apesar da composição acionária não ser explícita quanto à empresa ou grupo controlador, a partir da própria *homepage* da empresa, na área de investidores/governança corporativa, se tem a informação de que o grupo controlador é formado pelas empresas ESC Energia S.A (de propriedade da Camargo Correa para o setor elétrico), a PREVI e a Fundação CESP, a Petros, a Sistel, além da SabesPrev⁵⁵ reunidas em conjunto configurando a empresa Energia São Paulo – Fundo de investimento em ações. Embora se trate de uma empresa que tenha passado por um processo de privatização, nota-se que parte considerável das controladoras se constitui de fundos de recursos oriundos do setor público, como, por exemplo, os fundos de pensão PREVI, PETROS, SISTEL, SABESPrev, e do próprio BNDESpar.

Para encerrar a análise, em relação a cada empresa do setor de utilidade pública, a TRACTEBEL/ENGIE ENERGIA se difere das três apresentadas anteriormente por ser, desde o seu surgimento em 1998, uma empresa de capital privado. Fundada em Santa Catarina, atua na geração e comercialização de energia em 4 regiões do Brasil (sul, sudeste, centro-oeste, nordeste).

Tabela 16- Composição Acionária TRACTEBEL/ENGIE ENERGIA

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
Banco Clássico S.A.	10	0	10
GDF Suez Energy Latin América Participações Ltda.	68,71	0	68,71
Outros	21,29	0	21,29
Ações em Tesouraria	0	0	0
Total	100	0	100

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

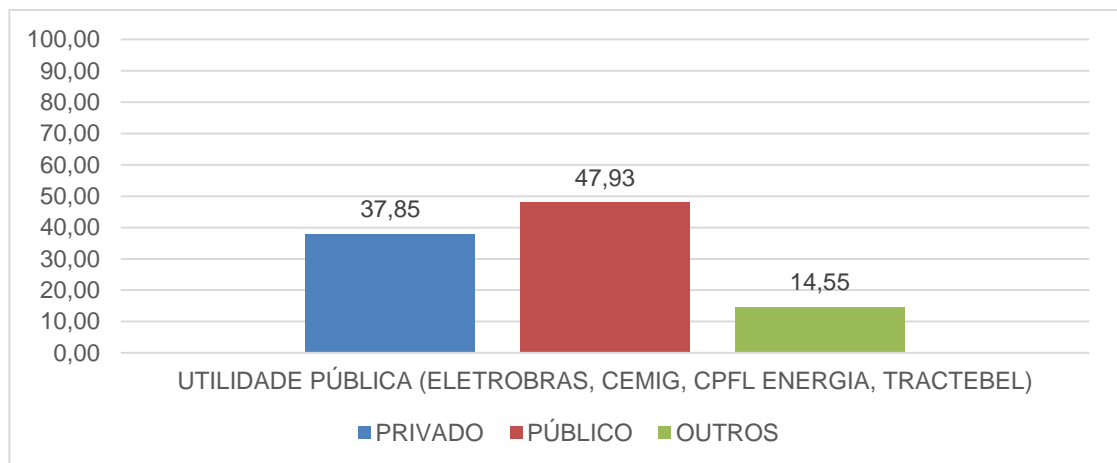
A empresa é participante do novo mercado e apresenta ação ordinária de identificação EGIE3 na bolsa de valores. De acordo com os dados apresentados, ao contrário das demais empresas que contam com a participação, mas não do controle acionário por parte de empresas estrangeiras, o caso da TRACTEBEL se diferencia pela participação e controle da empresa francesa GDF SUEZ ENERGY a partir da sua subsidiária para operações na América Latina. Reitera-se, também, a participação do Banco Clássico, empresa do setor financeiro, que é acionista em mais de uma empresa do setor de utilidade pública/energia elétrica.

⁵⁵ Disponível em: <http://cpfl.riweb.com.br/show.aspx?idCanal=K5unA/jimUN2FKvo+Z98Xw==>.

Ao se tratar da análise deste setor, os elementos mais importantes a critério dos parâmetros a que o capítulo se propõe e em termos de relação com os outros setores já apresentados, perpassam tanto a questão da propriedade pública ou privada, quanto à área de atuação das controladoras.

Diante da primeira questão, percebe-se que ao contrário do setor de materiais básicos e de bens industriais, há no setor de utilidade pública, pelas empresas analisadas, uma prevalência da participação pública em termos das ações ordinárias. Isso se dá pelo fato de se apresentarem como constituintes do setor, duas empresas controladas pela União Federal e pelo Governo de Minas Gerais, para os casos da Eletrobrás e da CEMIG respectivamente, e de uma que, embora tenha sido privatizada, conta com participação majoritária de empresas vinculadas ao setor público (a CPFL Energia), fazendo com que o peso da participação privada, em especial na Tractebel, não dê essa característica ao setor, quando fazem parte desse, essas empresas específicas. Essa relação pode ser vista a partir dos dados do gráfico da composição acionária do setor, visando identificar o percentual de participação de investidores privados e públicos, apresentados abaixo:

Gráfico 7 – Composição Acionária (Privado x Público) do Setor Utilidade Pública (%)



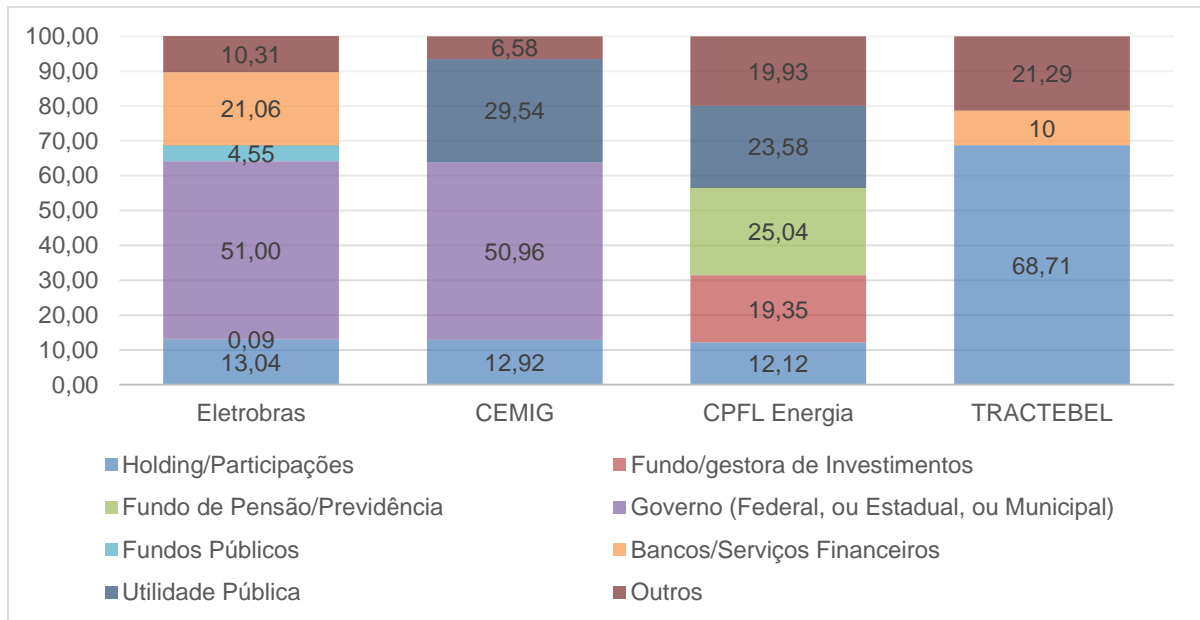
Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Do ponto de vista da área de atuação das empresas controladoras, verifica-se a repetição do que ocorreu com os outros setores já analisados, sendo característica a diversidade em termos da área de atuação dessas. Isso é observado tanto quando

se apresenta as empresas de forma individual, quanto considerado o setor como um todo.

Gráfico 8 - Área de atuação das principais controladoras das empresas do Setor Utilidade Pública (%)



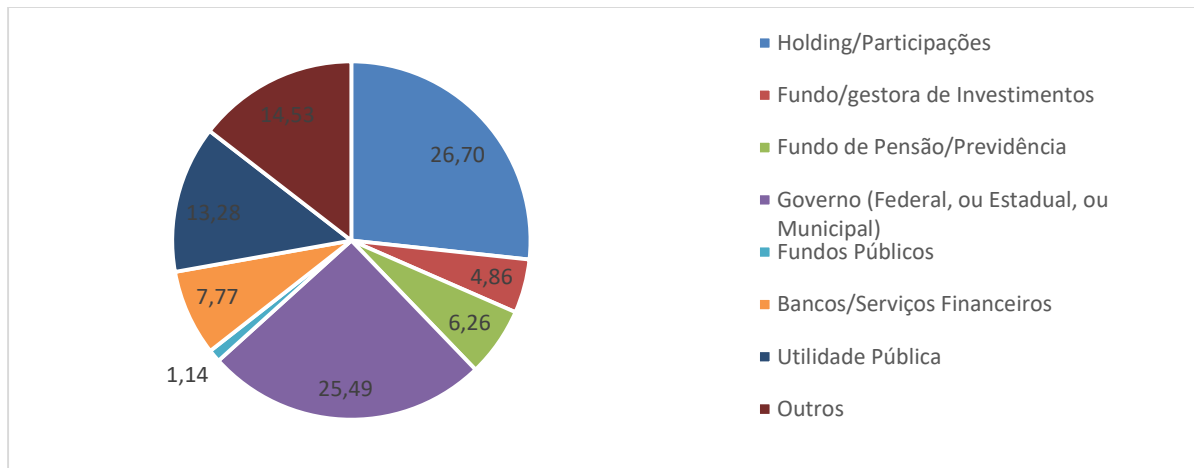
Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Verifica-se, também, a participação de empresas que não necessariamente são vinculadas à atividades do setor e de energia elétrica, evidenciando a dinâmica de investimentos em diversas áreas por parte das empresas controladoras. A diversidade pode ser colocada em contraposição pela evidente participação de entes governamentais como controladores substanciais do setor. Além da participação de empresas vinculadas à área de Holding/Participações em todas.

Uma evidência a ser mencionada novamente é quanto área de atuação das controladoras do setor e o que se refere à participação dos fundos públicos e de pensão. Verificou-se que a estrutura da área de atuação das controladoras das empresas é fragmentada em termos de todo o setor de utilidade pública. Destacam-se as empresas vinculadas a atividade de Holding/participações e, como já mencionado, o setor público, através dos Governos Federal e do Estado de Minas Gerais. Juntos, as empresas que atuam nesses setores representam mais de 50% do controle do setor.

Gráfico 9- Área de atuação das principais acionistas do Setor Utilidade Pública (%)



Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

2.2.4 Setor Petróleo, gás e biocombustíveis

O setor de petróleo, gás e biocombustíveis, constitui-se por quatro empresas: Petrobras S.A., Petrobras Distribuidora, COPEL e a Ypiranga. Inicialmente a análise será feita a partir da Petrobras S.A. e a Petrobras Distribuidora, empresas estatais, sendo a segunda uma subsidiária da primeira, e que por isso serão apresentadas de forma conjunta.

A Petrobras S.A. foi criada pela lei 2.004 de 3 de Outubro de 1953⁵⁶, no âmbito das políticas de industrialização direcionadas às chamadas indústrias de base durante o II período de governo Vargas (1950-1954). Teve incremento substancial da sua capacidade produtiva dentro dos projetos do já mencionado II Plano Nacional de Desenvolvimento (1976-1979), permanecendo até hoje como uma das maiores empresas do país e, até mesmo, do mundo. Dentre as empresas já mencionadas anteriormente, constitui-se uma das poucas que não foram incluídas dentro do pacote de privatizações da década de 1990, mesmo tendo o setor passado por mudanças consideráveis durante esse período⁵⁷.

A PETROBRAS Distribuidora foi fundada em 1971 e fechou seu capital em 2002, constitui-se assim como uma sociedade anônima de capital fechado. Atua como subsidiária da Petrobras na área de comercialização dos produtos derivados do

⁵⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2004.htm.

⁵⁷ Uma das mudanças consiste na quebra do monopólio da Petrobras no setor, a partir da lei 9.478 de 6 de Agosto de 1997, disponível em http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9478.htm.

petróleo que são produzidos pela sua controladora, sendo a maior distribuidora de combustíveis do país.

Tabela 17- Composição Acionária da Petrobrás S.A.

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
BNDES + FPS	9,95	2,88	6,92
PREVI	0,18	6,32	2,79
União Federal	50,26	0	28,67
BNDESPAR	0,16	23,94	10,37
Caixa Econômica Federal	3,24	1,1	2,32
Outros	36,21	65,75	46,78
Ações em Tesouraria	0	0	0
Total	100	100	100

Fonte: BM&F-Bovespa.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

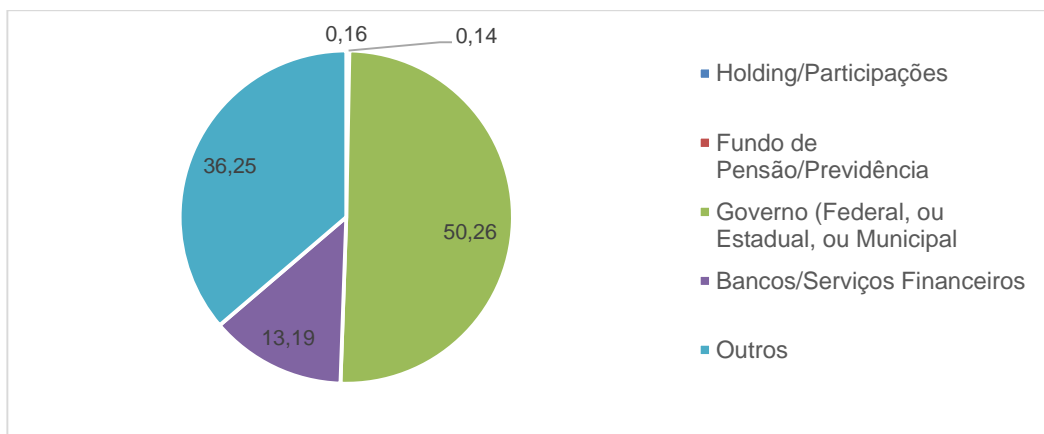
Constata-se pela tabela de composição acionária da empresa que, apesar de se tratar ainda de uma empresa de capital de tipo Estatal, assim como outras já apresentadas nesse trabalho, também passou por processos de abertura de capital, sendo possível verificar a participação de empresas de capital estrangeiro e vinculadas à atividade de Holdings/Participações e Fundos/Gestores de investimentos, embora seja importante ressaltar que essa presença se dá, em termos percentuais, tratando-se de forma específica às ações preferenciais (de identificação PETR4 na BM&F-Bovespa).

A antiga Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga foi comprada em 2007 pela Ultrapar (Grupo Ultra). Ainda é formada como uma empresa que atua no ramo de combustíveis, sendo a 2ª maior rede de postos de combustíveis do Brasil (é uma das principais concorrentes da Petrobras Distribuidora). Como uma empresa de capital fechado, cabe apenas mencionar que a empresa proprietária é o Grupo Ultra que atua em atividades econômicas, além da distribuição de combustíveis, como, por exemplo, na produção de produtos de especialidades químicas (Oxiten), nas drogarias (Extrafarma), entre outras. Esta empresa é umas das maiores do país e de propriedade das empresas Holding Ultrapar S.A. participações (famílias Igel, Beltrão Coutinho e outros) e a gestora de investimentos do Reino Unido, a Aberdeen Asset Management PLC⁵⁸.

⁵⁸ Para mais informações acessar: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm?codigo=18465.

Concluindo o setor, a Copesul, antiga empresa estatal, atualmente constitui parte da já mencionada empresa BRASKEM S.A. Foi privatizada durante os anos 1990, sendo comprada pelo consórcio formado pela Odebrecht (a partir de uma de suas subsidiárias do setor, a OPP), a Petroquisa (Petrobras Química S.A.) e o Grupo Ipiranga, rendendo uma receita de 797 milhões, pela venda de 62,9% de seu capital total em 1992, 30,6 milhões em 1993, pela venda de outros 10% do capital, e por fim outros 33,8 milhões (todos os valores em dólares – US\$) em 1994, por 9,1% das ações⁵⁹.

Gráfico 10- Área de atuação das principais controladoras das empresas do setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis⁶⁰.



Fonte: BM&F-BOVESPA

Nota: Dados adaptados pelo Autor.

2.2.5 Setor de consumo não cíclico

O setor de consumo não cíclico é dividido em dois subsetores: Bebidas e Alimentos Processados. São apresentadas pelo autor as empresas AMBEV S.A., Bertin/JBS S.A. e Brazil Foods S.A. As três são consideradas grandes empresas, inclusive frequentemente figurando nas publicações especializadas dentre as maiores em termos de mercado mundial, tendo ampla participação pela sua atuação a partir dos produtos das marcas de propriedade dessas tanto no mercado interno, quanto no mercado externo.

⁵⁹ Mais dados sobre as privatizações em relação às empresas vinculadas a atividade petroquímica, ver ABQUIM (1998).

⁶⁰ Os dados são referentes a composição acionária da Petrobras S.A., única empresa de capital aberto do setor.

2.2.5.1 Bebidas

Em termos do subsetor de bebidas, a AMBEV S.A. é uma empresa que foi criada em 1999 com a fusão de duas antigas empresas especializadas na produção de bebidas: a Cervejaria Brahma e a Companhia Antártica. Após esse processo, desde 2004 a empresa faz parte da Anheuser-Busch INBEV (AB-INBEV), o maior grupo cervejeiro do mundo, de nacionalidade holandesa, com atuação em 17 países das Américas, além da Europa e da Ásia. É proprietária de marcas conhecidas no mercado nacional e internacional como a Brahma, Heineken, Budweiser, Quilmes, Skol, Guaraná Antártica, entre outras⁶¹.

Tabela 18 - Composição Acionária AMBEV S.A.

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
Interbrew International Bv	53,71	0,00	53,71
Ambrew S.A.	8,14	0,00	8,11
FAHZ – Fundação Antonio e Helena e Zerrener	10,00	0,00	9,84
Outros	28,02	0,00	28,34
Ações em Tesouraria	0,12	0,00	0,00
Total	100,00	0,00	100,00

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Conforme a tabela de composição acionária da empresa observa-se que a controladora da empresa é a Interbrew International Bv, que é vinculada a AB-INBEV conjuntamente com outra proprietária, a Ambrew S.A. A Fundação Antonio e Helena Zerrener é uma fundação social ligada à empresa e às famílias dos fundadores, mantendo, dessa forma, participação acionária em termos ordinários (ações de identificação ABEV3), desde o processo de reformulação da empresa entre 1999 e 2004.

⁶¹ As marcas comercializadas tanto pela Ambev quanto pela sua controladora a AB-Inbev podem ser visualizadas nos sites das empresas, respectivamente: <http://www.ambev.com.br/marcas/>; <http://www.ab-inbev.com/our-brands.html>.

2.2.5.2 Alimentos Processados

Armando Boito Junior faz menção a duas empresas do subsetor alimentos processados, que são: Bertin/JBS e *Brazil Foods*. A JBS S.A. é uma das maiores empresas do mundo no ramo alimentício, fundada em 1953 no Estado de Goiás. Desde então é de propriedade da família Baptista Sobrinho, que é representada na composição acionária pela empresa FB participações S.A. Como indicam os dados que compõem a tabela a seguir, pode-se notar que das proprietárias da empresa a Caixa Econômica Federal e o BNDESPar também compõem a composição acionária como parte controladora em que, somadas, representam um terço da participação em ações ordinárias (de identificação JBSS3). Em 2009, a empresa Bertin S.A. anunciou fusão com a JBS, repercutindo em um conglomerado que detinha naquele momento, aproximadamente, 25% do mercado de carnes.

Tabela 19- Tabela 17: Composição Acionária da JBS S.A.

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
Caixa Econômica Federal	6,92	0,00	6,92
FB Participações S.A.	42,17	0,00	42,17
BNDESPAR	20,36	0,00	20,36
Banco Original S.A.	0,19	0,00	0,19
Outros	27,07	0,00	27,07
Ações em Tesouraria	3,29	0,00	3,29
Total	100,00	0,00	100,00

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Já a *Brazil Foods* S.A. (BRF) foi criada após a fusão das empresas Sadia S.A. e Perdigão S.A em 2007, é considerada uma das maiores empresas do mundo no setor alimentício. Ressalta-se que nessa empresa não há um grupo majoritário, tendo 60% das suas ações distribuídas entre investidores minoritários. Os dados referentes à composição acionária da firma indicam que os três maiores acionistas são os fundos de pensão PETROS e PREVI, assim como a empresa Tarpon S.A., sendo o seu conselho composto pelos chamados membros independentes, seguindo a estrutura de mercado das empresas da Nova Bolsa da BM&F-BOVESPA.

Tabela 20- Composição Acionária Brazil Foods S.A.

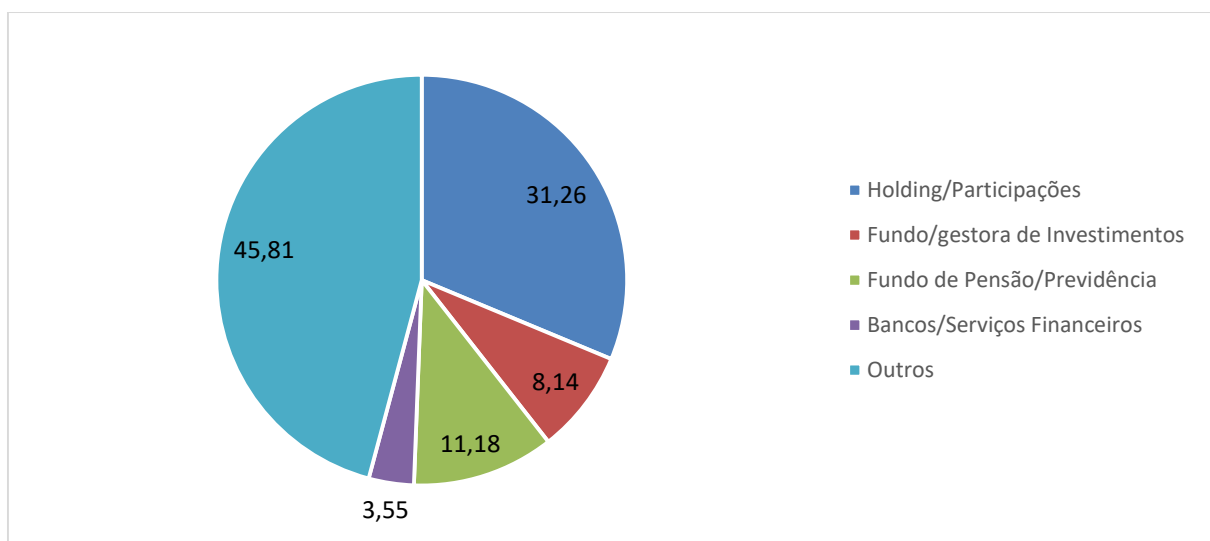
Empresa	Total Ações Ordinárias (%)	Total Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
PETROS	11,64	0,00	11,64
Black Rock Inc.	5,01	0,00	5,01
TARPON S.A.	11,27	0,00	11,27
PREVI	10,73	0,00	10,73
Outros	60,64	0,00	60,64
Ações em Tesouraria	0,72	0,00	0,72
Total	100,00	0,00	100,00

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Quanto à nacionalidade e à propriedade, ambas as empresas apresentam estruturas nacionais e privadas de propriedade, embora a BRF tenha mais de 60% de suas ações ordinárias (BRFS3) sem a posse de um investidor institucional, evidenciando de forma contundente a sua colocação como empresa no segmento Novo Mercado da BM&F-Bovespa.

Gráfico 11- Área de atuação das controladoras da empresa do Subsetor Alimentos Processados (%)



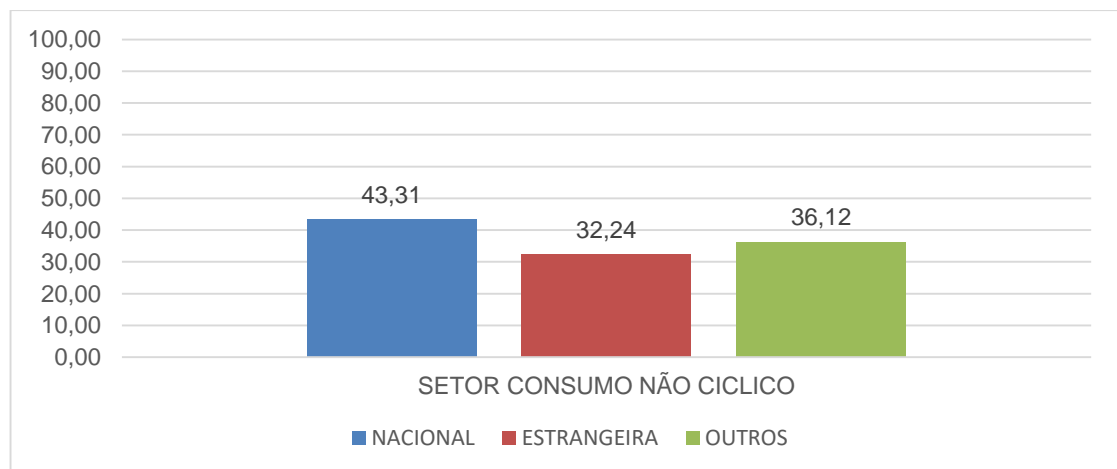
Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Quando analisada a área de atuação das controladoras foi contado, a partir do gráfico 11, questões extremamente importantes: as controladoras do ponto de vista institucional são vinculadas a setores de holding/participações, fundos/gestoras de investimentos, bancos/serviços financeiros, desassociados do setor a qual a própria empresa atua e tem seus interesses principais.

Ao se fazer a análise do setor de Consumo Não Cíclico, não foi permitido evidenciar a propriedade acerca do caráter nacional ou estrangeiro em termos das suas controladoras, havendo um equilíbrio entre os dois indicadores e àquelas ações que estão em posse do mercado. Isso se deve pela preponderância do capital estrangeiro na propriedade da Ambev S.A., empresa do subsetor bebidas, em contraposição à participação de empresas de capital nacional naquelas representantes do subsetor alimentos processados.

Gráfico 12– Nacionalidade e Composição Acionária das empresas do Setor Consumo Não Cíclico (%).



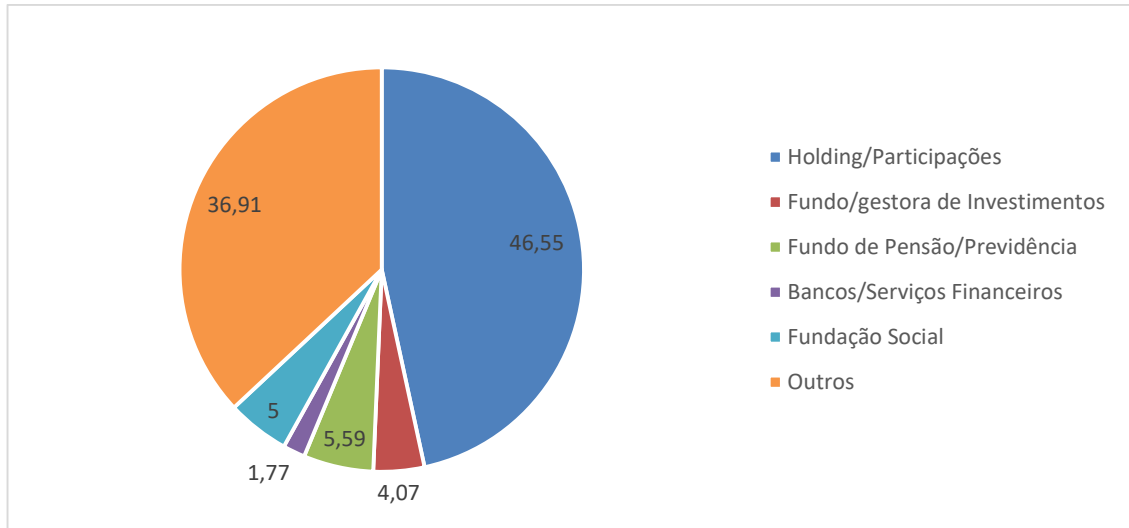
Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Se tratando da área de atuação das principais controladoras do setor, as empresas de Holding/participações se destacam com 46,55% de participação no controle, seguido pelas ações em *free-float* (36,91%). As demais empresas que atuam em outras áreas possuem menos de 10% das ações ordinárias e são vinculadas às áreas de fundo/gestora de investimentos, fundo de pensão/previdência, bancos/serviços financeiros, e fundações sociais, conforme pode ser visto no gráfico

13, que apresenta os dados de participação por área de atuação das controladoras no setor

Gráfico 13– Área de atuação das principais controladoras das empresas do Setor Consumo Não Cíclico (%).



Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

2.2.6 Setor Financeiro

O setor financeiro, representado pelas empresas, Banco BANESPA S.A., Banco Unibanco, Banco Itaú e Banco Bradesco S.A., se constitui o último para análise nessa seção do capítulo.

Iniciando pelo Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), foi fundado em 1909 e nacionalizado em 1919, sendo um banco público estadual até a década de 1990, quando em 1995 fora federalizado e em 2000 fora privatizado, sendo seus ativos adquiridos em leilão pelo banco espanhol Santander, incorporando-o às suas operações no Brasil.

O Banco Unibanco foi fundado em 1921, na cidade de Poços de Caldas-MG pela família Moreira Salles, passando por diversas mudanças de nome até se consolidar em 1983 com o atual nome. Foi fundido ao Banco Itaú em 2008, em processo que perdura até o ano de 2010.

A ITAU S.A. é a holding controladora do Banco ITAU e, também, de empresas como a Duratex e a Elekeiroz. Surge em 1966 como um Banco de Investimentos e a

partir do final da década de 1970 começa a se estruturar enquanto holding-controladora. Dos dados que se tem conhecimento sobre o período de 1994 até 2008, a instituição adquiriu a partir do Banco ITAU, outras 5 instituições bancárias além do já mencionado Unibanco: o Banco do Estado do Rio de Janeiro, em junho de 1997; o Banco do Estado do Paraná (Banestado), em outubro de 2000; o Banco do Estado de Goiás em dezembro de 2001; as operações do BBA Creditansalt no Brasil, em setembro de 2002; e as operações do Bank Boston no Brasil em setembro de 2006⁶². Atualmente é controlada pelas famílias Setúbal e Vilella, desde a empresa de participações do banco, a IUPAR e a empresa de participações da própria holding, a Investimentos Itaú.

Tabela 21- Composição Acionária da ITAÚ S.A.

Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
Itaú S.A. –	38,66	0,00	19,37
Investimentos Itaú			
IUPAR – Itaú	51,00	0,00	25,54
Unibanco			
Participações			
Black Rock Inc.	0,00	6,98	3,49
Dodge & Cox.	0,00	5,01	2,50
Outros	10,34	83,60	46,91
Ações em	0,00	4,41	2,20
Tesouraria			
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

O antigo Banco Brasileiro de Descontos, atualmente denominado Banco BRADESCO S.A. é um banco de capital privado fundado na década de 1940 na cidade de Marília no Estado de São Paulo. É o Maior Banco Privado do Brasil e da América Latina. Assim com o Banco ITAU, participa desde os anos 1990 de diversos processos de fusões, aquisições, como os ocorridos com os bancos estaduais do Maranhão, do Ceará, do Rio de Janeiro, e, mais recentemente, das operações do HSBC no Brasil. Destaca-se que diante as participações, através da Bradesco Participações

⁶² Sobre o as aquisições de bancos durante o período mais recente ver Ribeiro; Tonin (2011).

(Bradespar), tornou o Bradesco uma das acionistas da VALEPAR, controladora da VALE.

Tabela 22 - Composição Acionária Bradesco S.A.

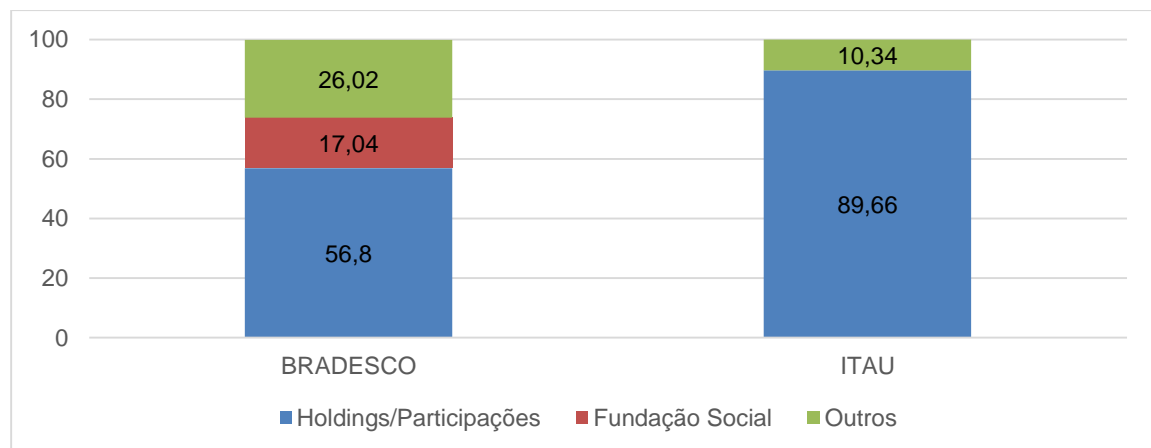
Empresa	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações (%)
Cidade de Deus Cia. Participações	48,60	0,08	24,34
Fundação Bradesco	17,04	0,00	8,52
NCF Participações S.A.	8,20	2,18	5,19
Capital Research and Management Company	0,00	5,08	2,54
Outros	26,02	92,23	59,13
Ações em Tesouraria	0,14	0,43	0,28
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: BM&F-BOVESPA.

Nota: Dados adaptados pelo autor.

Em termos da nacionalidade e da propriedade, verifica-se a predominância do capital de tipo nacional e privado na composição acionária das duas empresas representantes do setor, sendo, portanto, interessante verificar a área de atuação de suas controladoras, com considerável participação de empresas vinculadas à atividade de holding/participações.

Gráfico 14- Área de atuação das principais controladoras das empresas do Setor Financeiro (%)



Fonte: BM&F-BOVESPA

Nota: Dados adaptados pelo autor.

É importante destacar a influência dessas duas empresas em termos da política econômica brasileira no período recente em que, em termos da primeira, o atual Presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn, é ex-sócio e ex-economista chefe, e em relação à segunda, o ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Dessa forma, finaliza-se a análise da composição acionária das empresas individualmente e de forma conjunta, divididas em subsetor e setor, pelos parâmetros da nacionalidade, da propriedade privada ou pública, e da área de atuação das empresas controladoras. Cabe agora analisá-las como um todo, o grupo de empresas que formaria a nova burguesia nacional durante os anos de 2003 e 2013, para estabelecer a conexão entre a hipótese do autor referência e o que foi apresentado como resultado da pesquisa.

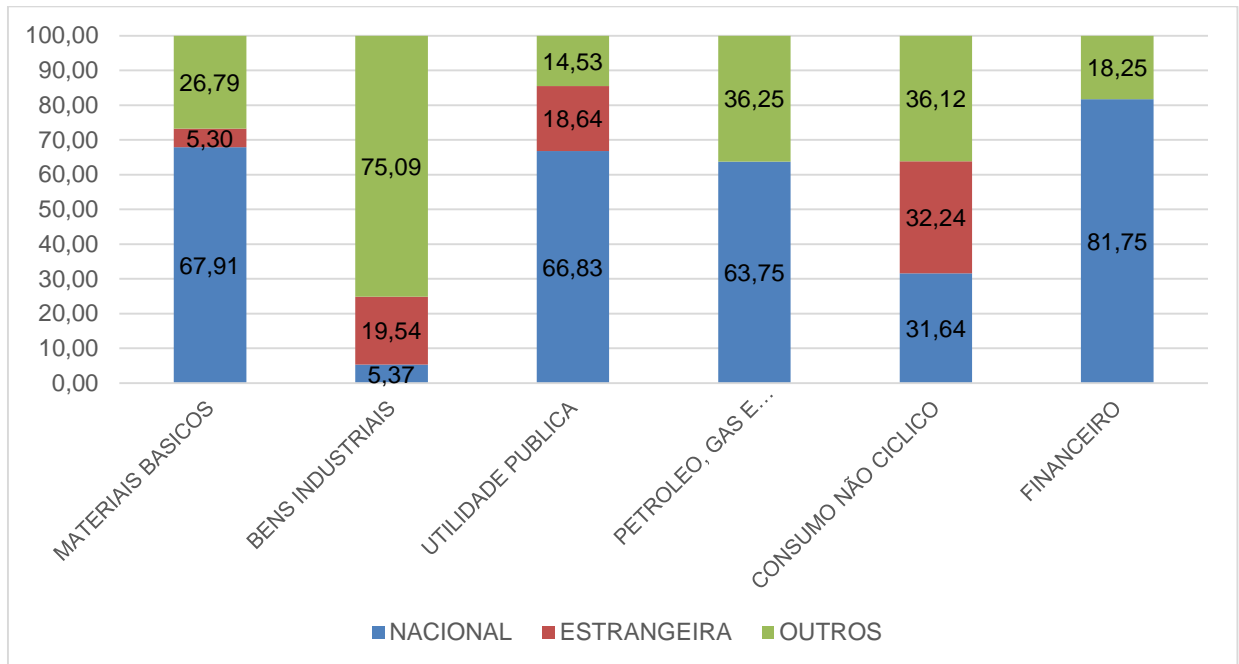
2.3 VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE DO AUTOR: UMA ANÁLISE DA NOVA BURGUESIA NACIONAL/INTERNA

Após a apresentação das empresas, juntamente com as informações sobre a composição acionária, suas nacionalidades, tipo de propriedade, áreas de atuação das empresas controladoras por setor e subsetor, o objetivo dessa seção é realizar uma análise mais agregada das empresas, de forma conjunta entre os subsetores e setores, apresentando-os fundamentalmente como um grupo, que é a chamada nova burguesia nacional.

O propósito dessa sistematização é verificar as evidências entre a hipótese do autor e os resultados alcançados com a pesquisa pelos indicadores utilizados, assim como as relações intersetoriais existentes do ponto de vista do conjunto dessas empresas na economia brasileira.

Sobre a nacionalidade, o que se verifica é que na maioria das empresas que compõe os setores analisados, a propriedade está em posse de empresas e investidores nacionais, sobressaindo essa situação em quase todos os setores estudados, a não ser o de Bens Industriais, a partir da empresa Embraer S.A. e um relativo equilíbrio entre a propriedade nacional e estrangeira no setor de consumo não cíclico pela estrutura de composição acionária da AMBEV S.A. em contraposição a BRF S.A. e a JBS S.A.

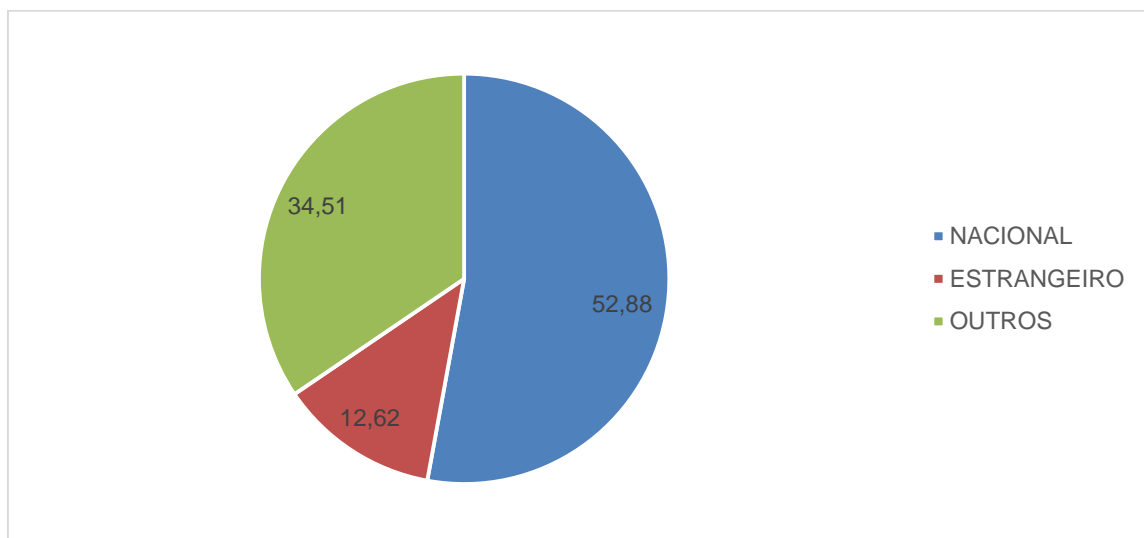
Gráfico 15- Propriedade Nacional x Estrangeira por setor analisado (%)



Fonte: Elaboração do autor.

Quando configurado o gráfico para a análise conjunta de todos os setores, em termos numéricos se tem como resultado que 54,82% das ações ordinárias estão em posse de investidores e empresas nacionais, enquanto 34,50% estão com acionistas minoritários do mercado, free-float, e 12,62% em posse de empresas e investidores estrangeiros.

Gráfico 16 - Propriedade Nacional x Estrangeira todos os setores conjuntamente (%)

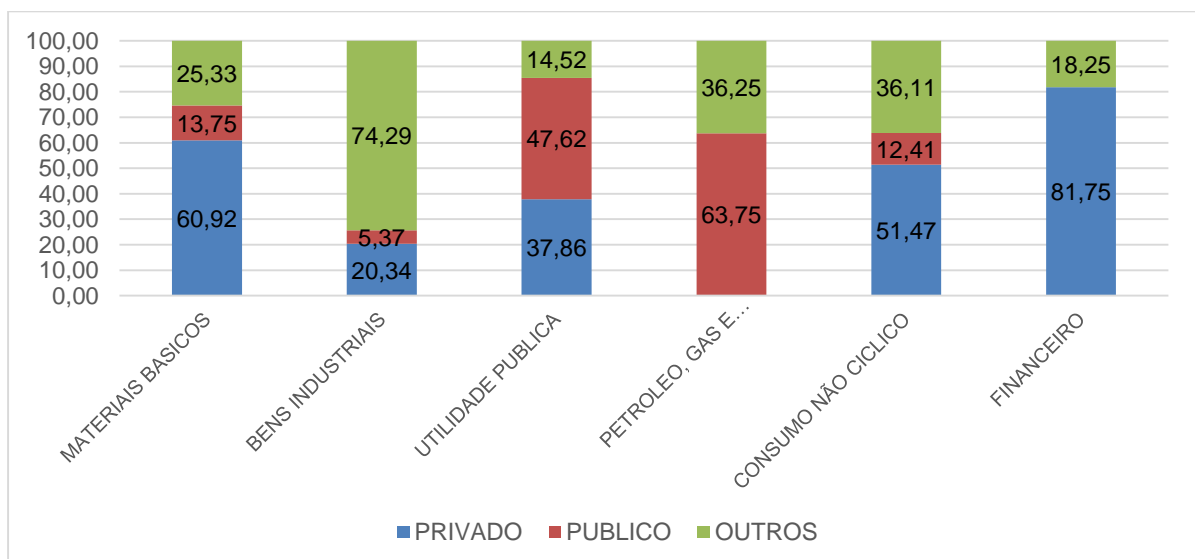


Fonte: Elaboração do autor.

Ressalta-se que por mais que a posse da maioria das ações ordinárias seja o que determina o controle/propriedade da empresa, e que esta esteja em posse de capitais nacionais, o próprio entendimento sobre a nacionalidade, ou caráter nacional, dessas empresas, ou desses setores, não pode ser uma assertiva direta. Isto é, não se pode ter somente esse parâmetro de análise, assim como em relação à atuação política dessas no que tange a defesa dos interesses do conjunto do povo e da nação a qual está vinculada. No tocante, o capítulo 3 desse trabalho, destina-se à apresentação de alguns argumentos os quais visam problematizar essa associação direta.

Quando se analisa tendo em vista a propriedade privada ou pública observa-se que, com a exceção do setor utilidade pública e Petróleo, Gás e Biocombustíveis, todos os demais apresentam majoritariamente capital de tipo privado como proprietárias das ações ordinárias. Tal exceção a evidência são notadas, justamente, pelo tamanho da participação da União na Petrobras S.A. e na Eletrobras S.A., e do Governo de Minas Gerais na CEMIG S.A. As outras participações de caráter público que podem ser observadas neste setor e em outros, podendo ser direcionadas à atuação de empresas como o BNDESpar, a Caixa Econômica Federal e Fundos de Pensão como a Petros e a Previ que, também, são acionistas ordinários nas empresas dos demais setores. O único setor que não apresenta participação de capital de tipo estatal, dentre as controladoras ou proprietárias de ações ordinárias, é o setor financeiro.

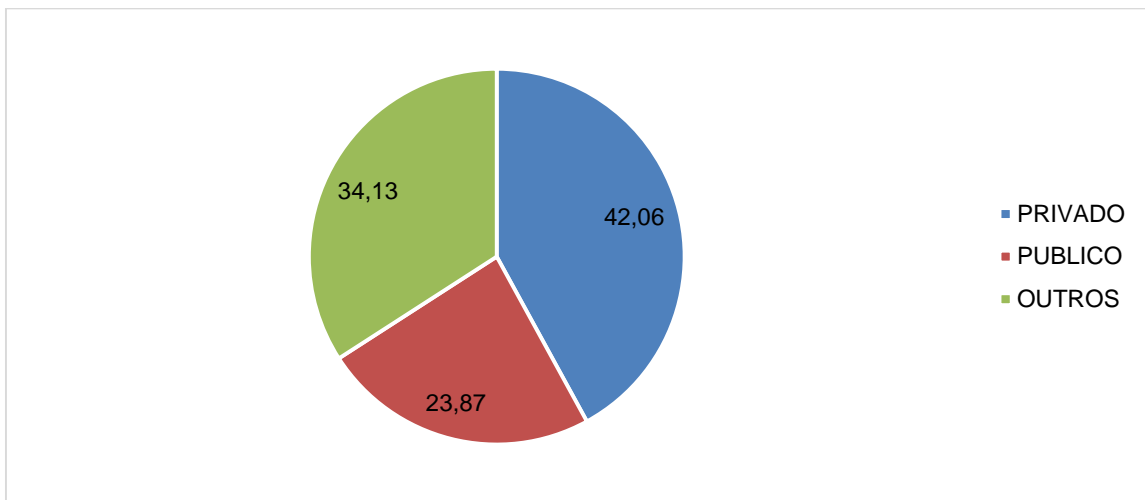
Gráfico 17– Propriedade Privada x Pública por setor analisado (%)



Fonte: Elaboração do autor.

A partir da análise conjunta de todos os setores, o resultado encontrado apresentou a repetição das evidências observadas no gráfico anterior, ao demonstrar que 42,06% das ações ordinárias estão em posse de empresas/investidores do setor privado, 34,13% em posse fragmentada no mercado, e 23,87% a empresas do setor público.

Gráfico 18– Propriedade Privada x Pública todos os setores conjuntamente (%)



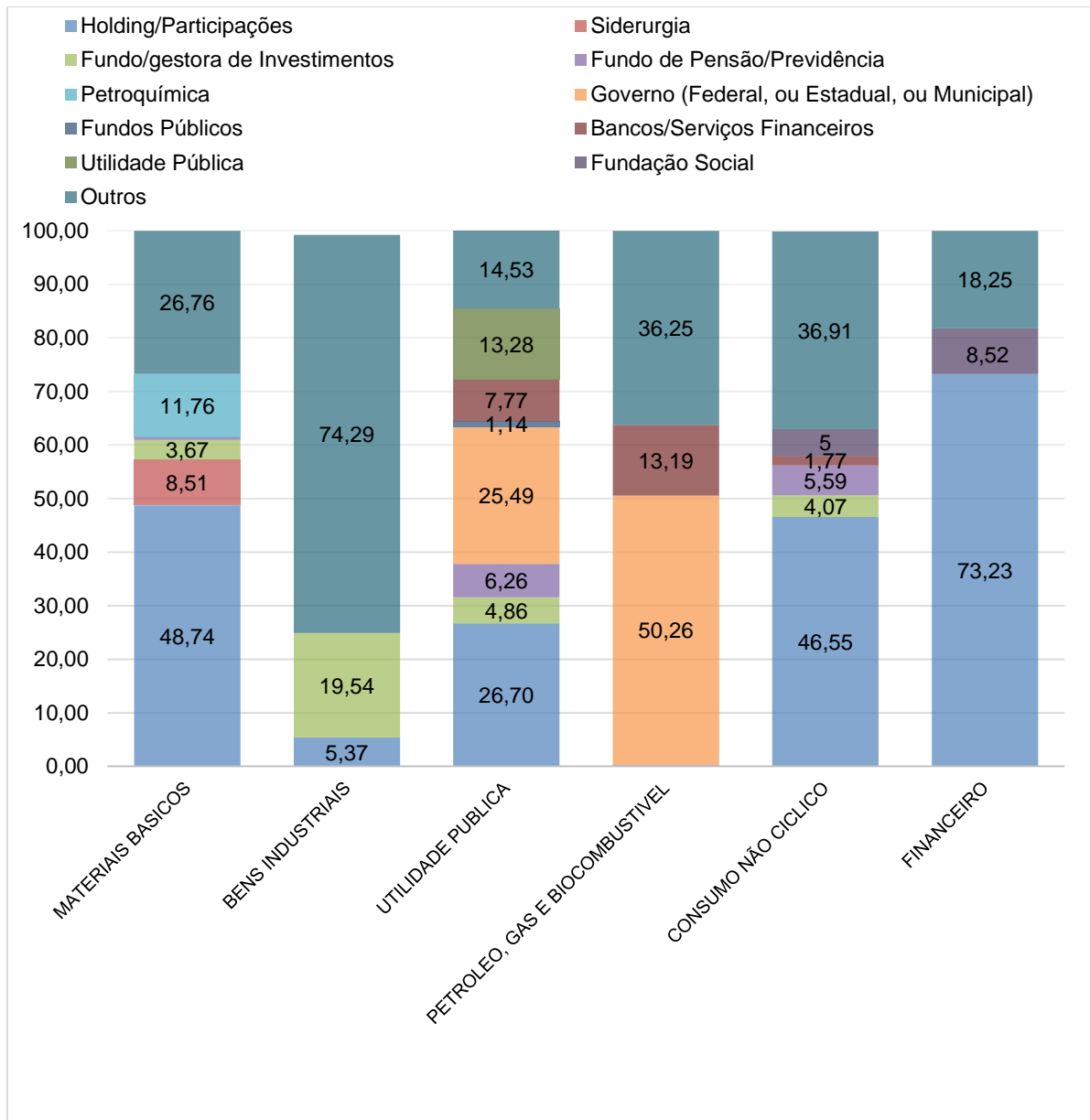
Fonte: Dados adaptados pelo autor.

Esse resultado comprova, em parte, o efeito das privatizações descritas no histórico de algumas das empresas analisadas na seção anterior, assim como evidencia a possível tendência de redução da participação estatal, com destaque para o setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, pela Petrobras S.A., empresa sempre colocada como privatizável a qualquer momento, tendo sofrido diversas tentativas, as mais recentes durante o II governo de Fernando Henrique Cardoso, e na atualidade, como um dos componentes dos planos de ajuste fiscal⁶³.

Feita a análise de todos os setores conjuntamente pelo parâmetro de área de atuação das empresas controladoras, observa-se que há uma vasta fragmentação com a presença de empresas que atuam em 11 áreas distintas, como as detentoras das ações ordinárias, conforme os dados que se apresentam no gráfico abaixo.

⁶³ É certo que de imediato o Governo não aponte para a direção de uma privatização, ou do não controle estatal da empresa. Mas diversas medidas estão sendo tomadas de forma a indicar a suposta incapacidade produtiva da empresa, desde os planos de desinvestimentos, demissões voluntárias, até mesmo projetos de lei que desobrigam a empresa a participação de 30% na exploração das camadas de petróleo do pré-sal (PLS 131/2015), de autoria do Senador José Serra (PSDB-SP): <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/24/aprovado-projeto-que-desobriga-petrobras-a-participar-do-pre-sal>.

Gráfico 19 – Área de atuação das controladoras por setor analisado (%)



Fonte: BM&F-BOVESPA

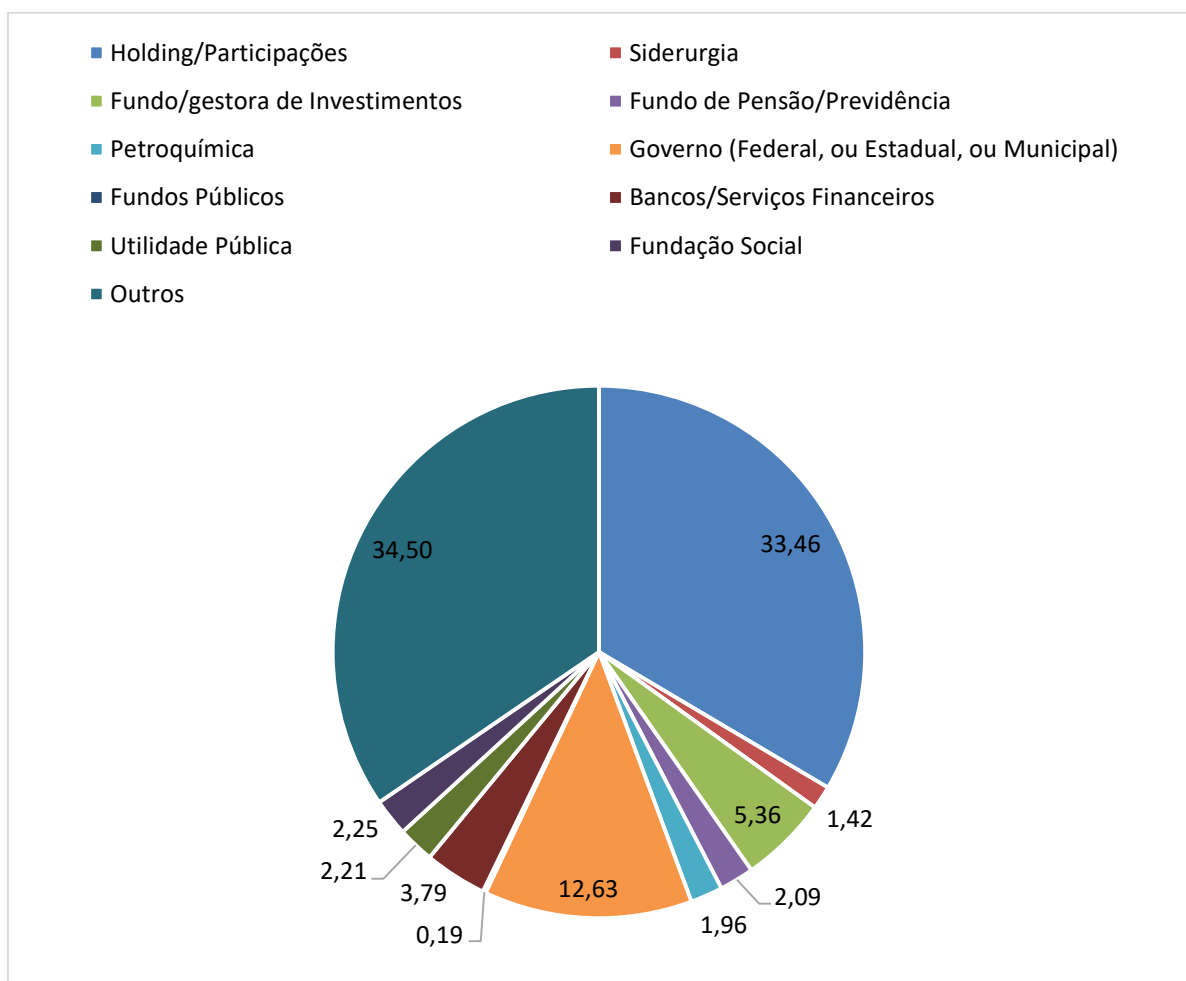
Nota: Dados adaptados pelo autor.

Observa-se no gráfico a considerável participação de empresas vinculadas à atividade de Holding/Participações em setores como Materiais Básicos, Consumo Não Cíclico, Financeiro. Além disso, também é possível de se considerar essa participação no setor de utilidade pública, sendo a maior área vinculada, dentre as demais. Destaca-se a participação acentuada das ações em livre negociação no mercado, *free-float*, em todos os setores, a exceção do setor de utilidade pública, devido a sua fragmentação entre as áreas de atuação, e o setor financeiro, pela

preponderância no controle por parte de empresas vinculadas às atividades de holding/participações.

Neste caso, por mais que aproximadamente um terço do controle se encontre de forma fragmentada no mercado a partir dos chamados *free-float*, percebe-se que o outro terço está em posse de empresas com atividade vinculada a holding e as participações. Dentre essas, destaca-se o BNDESpar com participação em diversas empresas, assim como o peso da participação das empresas vinculadas a esse tipo de atividade tanto no setor de materiais básicos, quanto no já mencionado setor financeiro. Este tipo de empresa normalmente tem como estratégia de atuação a concentração em um determinado setor/empresa (estrutura familiar), e que dessa forma criam subsidiárias a partir da empresa principal, ou então atuam de forma fragmentada com participação acionária em diversos nichos de mercado.

Gráfico 20– Área de atuação das empresas analisadas conjuntamente (%)



Fonte: Dados adaptados pelo autor.

Cabe apontar para a baixa participação como controladoras, de empresas que realmente atuam no setor especificado a exemplo o setor petroquímica, em que empresas vinculadas ao próprio setor possuem participação de 1,3% no controle total, assim como as empresas vinculadas a atividades do setor de utilidade pública (2,21%) e de siderurgia (2,84%).

A partir destes resultados, pode-se chegar à conclusão que, relacionando a hipótese do autor que busca definir este conjunto de empresas através do conceito nova burguesia nacional pelo capital de tipo nacional, a participação das empresas públicas, e principalmente pela diferenciação da área de atuação entre as frações da burguesia, uma vinculada a indústria e ao agronegócio, ao setor produtivo, e outra associada às finanças, verifica-se assertivamente apenas a hipótese sobre o capital de tipo nacional, sendo a participação pública nessas empresas abaixo da participação privada e até mesmo das ações em free-float. A principal discrepância aparece na análise da área de atuação, ficando claro que há uma dificuldade hoje em se definir uma empresa como participante de um único setor, e também como vinculada a própria área de atuação. O que se verifica é que as próprias empresas que poderiam ser definidas como pertencentes ao setor produtivo, são controladas por empresas que se caracterizam por atuações em atividades de Holding/participações, fundos/gestores de investimentos, bancos e serviços financeiros, totalizando 43,21% da participação total do conjunto das empresas, sendo a propriedade a empresas vinculadas a tipos de atividades produtivas, correspondente a apenas 6,36% (siderurgia + Petroquímica + utilidade pública). Esses dados trazem a discussão sobre a capacidade de diferenciação dos capitais em áreas de atuação no atual contexto do capitalismo.

2.4 A RELAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS

Outro elemento de análise importante e que foi mencionado na parte dedicada à explicação sobre a metodologia de análise da composição acionária, consiste em verificar a possível participação entre as empresas representantes da nova burguesia nacional e de controladoras em comum entre elas.

Para tanto, a partir de um mapa de empresas e da rede de participações, constatou-se que o BNDESpar é a empresa que mais vezes aparece como proprietária de ações ordinárias das pesquisadas, tem participação nos setores de

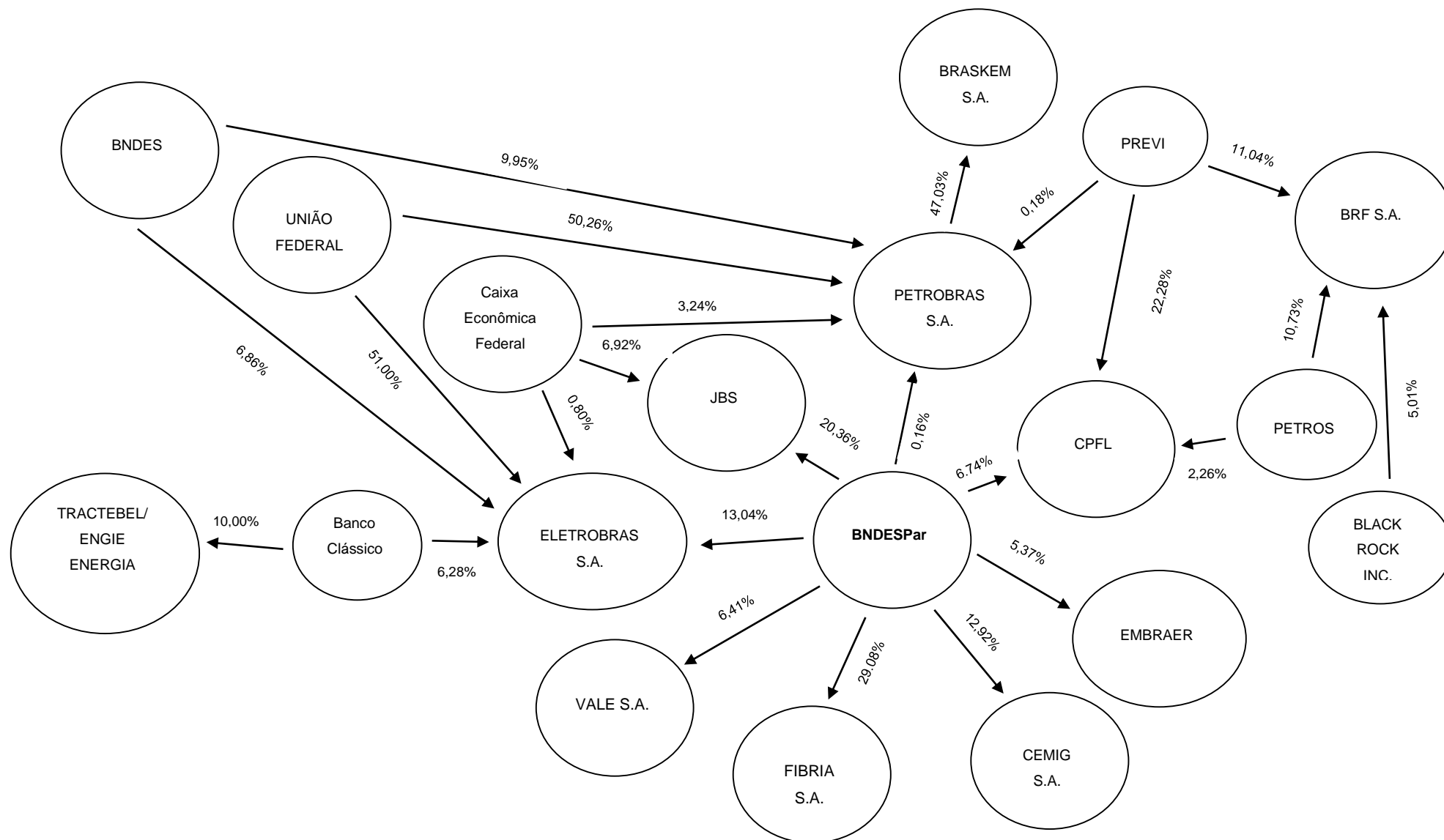
Utilidade Pública (CEMIG e CPFL energia), Bens Industriais, Petróleo, gás e biocombustíveis, e nos subsetores, mineração, madeira e papel, químicos, alimentos processados, e a partir do seu eixo de participação é possível de se fazer 2 recortes básicos em termos da rede de relações.

O primeiro eixo de relação se estabelece entre parte das empresas do setor de utilidade pública, do subsetor de alimentos processados (setor de consumo não cíclico). As principais empresas do eixo são a CPFL Energia e a Brazil Foods S.A. A relação entre as empresas se dá pela participação dos fundos de pensão PREVI e Petros, tanto no capital ordinário da CPFL Energia (22,28%; 2,26%), quanto em relação a Brazil Foods (10,73%; 11,04%).

O segundo eixo pode se dividir em dois subeixos em torno do BNDESpar e da trinca formada pelo BNDES, União Federal, e a Caixa Econômica Federal, envolvendo o setor de Petróleo, gás e biocombustíveis, o subsetor de químicos, e parte do setor de utilidade pública. O BNDESpar tem participação na Petrobras S.A. (0,16%) e na Eletrobrás S.A. (13,04%), ambas empresas também com participação da trinca mencionada. Pelo lado da Petrobras, observa-se ainda que a empresa é uma das proprietárias da empresa do subsetor químicos, Braskem S.A. (47,01%), junto com a empresa de participações da Construtora Odebrecht, a Odebrecht Participações. Pelo lado da Eletrobras, nota-se ainda a interligação da empresa com a Tractebel/Engie energia, pela participação em comum do Banco Clássico nas ações ordinárias de ambas as empresas (6,28%;10,00%). Completando o eixo de participações do BNDESpar tem-se ainda a JBS S.A. (20,36%), a VALE S.A. (6,24%), a Fibria S.A. (29,08%) e a CEMIG S.A. (12,92%)

Na imagem 1, pode-se ver de forma ilustrativa como se daria essa relação. A relação entre a origem e o destino da seta se dá no sentido de que, a empresa que possui ações é identificada pela origem enquanto a empresa que é controlada se identifica pelo destino. Os valores dessa participação estão escritos ao longo das setas que indicam a relação entre a participação acionária das empresas analisadas.

Imagem 1 – Mapa de participações em ações ordinárias entre as próprias empresas da nova burguesia nacional



O objetivo deste capítulo foi o de apresentar e analisar os resultados da pesquisa sobre as empresas que compõem a burguesia nacional com base nas ações ordinárias das empresas buscando apresentá-las, de forma individual e conjunta, com base a em três parâmetros: a nacionalidade, o tipo de propriedade e a área de atuação dos investidores institucionais que possuem ações ordinárias.

Como visto, dentre as argumentações do autor de referência, talvez a única que tenha valia seja a questão da nacionalidade das empresas, apresentando de fato uma maior proporção, em termos percentuais, da participação de empresas com esse tipo de capital nas ações ordinárias do conjunto dos setores. O aspecto público pela participação do BNDES, neste caso pelo BNDESpar, é limitada em termos do percentual de posse em cada empresa, porém ganha caráter especial quando analisado do ponto de vista da amplitude das participações, alcançando cerca de 8 das 15 empresas analisadas.

3 UMA “NOVA BURGUESIA NACIONAL” EM PLENA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA?

O segundo capítulo deste trabalho expôs a organização acionária das empresas representantes da nova burguesia nacional, conforme apresentadas por Armando Boito Junior e mencionadas no capítulo 1. Além disso, analisamos pela propriedade das ações ordinárias através dos parâmetros da nacionalidade (se os grupos de controle eram constituídos de capital nacional ou estrangeiro), do tipo de propriedade (pública ou privada) e da área de atuação das controladoras (que possuem este tipo de ação), sendo então organizadas e apresentadas em subsetores, setores, e de forma conjunta, com o objetivo de obter as informações sobre o perfil de propriedade, representando essa categoria como um todo. Neste terceiro e último capítulo da dissertação, o objetivo é propor discussões críticas acerca da hipótese que o autor referência utiliza. Para isso, valemo-nos como suporte o que foi apresentado em termos do capítulo 1, que são os argumentos do autor, e do capítulo 2, que é a análise empírica da sua hipótese.

Dessa forma, o capítulo está organizado em duas seções que tratam em primeiro lugar do problema em se pensar sobre uma burguesia nacional à medida que se considera o atual estágio do sistema capitalista como caracterizado pelo que se chama por mundialização financeira. Este primeiro tópico terá como objetivo fundamental apresentar algumas das mudanças sistêmicas ocorridas a partir dos anos 1970 na economia internacional e suas implicações para a organização e estrutura societária das grandes empresas mundiais. Foram utilizados como referências para essa discussão os livros: História Econômica Geral (2013), de Alexandre e Flavio Saes; A mundialização do capital (1996), François Chesnais; A mundialização financeira: gênese, custos e riscos (1999), do mesmo autor do livro anterior, porém em parceria com Suzanne de Brunhoff e outros; Uma nova fase do capitalismo? (2003); e, Finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências (2005), organizados pelo mesmo autor⁶⁴.

Na segunda parte trataremos a respeito da problematização de se pensar sobre uma burguesia nacional considerando o processo de mundialização financeira, e a forma como se dá o processo de formação e desenvolvimento do nosso país,

⁶⁴ Todas as obras estão listadas ao final do trabalho na parte relacionada as referências bibliográficas.

enquanto um país periférico na ordem sistêmica mundial. Para tanto, fundamentado nos resultados alcançados e apresentados no segundo capítulo, e com base no referencial teórico de Caio Prado Junior a partir dos livros *Formação Econômica do Brasil Contemporâneo, História e Desenvolvimento* e *A revolução brasileira*. Buscaremos, também, discutir as questões referentes ao caráter nacional privado e diversificado do ponto de vista da área de atuação das controladoras, assim como as implicações políticas da formalização teórica e da prática da suposta existência de uma nova burguesia nacional entre os anos de 2003 a 2013 para o campo político identificado com perspectivas progressistas e de esquerda.

3.1 UMA BURGUESIA NACIONAL EM PLENA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA?

A padronização mundial das regras do jogo capitalista é uma exigência da burguesia internacional: os investidores precisam estar conscientes e seguros das regras vigentes nos países onde investem. Assim como acontece com os mercados nacionais e os Estados nacionais, também as diversas burguesias tendem a unificar-se. E isto em dois sentidos. Primeiro, a burguesia perde seu caráter setorial: ela deixa de ser industrial ou comercial ou bancária etc. para converter-se em burguesia "global", cuja característica principal é o fato de ela manter seu capital sob a forma financeira e investida em múltiplas atividades. Segundo, a burguesia também aplica (especialmente através do mercado de títulos) seu capital em diferentes países e assim se internacionaliza. Isto não quer dizer que as empresas se unificam e a concorrência entre elas se reduza na medida em que a burguesia se globaliza e internacionaliza. (MIGLIOLI, 1998, p. 5-6).

Muitos autores trabalham com a ideia da ocorrência de cruciais transformações no sistema capitalista, em escala mundial, a partir dos anos 1970. Neste período, basicamente, iniciam-se quatro alterações substanciais que são possíveis de destaque. Sendo esses, consolidados nos anos 1990 aos dias atuais.

Em primeiro lugar citaremos as transformações no padrão de acumulação sistêmica, ou seja, as mudanças nas bases da reprodução material do sistema capitalista. O período suscita a transição da indústria enquanto *core* da acumulação para as instituições financeiras, algumas novas, e que surgem durante esse período. Já as outras ganham outra dimensão em termos de tamanho, importância e capacidade de influência no sistema econômico, como eixo da acumulação. Alteram-se as estruturas em que as políticas econômicas e a forma com que os países, em escala global, passarão a se relacionar. Assim, a denominada *Financeirização* é um

importante elemento de compreensão para se alcançar os objetivos de discussão propostos para as considerações finais deste trabalho.

As outras três transformações que, também, são importantes, mas fogem aos objetivos desse trabalho, seriam: as alterações do paradigma produtivo, então fundamentado no fordismo para o toyotismo, ou o que, também, chama-se por produção flexível/just-in-time; a alteração da regionalização do espaço produtivo mundial, ocorrendo a “transferência” das cadeias globais da estrutura produtiva de países centrais, como Estados Unidos e Europa, para a Ásia; o fim da URSS e da Guerra Fria, impondo a nova ordem mundial alicerçada nos Estados Unidos e sob a diretriz de que não há alternativa⁶⁵.

O processo de financeirização e a interconexão entre economias dos países datam desde séculos atrás na história. Alguns autores como Dumenil e Levy (2003), e Chesnais (2005), elencam que a hegemonia financeira já teve espaço em período anterior na história do capitalismo, no intervalo de tempo que compreende os anos após a primeira grande depressão (1865-1890) até o eclodir da Primeira Guerra Mundial (1914) ⁶⁶, com o aumento da participação dos bancos em empreendimentos e empresas vinculadas às atividades industriais, assim como à expansão de instituições financeiras para atuação, além das fronteiras nacionais de seus países de origem. Caio Prado Junior (História econômica do Brasil), expõe essa mesma situação dando centralidade em como essa primeira etapa do processo de financeirização afeta à dinâmica e o desenvolvimento da economia brasileira⁶⁷:

⁶⁵ Um artigo discutindo esses quatro pontos foi aprovado no XX Encontro da Sociedade Latino Americana de Economia Política (SEPLA) com o título: Quatro pontos de tendência das políticas sociais.

⁶⁶ Embora não seja objeto deste trabalho, é importante apontar como que a importância da presença das finanças no capitalismo e a sua atuação sobre outras áreas e outras localidades já era observada tanto em trabalhos de Lênin sobre o Imperialismo, quanto Hilferding quanto o chamado Capital Financeiro, que designava o processo de participação dos bancos nas indústrias alemãs a época. Dumenil e Levy também indicam para essa direção ao dizerem que: “Fascinados pelas inovações contemporâneas, atualmente subestimamos muito a amplitude das transformações que afetaram o sistema monetária e financeiro no início do século xx. A revolução técnico-organizacional do fim do século xix e início do século xx coincidiu com o desenvolvimento de um importante setor financeiro, cuja relação com o sistema produtivo se transformou: a finança deixou de ser uma simples auxiliar da atividade das empresas e do financiamento de suas transações para tornar-se, então, a encarnação do capital enquanto propriedade, frente ao capital enquanto função” (2003, p. 31).

⁶⁷ “A evolução para o capitalismo financeiro que se processa no correr do séc. XIX e que chega à maturação na sua última parte, modificará estas relações primárias e muito elementares entre as grandes nações capitalistas e os demais povos do universo. Substituiu-se o simples objetivo de vender produtos industriais, a ampla expansão do capital financeiro que, sob todas as modalidades, procurará explorar em seu proveito as diferentes atividades econômicas do universo. A economia mundial evolui para um vasto sistema dominado pelo capital financeiro e disputado pelos vários grupos nacionais que

Outro fator ainda virá estimular as atividades brasileiras. É a finança internacional que entra a participar delas ativamente. A ação direta dos interesses comerciais estrangeiros já se fazia sentir desde longa data. Referime anteriormente aos empréstimos públicos que vêm desde os primeiros anos da Independência e que tiveram tamanho papel na evolução do Brasil; lembrei também as iniciativas do capital estrangeiro em alguns setores privados (estradas de ferro, empresas de mineração, linhas de navegação, etc). Não esqueçamos também a participação de tantos estrangeiros nas atividades econômicas do país, e ocupando, sobretudo no comércio e na indústria posições de relevo. Mas tudo isto ficará a grande distância do que ocorre nesta nova fase que agora se inaugura em que é propriamente a finança internacional, multiforme e ativa, e não apenas indivíduos ou inversões esporádicas de capital, que vem interferir na vida brasileira procurando participação efetiva, constante e crescente em todos os setores que oferecessem oportunidades e perspectivas de bons negócios. O estabelecimento de filiais dos grandes bancos estrangeiros (ingleses, alemães, franceses, norte-americanos e outros) e o largo impulso que logo adquirem seus negócios serão sintoma desta situação inteiramente nova. Dentro em pouco encontraremos a ação progressiva dos interesses financeiros internacionais alastrando-se e se infiltrando ativamente em todos os setores fundamentais da economia brasileira, até colocá-la inteiramente a seu serviço (PRADO JUNIOR, p. 156).

A interrupção dessa primeira etapa teria sido resultado da crise de 1929 que possibilita a consolidação do arranjo macroeconômico internacional que foi criado a partir dos Acordos de Bretton-Woods ao final da Segunda Guerra Mundial.

Como se sabe, esta primeira hegemonia esgotou-se por ocasião da crise de 1929, que introduziu um novo período, denominado “compromisso keynesiano”. Além do controle macroeconômico, estatal e centralizado, calcado no crescimento e no emprego, numerosas limitações foram impostas sobre as prerrogativas da finança [...] mas esse compromisso durou apenas o espaço de algumas décadas (DUMENIL; LEVY, 2003, p. 32).

Porém, há um novo contexto que determina outra forma e dimensão para a questão. As quedas das taxas de lucro verificadas nos países centrais durante o período 1970-1980 impõem que o sistema capitalista recorra para outras formas de valoração contínua dos ativos econômicos que permitissem ultrapassar os limites colocados pelas contradições de seu próprio desenvolvimento, baseado no paradigma econômico dominante nos anos anteriores. É dessa forma que a grande maioria dos

repartem entre si aquele capital. Este sistema em que se enquadrará o Brasil, como todos os demais países e povos, servirão o capital financeiro (ou antes, os diferentes grupos que o detêm) de muitas formas, todas aliás ligadas e articuladas entre si: 1.º) Permitirá a participação dele em todas as atividades econômicas mundiais, facultando-lhe em maior ou menor proporção a margem de lucros que oferecem; 2.º) Abrirá mercados para a indústria nacional respectiva, permitindo sua expansão sem prejuízo da exploração da mais-valia interna; 3.º) Porá à disposição desta indústria as matérias-primas de que necessita, e cuja produção se espalha fora de suas fronteiras nacionais” (PRADO JÚNIOR, p. 207).

países do ocidente, após aproximadamente 25 anos desde os já mencionados acordos de *Bretton-Woods*, começam a operar a política monetária e a cambial a partir dos preceitos do chamado livre mercado, ou seja, pela não intervenção na determinação das taxas de câmbio e de juros, e de outras variáveis econômicas, por parte dos governos e pela política econômica. São as relações de produção de oferta e a demanda determinada pelas expectativas e riscos, as variáveis que ajustam as demais variáveis da economia.

Por isso, o período especificado demarca uma transição no padrão de acumulação capitalista⁶⁸: de um padrão apoiado no chamado Consenso Keynesiano, que se inicia após Segunda Guerra Mundial, para outro caracterizado pela hegemonia das finanças. Consenso este que se define, basicamente, através das políticas macroeconômicas direcionadas ao pleno emprego, pela atuação do Estado na atividade econômica fundamentado na ideia de planejamento, e nas chamadas políticas de bem-estar social. Para os países periféricos, como é o caso do Brasil, o período é marcado pelos sucessivos planos de industrialização, baseados na ideia de substituição de importações, com ampla participação estatal e que configuram o chamado desenvolvimentismo.

A partir do período de transição, o que se inicia como prática governamental basicamente em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, dilui-se por todo o mundo como a única forma de fazer frente a estagnação e a crise de desemprego pelos quais os países centrais passavam, e a crise fiscal e inflacionária associada aos países da América Latina. Em termos políticos, significaria à ascensão do chamado neoliberalismo, isto é, dos partidos e governantes alinhados a essa perspectiva⁶⁹. O retorno às ideias associadas ao liberalismo mais ortodoxo, desde os preceitos de liberalização econômica, principalmente, com Milton Friedman, Friedrich Hayek, Robert Lucas, entre outros, associando ao intervencionismo na circulação e na valorização dos capitais, a partir da regulamentação resultante do chamado “Estado Keynesiano”, direcionam, dessa forma, às razões da estagflação que se fundamentam pela combinação de baixo crescimento econômico com altos índices de inflação e desemprego. Bastaria para os adeptos das proposições desses autores, que os

⁶⁸ Alguns autores de perspectiva regulacionista utilizam o termo regime de acumulação.

⁶⁹ Os fracassos das políticas keynesianas diante da crise estrutural iniciada nos anos 1970 criaram as circunstâncias favoráveis para o restabelecimento da hegemonia da finança, por meio do monetarismo, seguido pelo neoliberalismo. (DUMENIL; LEVY, 2003, p. 32)

governos fizessem reformas na direção de desfazer qualquer barreira ao livre funcionamento e circulação do mercado (seja de capitais, seja de trabalho). Dessa forma, as economias retomariam a trajetória do crescimento⁷⁰.

O padrão de acumulação financeira que então se inaugura nos anos 1980 e se consolida nos anos 1990, pressupõe, basicamente, a livre circulação e mobilidade dos variados tipos de capitais, sem barreiras tarifárias ou fronteiriças. Uma livre circulação de um capital que se torna cada vez mais difícil de ser classificado em termos de sua nacionalidade, de sua origem, de sua área de atuação. Mas que toma o aspecto de um capital de tipo financeiro com atuação em amplitude internacional, para além de suas fronteiras nacionais. Por isso, atribui-se o nome de mundialização ou globalização financeira, esse período da história do sistema capitalista é o que perdura até os dias atuais.

A expressão “Mundialização financeira” designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados. A abertura, externa e interna, dos sistemas nacionais, anteriormente fechados e compartimentados, proporcionou a emergência de um espaço financeiro mundial (CHESNAIS, 2005, p. 12).

Os exemplos dessa transição se dão basicamente pelos efeitos das políticas de liberalização econômica, financeira e comercial, impulsionada, também, pelas inovações advindas do setor da Tecnologia de Informação que possibilitaram a expansão em se gerar e transmitir informações em escala global, assim como o encurtamento do espaço de tempo entre esses atos.

A isso veio somar-se uma dupla evolução: de um lado, um conjunto de inovações tecnológicas e financeiras esboçando aquilo que se convencionou chamar “nova economia”; de outro lado, o desenvolvimento de instituições financeiras, a exemplo dos investidores institucionais cuja influência sobre a economia é crescente. A combinação desses dois elementos – o desaparecimento de manifestações importantes da crise nos países

⁷⁰“O funcionamento da economia é padronizado para todos os países: a moeda e a taxa de câmbio precisam ser estabilizadas, as empresas públicas devem ser privatizadas, as empresas estrangeiras devem ter igualdade de condições com as nacionais, as medidas protecionistas no comércio exterior têm de ser eliminadas, no geral as regras do liberalismo econômico precisam ser obedecidas. O exemplo mais avançado desta tendência à padronização é o da União Européia; mas também os países da América Latina, mesmo quando não integram “blocos econômicos”, são exemplos marcantes.” (MIGLIOLI, 1998, p. 4).

avançados e o surgimento de novas tecnologias e instituições – desenha os contornos de uma nova fase do capitalismo. (DUMENIL; LEVY, 2003, p. 15-16).

Para o Brasil, esse processo histórico significou a interrupção do processo de substituição de importações, que tinha por objetivo, através da industrialização, alterar qualitativamente a inserção econômica do país no sistema econômico internacional. A partir dos anos 1990 se deu de forma progressiva, como já mencionada neste trabalho, às medidas de abertura comercial e financeira, e de privatizações, alterando assim a configuração e a estrutura de propriedade das empresas brasileiras.

Destacam-se outras duas questões importantes quando se trata da mundialização financeira: o surgimento de novas instituições financeiras e as novas funções que assumem algumas das já existentes neste contexto, traduzindo-se, também, em mudança na forma de atuação das empresas no mercado⁷¹.

O duplo movimento de contraposição das finanças em relação à indústria, o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e de ativos financeiros, permitiu que houvesse o surgimento de novas instituições financeiras com influência significativa de mercado, como os fundos e as gestoras de investimento, do mesmo modo que a reorientação na forma de atuação e da própria essência de funcionamento dos fundos de pensão. Para este último caso, o que a princípio se caracterizava apenas como um instrumento de poupança forçada para remuneração futura de seus assegurados. Neste momento, acrescenta-se à sua forma de atuação a característica de utilizar essa poupança com o objetivo de obter uma máxima valorização desses recursos a partir de aplicações que se realizam dentro da lógica das bolsas de valores, dos títulos da dívida pública, dos derivativos, entre outros ativos financeiros. É por isso que, como se verifica no capítulo 2, para o caso do Brasil e das empresas que compõem a nova burguesia nacional, observa-se a participação de empresas associadas à esse tipo de atividade, desde quando se trata do histórico das empresas que constituem essa chamada burguesia nacional, assim como quando é feita a referência em relação às privatizações, que contaram com a participação de diversos fundos de pensão, e que ainda tem participação acionária em várias empresas.

⁷¹ “A pressão “impessoal” exercida pelos mercados financeiros sobre os grupos industriais, através do nível comparado da taxa de juros sobre os títulos da dívida e sobre o nível de lucros industriais, deu lugar a formas novas, bastante impositivas, de interpenetração entre “finança” e “industrial” (CHESNAIS, 2003, p. 50).

A repercussão dessas mudanças atinge a própria estruturação acionária das empresas e a forma como decorre as práticas de atuação dessas no mercado. A interligação que ocorre entre as firmas que se vinculam a atividades industriais com as instituições financeiras, bancárias e não bancárias, e a própria forma de atuação que essas passam a assumir. Dessa forma, expressam os aspectos desse novo regime de acumulação em que se torna, cada vez mais, fragmentada e dispersa do campo de atuação da própria empresa, o próprio controle acionário da mesma⁷².

Nos termos dessas transformações, instituições especializadas (antes pouco visíveis) tornaram-se, pela intervenção dos mercados bursáteis, as proprietárias dos grupos: proprietários-acionistas de um tipo particular que tem estratégias inteiramente submetidas à maximização de uma nova grandeza, o “valor acionário”. Correntemente designado pelo nome de “investidores institucionais”, esses organismos (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimento) (CHESNAIS, 2005, p. 36).

Isso é o que se poderia considerar uma novidade em relação ao primeiro período de hegemonia financeira, já mencionada, ocorrida no início do século XX. Em primeiro lugar, verifica-se à alteração da própria forma dessa hegemonia, que não se concentra apenas na atuação dos bancos, mas, também, no desenvolvimento de novas instituições financeiras e nas transformações das finalidades e de forma de atuação. De forma conjunta, em que se evidenciam as reestruturações de propriedade e da estrutura acionária de empresas de vários setores, com a participação de investidores que não possuem vínculo direto com a própria empresa que ela controla, em termos do segmento ou da área de atuação dessas empresas.

Para os objetivos deste trabalho, a compreensão do processo de financeirização ganha destaque pelo local de análise, tratando-se de um país de condição colonial e marcado pelas características do subdesenvolvimento, os efeitos resultantes desse processo atuam de forma acentuada para além do aspecto econômico dado o entendimento da dinâmica da composição acionária das empresas que compõem a nova burguesia nacional e, em especial, durante os anos 1990, que incidem sobre elas. O que extrapola esse quesito econômico é a dimensão da

⁷² “No centro do regime de acumulação, que tenta impor-se mundialmente, situam-se as novas formas de concentração do capital-dinheiro (em primeiro lugar, os fundos de pensão e os fundos de aplicação financeira)” (CHESNAIS, 2003, p. 48). “A entrada de fundos de pensão e de investimentos financeiros no capital de grupos conduziu a mudanças importantes nas formas de relação e nas modalidades de entrelaçamento entre a finança e a grande indústria” (CHESNAIS, 2003, p. 50).

interpretação política e social que essas mudanças acarretam, os impactos decorrentes daí na organização das forças democráticas, populares e de esquerda, os quais são evidenciados nas teses apresentadas por Armando Boito Junior, ao propor a categorização de uma nova burguesia nacional durante o período 2003-2013, entre os governos Lula e Dilma. Ressalta-se que este tipo de perspectiva não se limita apenas aos *papers* do autor, entendendo a amplitude que o seu pensamento alcança em termos da dimensão política, pela sua inserção em diversos movimentos, sindicatos, e espaços políticos que deram sustentação a esses governos, já apresentado no começo deste trabalho, no âmbito da biografia do autor.

Da mesma forma que este mesmo autor incorre em estabelecer uma relação entre o que ocorre no âmbito político, na definição da chamada frente neodesenvolvimentista e no papel da nova burguesia nacional nela, no período contemporâneo, com o que ocorreu entre os anos de 1930-1964 com centralidade a atuação do partido comunista brasileiro, torna-se necessário recorrer às bibliografias que já no período passado apontavam para esse erro de concepção, o qual parece plausível que essas mesmas considerações possam ser utilizadas para exemplificar alguns equívocos para o período atual.

3.2 A PROBLEMÁTICA DA NOVA BURGUESIA NACIONAL A PARTIR DE CAIO PRADO JÚNIOR

3.2.1 O caráter nacional e o sentido da colonização

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende as raízes da formação do país, como já temos repetidas vezes assinaladas e é tão óbvio [...] ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio internacional em função do qual se formou e se desenvolveu. Essa é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável a penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a essa fase de seu desenvolvimento (PRADO JUNIOR, 1987, p. 117).

Os resultados apresentados no capítulo 2 demonstram que as empresas que constituem a chamada nova burguesia nacional de fato se caracterizam por possuírem dentro da sua estrutura acionária uma maioria de empresas de capital nacional. De imediato pelos próprios parâmetros de análise estabelecidos, verificar-se-ia como

correta a hipótese do autor referência quando trata sobre esse aspecto. Porém, é importante destacar que a própria ideia desse suposto caráter nacional precisa ser problematizada quando o local de análise corresponde a um país de condição colonial caracterizado pelo subdesenvolvimento, como é o caso do Brasil, e de forma acentuada, considerando o atual estado de desenvolvimento do sistema capitalista.

A maneira como o país se forma traz dois elementos muito importantes para a problematização desse caráter nacional. Primeiro, o país enquanto uma nação não é resultado de movimentos internos⁷³, seja em relação a sua estrutura geográfica, quanto social, política ou econômica. Mas sim, decorrente de elementos externos que se definem a partir do contexto da expansão ultramarina empreendida por países europeus. E que dessa forma⁷⁴,

Para se compreender o caráter da colonização brasileira é preciso recuar no tempo para antes do seu início, e indagar das circunstâncias que a determinaram. A expansão marítima dos países da Europa, depois do séc. XV expansão de que a descoberta e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu que até o séc. XIV "é quase unicamente terrestre e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem (PRADO JUNIOR, 1945, p. 6).

Portanto, a origem brasileira enquanto país e nação é resultado de um processo externo à dinâmica interna que caracterizava o território no momento daquele acontecimento (ou do chamado "descobrimento"). Desse ponto de vista, a formação e a origem do país devem ser entendidas como um dos resultados de um empreendimento estabelecido a partir das relações entre os Estados Nacionais europeus e as já poderosas e ascendentes Burguesias Nacionais desses países. Logo, o Brasil deve ser pensado do ponto de vista de seu surgimento como um grande

⁷³ Com isso queremos dizer que a mobilidade do capital em escala planetária não consolidou o mercado interno brasileiro como instância estratégica da concorrência capitalista, ou o fez em momentos descontínuos e de curta duração. Ver: (CAMPOS, 2013).

⁷⁴ Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de "descobrimientos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. É este último o capítulo que mais nos interessa aqui; mas não será, em sua essência, diferente dos outros (PRADO JÚNIOR, p. 7).

empreendimento colonial. Sendo formadas a partir de então, as suas particularidades econômicas, políticas e sociais, diante dos parâmetros advindos da coroa portuguesa e do padrão cultural de civilização da elite portuguesa e europeia.

O segundo elemento consiste no fato que as próprias elites, econômica, política e social, interna do país se formam e desenvolvem em plena identificação, associação, e reprodução desses padrões em referência aos representantes da metrópole. Logo, a própria burguesia “nacional” brasileira é formada e desenvolve-se pelos marcos de associação e identificação ao elemento externo, constituinte de nossa formação originária e que se reproduz ao longo da história. Isso também é importante de ser notado quando a própria *expertise* que conduzirá a política brasileira é caracterizada em se identificar mais com a reprodução dos mecanismos aos quais permitiram aos países centrais, de passado enquanto metrópole e não colônia, alcançar determinado padrão de civilização e desenvolvimento econômico, ao invés de se pensar a partir de um modelo que de fato reconheça e busque reproduzir as ambições e as características do conjunto da população nacional, resultantes de seu processo histórico⁷⁵.

As iniciativas de rompimento com as evidências presentes desse passado, ou resquício colonial, objetiva as iniciativas de formação de uma identidade nacional, podem ser, assim, associadas ao próprio processo de industrialização brasileira⁷⁶. A ideia de que o resquício da condição colonial é estabelecido e reproduzido a partir da dinâmica econômica, sendo que dessa se dissipa para o âmbito da dinâmica política e social, propõe também que para essa superação, seria necessário justamente ultrapassar as barreiras econômicas que reproduzem as evidências dessa condição colonial. Nesse processo é incorporada a função do Estado através da sua participação direta na economia, a partir das empresas estatais, que são criadas desde os anos 1930 até 1980 em sua maioria. Outra forma é a participação indireta a partir da formação dos grandes grupos privados nacionais, da iniciativa de concessão

⁷⁵ Este início, cujo caráter manter-se-á dominante através dos séculos da formação brasileira, gravar-se-á profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Particularmente na sua estrutura econômica. E prolongar-se-á até nossos dias, em que apenas começamos a livrar-nos deste longo passado colonial. Tê-lo em vista é compreender o essencial da evolução econômica do Brasil, que passo agora a analisar. (PRADO JÚNIOR, p. 14).

⁷⁶ Embora não seja objetivo deste trabalho, a problemática sobre a industrialização enquanto processo de rompimento com os resquícios da condição colonial, ganham importância pela forma como decorreu este processo no Brasil. Sobre o tema ver Prado Junior (2001) e a já referida tese de doutorado de Campos (2013).

de créditos e dos mecanismos de reserva e proteção de mercado a essas empresas. Participação do Estado que é caracterizada pelo termo desenvolvimentismo na literatura sobre história econômica do Brasil.

Porém, identificam-se dois limites cruciais dessa formação, em termos político-sociais e, também, econômico. O primeiro desses limites faz parte dos acontecimentos que ocorrem a partir de 1964, quando essa burguesia nacional optou por sancionar o projeto político e econômico de um governo antidemocrático (que cancela as eleições previstas para 1965), resultado de um golpe civil-militar de Estado, assumindo, então, uma posição clara de associação e dependência no contexto internacional da guerra fria naquele momento. Em segundo lugar, de forma associada à interrupção dos aspectos políticos e sociais do processo de formação nacional, a financeirização e seus efeitos decorrentes, como o já referido Plano Volcker e as mudanças na regionalização do espaço mundial e do paradigma de produção, realocam o Brasil em termos de sua inserção na economia internacional, ao retomar as perspectivas de política econômica que reafirmam as estruturas produtivas primário-exportadoras⁷⁷ como àquelas determinantes do crescimento econômico e que dinamizam a estrutura econômica interna. Além disso, acrescentam-se já nos anos 1990, as privatizações e o caráter rentista da economia brasileira, a qual será verificada de forma bastante evidente a partir do plano real⁷⁸, dada à importância recebida à dívida pública brasileira entre os ativos financeiros de destacada liquidez e rentabilidade, e no relacionamento desse sistema da dívida com o capital financeiro nacional e internacionalmente.

Esses dois pontos na história são dramáticos para os objetivos de rompimento com a reprodução dos elementos que configuram a condição colonial. Principalmente, porque tais fatos incorrerão em formar de maneira diferente dos casos convencionais dos países desenvolvidos (aqueles reconhecidamente destacados por terem feito parte como metrópole dos processos de colonização), a dinâmica das classes sociais

⁷⁷ Já no governo Figueiredo, após a tentativa frustrada do Ministro Delfim Neto em 1979 retomar o crescimento forçado da economia brasileira, este mesmo ministro direcionará a política econômica para a retomada da obtenção de altos saldos de exportação, de forma mais acentuada a partir de 1982, quando acontecem os acordos com o FMI.

⁷⁸ Sobre o caráter rentista da economia brasileira já apontado pelos pressupostos do Plano Real ver; (Almeida; Beluzzo, 1998). Este caráter rentista foi reforçado em 1999 com a adoção do chamado tripé-macroeconômico (superávit primário, câmbio flutuante, sistema de metas de inflação) como diretriz de política econômica no Brasil.

no Brasil. Em especial, no que toca os objetivos desse trabalho, em relação à caracterização de uma burguesia nacional, e principalmente a amplitude com que este tipo de concepção impacta a trajetória de atuação dos partidos de esquerda e progressistas em dois momentos da história brasileira: até 1964 como já destacamos; e, como ainda será mencionado ao final dessa seção, entre os anos de 2003 e 2016.

3.2.2 O caráter privado: o capitalismo burocrático de estado

Da mesma forma que as evidências do sentido da colonização ainda se apresentam de forma consistente nas discussões sobre o caráter nacional da burguesia brasileira, o aspecto privado ou público dessa burguesia é outro elemento que para além dos dados apresentados no capítulo 2, sugerem interpretações que permitem também problematizar à aceitação única dos resultados alcançados no âmbito da investigação da estrutura de propriedade dessas empresas. Isso se torna ainda mais claro para esse entendimento ao buscar explicações das relações entre o setor público e o setor privado, pela trajetória ao longo do desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira. Nas palavras de Caio Prado Junior,

A importância relativa, no conjunto das atividades econômicas brasileiras, desse setor híbrido em que negócios públicos e privados se entrelaçam e intimamente se combinam, é considerável. Isso se prende, de um lado, ao grande papel que o Governo federal desempenha na vida econômica do país, e relativamente a ela, como agente econômico e financeiro. E doutro, aos consideráveis poderes de que dispõe no que respeita à intervenção legal das atividades econômicas em geral [...] Essa situação deriva, em última instância, de fatores históricos que dizem respeito à própria natureza da organização econômica e social brasileira no que tem de mais profundo; e se reflete numa estrutura política e estatal em que também se conservam acentuados traços herdados de remoto passado [...] São essas circunstâncias que farão do Governo brasileiro um poderoso instrumento de acumulação capitalista privada que, pelo seu vulto e pelas condições específicas em que se realiza nitidamente se destaca no conjunto da vida econômica do país. E daí se origina uma categoria burguesa também à parte e suficientemente bem caracterizada, que se alimenta diretamente da ação estatal e das iniciativas públicas, e à custa delas se mantém e progride (PRADO JUNIOR, 1987, p. 123-124).

Desde o início de sua formação, ainda na condição de colônia, a estrutura econômica privada do país se desenvolveu em plena associação com a metrópole e com os administradores da Coroa, então situados no país. À medida que decorre o processo de independência, e depois de proclamação da república, a estrutura estatal

do país se desenvolve e, com isso, também, a dimensão de sua intervenção econômica estabelecendo as condições de surgimento e consolidação de um setor privado que vai fundamentar a sua atuação, e até mesmo a existência na articulação com as ações estatais, tanto no que diz respeito às obras e os gastos públicos⁷⁹, assim como no aspecto político, exercendo, também, influência sobre a política econômica. Essas questões se tornam bastantes evidentes, em especial, a partir dos anos 1930, dadas as iniciativas de industrialização brasileira e todas as ações governamentais decorrentes desde então.

Nesse período são iniciadas as discussões internas a própria classe empresarial brasileira, ou a burguesia nacional, sobre os modelos de desenvolvimento, entre uma perspectiva industrial e outra puramente exportadora, entre aqueles que direcionavam suas argumentações ao incentivo e a participação estatal, e outros que discordavam desse tipo de análise. Em termos da industrialização, por exemplo, tem-se na historiografia o célebre debate entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen, dois grandes representantes das classes empresariais brasileira naquele momento, com centralidade à questão do planejamento ou livre-mercado⁸⁰.

Quando se trata do debate político, tem-se as posições do Partido Comunista Brasileiro e suas teses sobre a revolução brasileira, que possibilitam, em alguns momentos, uma associação deste partido e de seus dirigentes com parte da elite empresarial brasileira, com destaque àquelas associadas à perspectiva de industrialização, inserindo relevância a participação estatal, seja criando os nichos de mercado para o desenvolvimento da estrutura privada, seja pelas políticas de subsídio

⁷⁹ “A transformação terá sido tão brusca e completa que veremos as próprias classes e os mesmos indivíduos mais representativos da monarquia, dantes ocupados unicamente com política e funções similares, e no máximo com uma longínqua e sobranceira direção de suas propriedades rurais, mudados subitamente em ativos especuladores e negociistas. Ninguém escapará aos novos imperativos da época. Os próprios governantes terão sua parte nestas atividades, e até o espetáculo de ministros e altas autoridades metidos em negócios — coisa que nunca se vira no Império — será freqüente. A primeira crise governamental logo após a proclamação da República, e que deu por terra com todo um ministério, teve por origem imediata a questão da concessão de um porto marítimo no Rio Grande do Sul, e até o presidente da República aparecerá envolvido no assunto.” (PRADO JÚNIOR, p. 155).

⁸⁰ Sobre essa discussão ver o livro “A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo”, organizado em parceria IPEA/INPES e referenciado ao final deste trabalho. As posições do partido comunista assim como as ideologias respectivas a cada campo do pensamento econômico vigente entre os anos 1930 e 1964, ver o livro de Ricardo Bielchowsky (2004).

ou de protecionismo tributário, garantindo reservas de mercado para determinados setores⁸¹.

Essa forma de relação entre o setor público e o setor privado, configura o que Caio Prado Júnior procurou definir por Capitalismo Burocrático, ganha contornos acentuados a partir do regime militar (1964-1985), nas relações que se deram nesse período entre os setores empresariais nacionais e internacionais, como base de sustentação ao então governo e, também, como participante dos principais empreendimentos constituintes tanto durante o período chamado por “Milagre Econômico”, quanto no II Plano Nacional de Desenvolvimento⁸². O importante é destacar que este mesmo tipo de relação perpetua até os dias atuais, ganhando contornos contemporâneos embora contendo os mesmos objetivos para as partes envolvidas, assim como os mesmos equívocos e problemas derivados desse tipo de relação para o conjunto da sociedade brasileira e de seus anseios.

Mesmo que a última seção do trabalho se dedique a analisar às evidências e consequências políticas desse tipo de relação, é importante apresentar de que forma esse capitalismo burocrático é caracterizado, em que este:

[...] antepara-se com o Estado que é seu intermediário e através ou com o qual age. Estado esse que pairaria acima das classes e representaria os interesses gerais do país. O capitalismo burocrático pode assim permitir-se atitudes de aparente solidariedade com os trabalhadores sem se expor diretamente e comprometer seus interesses. E dado o caso, invocar o interesse nacional e geral como cobertura do seu próprio interesse particular. Pode ainda encaixar na política que inspira e favorece uma atitude paternalista do poder público, paternalismo esse que, tradicionalmente, tem feito às vezes, no Brasil, de assistência social, e que afina perfeitamente com a posição do capitalismo burocrático, além de permitir que ele daí retire proveitos suplementares, como quando desvia para si uma parcela dos recursos com que o paternalismo se alimenta (PRADO JUNIOR, 1987, p. 125-126).

Quando se trata de analisar os dados que foram apresentados no capítulo 2, em termos do tipo de propriedade, os resultados evidenciam à predominância das empresas de capital de tipo privado em contraposição àquelas vinculadas ao setor

⁸¹ Em História Econômica do Brasil, Caio Prado Junior já destaca essa forma de protecionismo como prática governamental desde os primeiros anos do século XX, e que ganha contornos ainda mais significativos com o chamado desenvolvimentismo a partir dos anos 1930.

⁸² Importante destacar que esse mesmo tipo de relação se perpetuará até os dias atuais, ganhando contornos contemporâneos embora se constituindo dos mesmos objetivos as partes, assim com os mesmos equívocos e problemas derivados deste tipo de relação. A última seção do trabalho tratará de alguns desses assuntos.

público, há exceção de dois setores empresariais específicos que seriam o de Utilidade Pública e o de Petróleo Gás e Biocombustíveis⁸³. Como citado, quando se tratou da questão nacional, as iniciativas de industrialização ocorridas na economia brasileira, sempre contaram com participação significativa do setor privado. A participação do setor público, evidenciada com a criação de diversas empresas estatais, ficava restrita a alguns setores, sendo complementada, principalmente, pelos setores mais avançados tecnologicamente pela iniciativa privada ou nacional, em parcerias, e, também, com empresas propriamente estrangeiras⁸⁴. Essa característica resultou na formação de dois setores dentro da mesma estrutura industrial e produtiva do país. Um, com controle estatal, voltado para as chamadas indústrias de base, produtoras de bens primários e insumos de produção (classificados como bens intermediários). E outro, de controle privado, que ganhará maior notoriedade a partir das privatizações que ocorreram na década de 1990 e que, também, contam com ampla participação estatal nesse processo. As evidências dessas participações se dão pela atuação do BNDES como participante direto, seja comprando parte das ações das empresas, seja concedendo crédito para esse tipo de operação, e da participação dos fundos de pensão.

Dessa forma, por mais que o autor de referência dê centralidade à participação acionária por parte do BNDESPar, entre as empresas que compõem a chamada nova burguesia nacional, e caracterizando a enquanto tal devido a este entendimento, fica demonstrado que em primeiro lugar, as relações entre o setor público e o setor privado não demarcam um momento novo na história econômica do país, datando desde o processo colonial, perpassando o período da República e, também, tendo bastante importância durante o período conhecido por desenvolvimentista. Por mais que o BNDESPar seja a empresa que tenha o maior número de participações em relação a quantidade de empresas, em termos gerais, analisadas as empresas que compõem a nova burguesia de forma individual, por setor ou pelo conjunto dos setores, o que é verificado é a plena preponderância dos investidores privados sobre os investidores públicos em termos do controle das empresas apresentadas.

⁸³ As razões foram apontadas nas páginas 86 e 99 deste trabalho.

⁸⁴ Este talvez seja um dos elementos importantes das razões críticas de Caio Prado Júnior ao processo de industrialização brasileira, que podem ser encontradas nos já mencionados em (PRADO JUNIOR, 2001, caps. VII-IX).

3.2.3 A área de atuação

Em termos sociais, essa integração do sistema capitalista brasileiro, bem como o progresso econômico que o acompanha e de certa forma o condiciona e impulsiona, se exprimirão no advento e na configuração de uma burguesia em rápida ascensão, e que embora se constitua, como qualquer burguesia, de setores com interesses divergentes - o que é da própria natureza das atividades burguesas essencialmente concorrentes entre si - forma no essencial e fundamental uma classe homogênea e coesa que não se acha cindida internamente por contradições e oposições irreduzíveis [...] se entrelaçam assim intimamente, e conjugam seus interesses (PRADO JUNIOR, 1987, p. 116).

A análise sobre a área de atuação das empresas controladoras talvez seja a que mais suscite possibilidade de problematização junto às consequências acerca da atuação política da burguesia daí resultante.

A partir do que foi exposto sobre a atual fase do sistema capitalista, com base em Chesnais e outros autores, fica evidente que a capacidade de diferenciação dos capitais, ou das frações do capital, de acordo com a área de atuação e aos termos que foram utilizados pelo autor referência, em que essa diferenciação se daria entre a nova burguesia nacional, vinculada à indústria e ao agronegócio, em contraposição ao capital financeiro internacional, se reduz de forma significativa com o processo de globalização financeira. Dado esse, que já incorria em problemas de análise no começo do século XX, como observado por Rudolph Hilferding, Caio Prado Júnior e pelos autores que tratam do tema da financeirização, já mencionados no início do capítulo, ganha contornos ainda mais acentuados a partir da versão contemporânea dessa hegemonia das finanças. A imbricação sistêmica entre indústria e instituições financeiras altera a estrutura da composição acionária das empresas em praticamente todos os países do mundo e, também, as próprias estratégias de mobilidade dos capitais vinculados às diversas áreas de atuação. Dificulta, ou impede, em especial, para o caso das empresas constituintes da nova burguesia nacional, que seja possível de se realizar essa diferenciação de forma empírica, quando se analisa os dados que constituem a estrutura acionária das empresas.

Os próprios resultados apresentados no capítulo 2 mostram a predominância de empresas vinculadas a atividades de holding/participações no controle das ações ordinárias das empresas analisadas. Além disso, foi evidenciada, também, a relevante participação de ações em livre circulação no mercado, aquelas que não estão em

posse dos chamados investidores institucionais, a qual demonstra a fragmentação do controle acionário das empresas, dificultando dessa forma a visualização dessas como empresas estritamente vinculada à sua própria área de atuação. As empresas em que de fato é identificada a vinculação a atividade industrial, no caso as siderúrgicas e, também, a Vale, a Fibria, a Embraer, a Ambev, a JBS, e BRF, a Petrobras e a Braskem, todas são controladas ou, então, tem em sua composição acionária a participação ativa de empresas vinculadas a atividade de holding/participações, sendo pouco relevante, levando em consideração essa mesma estrutura acionária, a participação de empresas vinculadas ao tipo de atividade em que essas empresas atuam.

O mais importante nesse sentido é que, como mencionado na citação de Caio Prado Junior, embora aparentemente estes setores ainda consigam aparentar, a determinados olhos, diferenças entre sua composição e forma de atuação, no que tangem seus objetivos não há discrepância⁸⁵, havendo inclusive pela unidade, quando se vislumbra algum tipo de ameaça a posição dessas burguesias na sociedade brasileira, ou a não aceitação por parte dos governantes de determinados desígnios dessa sociedade enquanto conjunto, entendendo que “os industriais brasileiros viverão em família; família pacífica em que fraternalmente se repartem as oportunidades” (PRADO JÚNIOR, p. 199)⁸⁶. Ou seja, o fundamental é compreender a ação política dessas “burguesias” no que tange a defesa dos seus interesses de forma coesa e homogênea, e os instrumentos utilizados para tal. E acima de tudo as consequências resultantes deste tipo de atuação.

⁸⁵ Antagonismo esse que vem representando importante papel na política brasileira, e que se tem mostrado, de certa forma, altamente negativo do ponto de vista revolucionário, pois tem, senão impedido, pelo menos embaraçado a polarização das forças e tendências políticas brasileiras no plano das reformas e transformações econômicas sociais e políticas que se trata de levar a efeito (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 122).

⁸⁶ “A falta de espírito de luta e grandes aspirações na indústria brasileira (efeito das causas apontadas) se observa na facilidade com que ao primeiro sinal de dificuldades, os industriais se solidarizavam em pools e agrupamentos destinados a controlar, limitar e repartir a produção. Isto sem o menor espírito de combate ou idéia de eliminar algum terceiro, mas unicamente para usufruírem uma situação pacífica e cômoda.” (PRADO JÚNIOR, p. 199).

3.2.4 A questão política: Uma burguesia nacional progressista?

Afora tudo isso, e possivelmente mais importante ainda, o capitalismo burocrático é levado a posições que, de certa forma e numa perspectiva imediata, se aproximam das tendências progressistas e populares da política brasileira. O que pode induzir, e de fato tem muitas vezes induzido em erro as forças políticas e populares propulsores da revolução brasileira, trazendo para ele e suas ambições o apoio dessas forças (PRADO JUNIOR, 1987, p. 126).

As discussões realizadas por partidos progressistas e de esquerda sobre a composição política e social no objetivo de organizar frentes políticas, remontam à década de 1930, com centralidade ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A ideia da possibilidade de organização de uma frente nacional e anti-imperialista era apresentada por esse partido como elemento fundamental para a efetivação da construção do capitalismo brasileiro, fundado em características nacionais em que a estrutura produtiva deveria ser constituída, basicamente, de capitais de nacionalidade brasileira. Isso se constituiria como uma etapa necessária para o processo revolucionário, ou seja, para o PCB haviam, nessa época, dois obstáculos fundamentais para a ocorrência da revolução socialista no Brasil: a inexistência de bases constitutivas de um modo de produção fundamentado nas características do sistema capitalista do ponto de vista sociopolítico, isto é, uma classe burguesa que tem como contraponto uma classe operária sólida; devida às razões apresentadas no primeiro motivo, dada a inexistência do próprio sistema capitalista no sentido das bases materiais, a partir da estrutura agrária do país. Ambos constituiriam o que se costumou sintetizar nas teses sobre a herança colonial ou o entendimento de que o país, naquela época, ainda vivia sob os resquícios de uma sociedade feudal.

Nesse sentido, podem-se entender algumas das razões de vários momentos da história política brasileira em que o PCB incorre em ações de aliança a outros partidos que não, necessariamente, eram adeptos às propostas mais arrojadas do ponto de vista político e do próprio programa do partido como, por exemplo, àquelas a que se referiam à revolução socialista. Os exemplos desse tipo podem ser identificados, por exemplo, pela aliança de Luis Carlos Prestes com Getúlio Vargas em 1950; o apoio, em parte, do PCB ao governo de JK (PSD) e depois a João Goulart (PTB). Esses dois partidos, PSD e PTB, na época eram identificados pelas propostas

de caráter desenvolvimentistas, ou seja, com planos de industrialização tendo certo viés nacionalista, atuação estatal direta e indireta da forma como já foi mencionada neste trabalho, além de relevante inserção em boa parte dos sindicatos e da população urbana crescente na época.

O golpe militar de 1º de abril de 1964 impôs uma situação crítica à perspectiva de pensar na formação e existência de uma burguesia nacional, quando considerada à posição avessa dessas, em relação à institucionalidade democrática e à defesa de um projeto de desenvolvimento econômico autônomo nacional. Em síntese, o fato histórico reafirma qual é a postura política das elites locais e da burguesia nacional enquanto conjunto. Põe em evidência uma das características que impõe uma barreira à formação de uma burguesia nacional com esses princípios (democráticos e comprometidos com um projeto nacional de desenvolvimento autônomo), quando se observa que essa própria burguesia, ao sentir ameaçada por quaisquer das características econômicas, políticas e sociais, que lhe dão forma ao longo de sua história, em especial, àquelas associadas ao sentido colonial, não abrirá mão de se organizar como classe e lançar ações que levem à repressão econômica, política e social, de modo a conservar a sua posição de classe dentro da ordem social determinada pela trajetória e pelo desenvolvimento histórico do país. Assim, é preciso fazer uma primeira consideração importante sobre a referida análise do Partido Comunista Brasileiro e o fato histórico há pouco mencionado, quando se trata em pensar numa burguesia nacional⁸⁷.

No caso da tese que defende o caráter anti-feudal e antiimperialista do processo de construção da nação, Caio Prado refuta o total irrealismo de suas principais premissas: a idéia de que haveria restos feudais e semi feudais que estariam travando o processo de mercantilização da sociedade; e a noção de que existiria uma burguesia nacional, com interesses antagônicos ao imperialismo, capaz de se constituir no principal eixo de articulação da revolução burguesa. Em outras palavras, ele discorda da

⁸⁷ Antes da citação, Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior (1999) discorre sobre o eixo geral o qual Caio Prado Júnior constrói o seu pensamento e sua crítica: "Sua reflexão sobre a problemática do desenvolvimento deve ser vista como uma alternativa tanto às teses da Internacional Comunista, que defendiam a "revolução anti-feudal e anti-imperialista como único meio de superar o subdesenvolvimento, quanto às teses "modernizadoras" e "internacionalizantes" inspiradas nas teorias convencionais de crescimento e ciclo difundidas no pós guerra, que advogavam a favor da aceleração do crescimento econômico como a via mais rápida para a autodeterminação do desenvolvimento. Invertendo o procedimento que deveria orientar a análise da realidade, esses enfoques realizam uma teorização às avessas, levando à adoção de modelos abstratos e visões estereotipadas, totalmente descoladas da realidade social (SAMPAIO JR., 1999, p. 111).

interpretação da realidade latino-americana, segundo a qual "as classes e categorias sociais da nossa sociedade se reduziram ao seguinte: latifundiários e burguesia compradora, ambas ligadas ao imperialismo e contrárias à revolução. Doutra lado, proletariado e trabalhadores em geral, camponeses, pequena burguesia urbana e burguesia nacional, que seriam as forças revolucionárias (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 113).

A crítica de Caio Prado Junior às teses do Partido Comunista Brasileiro se davam justamente nessas bases, isto é, da impossibilidade de diferenciação da burguesia em frações antagônicas seja no sentido da área de atuação, seja no sentido da participação do capital nacional ou estrangeiro no processo de desenvolvimento, com centralidade à atuação política dessa burguesia, de forma coesa, enquanto classe homogênea. A crítica passa a ser consolidada quando o autor observa fundamentalmente a forma de atuação política dessa burguesia ao longo da história brasileira e aponta, sobretudo, que qualquer tentativa de formalização conceitual de antagonismos nesses sentidos encontrará a sua negação concreta na própria realidade pois

É isso que não ocorre nem se pode prenciar que ocorra, porque, embora com eventuais atritos neste ou naquele ponto, os interesses da burguesia brasileira, em conjunto, se podem perfeitamente ajustar dentro do sistema do imperialismo. Não há pois que esperar, como afirmam as teses clássicas e consagradas da revolução (de parte da esquerda) brasileira, a configuração de um setor burguês antiimperialista capaz, em conjunto e como categoria social caracterizada, de fazer frente ao imperialismo e constituir uma força revolucionária (PRADO JUNIOR, 1987, p. 120-121).

Os escritos de Caio Prado Júnior são de importante valia pelos motivos de conteúdo, fundamentado em análises consistentes sobre o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira em seus aspectos econômicos, políticos e sociais, e, também, a data em que o autor elabora seus textos. Esses motivos ganham destaque quando é observado entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, o retorno dessa mesma ideia de constituição de frentes políticas, com os mesmos elementos citados anteriormente, em países da América Latina a partir da construção de frentes políticas que se colocavam então como críticas às políticas neoliberais implementadas nos anos 1990⁸⁸. Para o caso do Brasil esse processo tem significância pelas eleições de

⁸⁸ Outros países que neste mesmo período tiveram governos identificados por essa crítica às diretrizes neoliberais, são: a Venezuela, com a eleição de Hugo Chávez em 1999; a Argentina, com Nestor Kirchner em 2003, o Uruguai com Tabaré Vazquez em 2005; a Bolívia com Evo Morales em 2005; e o Equador com Rafael Correa em 2006.

2002, no processo eleitoral que resulta na vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, à presidência da república em sua 4ª tentativa.

A importância do retorno dessa perspectiva é observada no âmbito da produção de teses sobre as condições de formação de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Nesse período autores de áreas do conhecimento como a economia⁸⁹ e a ciência política começam a dedicar suas pesquisas sobre à temática⁹⁰ que é o caso do Armando Boito Junior.

O novo ou neodesenvolvimentismo engloba, portanto, uma interpretação de uma antiga teoria para os novos tempos e, principalmente, coloca essas elaborações para fora do âmbito acadêmico, isto é, elas não ficam restritas ao âmbito acadêmico. Mas sim é fundamentalmente utilizada como parâmetro para a prática política, seja do partido do governo, seja por parte de sua base de sustentação política social que é fundamenta, para os que se dedicam em estabelecer os fundamentos dessa “nova teoria” a critério de comparação com o que já foi brevemente dito sobre as teses do PCB nos anos 1930 e 1964 com o atual contexto, no período da eleição dos governos Lula, o Brasil se encontrava

[...] em presença, portanto, de algo semelhante aquilo que os comunistas da década de 1950 imaginaram como solução para os problemas políticos e sociais do Brasil: uma frente ou aliança que unisse parte da burguesia brasileira ao movimento operário organizado (BOITO JÚNIOR, 2012, p. 74-75).

A nova-burguesia nacional, objeto de pesquisa deste trabalho de dissertação, aparece nesse momento como uma das bases da chamada frente neodesenvolvimentista que seria composta, também, pelo próprio Partido dos Trabalhadores e os demais partidos da base aliada, movimentos sociais, sindicatos, trabalhadores médios e urbanos, que se associaram aos governos petistas sejam pelo

⁸⁹ O grande expoente do chamado Novo-Desenvolvimentismo é Luiz Carlos Bresser-Pereira. Seus escritos vão se referir a temas como a macroeconomia, teoria do Estado e a questão política em torno do novo governo que ali se iniciava e durante todo o período que aqui também se menciona (2003-2013), tendo grande influência evidenciada pela quantidade de escritos sobre o tema que serão desenvolvidos por vários autores de diversos campos da ciência social. Mais sobre o autor acessar: <http://www.bresserpereira.org.br/novodesenvolvimentismo.asp>.

⁹⁰ Aponta-se ainda para outros autores. No âmbito da ciência política: Danilo Marstucelli; na economia política: Rodrigo Castelo, Plínio Sampaio Junior; na macroeconomia e desenvolvimento econômico: João Sicsu, Ricardo Carneiro, Fernando Nogueira da Costa, entre outros.

descontentamento em relação aos resultados do governo FHC, sejam pelo histórico de associação às pautas historicamente representadas pelo partido.

Dessa forma, quando considerada a base que torna possível a concretização do início do 1º governo Lula (2003-2006), que já havia incluído o partido Liberal (PL) representado na figura do vice-presidente da república, o industrial José Alencar (então presidente da Coteminas), essa expande-se ainda mais através do conjunto de alianças logo após três processos importantes: o processo eleitoral, a reforma da previdência de 2003, e de forma consolidada na reforma ministerial de 2004. Esse primeiro momento é importante de ser mencionado e analisado, quando é comparada a coligação e os apoios em 2º turno que conduziram à vitória de Lula em 2002, a votação final da reforma da previdência no Senado e a composição dos ministérios depois de então.

Quanto a coligação, além do PT e o PL, a candidatura também contou com a participação em primeiro turno do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), do Partido de Mobilização Nacional (PMN) e do PCB, e em segundo turno de uma coligação de mais 9 partidos - Partido Popular Socialista (PPS); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁹¹; Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Social Cristão (PSC); Partido Trabalhista Cristão (PTC); Partido Verde (PV); Partido Humanista Social (PHS); Partido Geral dos Trabalhadores (PGT). Após a vitória, a base do governo foi formada pelo PTB, PPS, PSB, PCdoB, PSC, PV, além da incorporação do Partido Social Liberal (PSL), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Progressista (PP).

Na votação final da proposta de reforma da previdência no Senado Federal, fica evidente na reconfiguração do bloco partidário que daria sustentação às pautas do governo de acordo com sua natureza. Nesse caso, uma pauta de pouco interesse das bases sindicais e de trabalhadores médios brasileiros, como a reforma da previdência, só foi aprovada devido a votação de 13 senadores da oposição junto ao governo e com a dissidência de 6 senadores da então base aliada⁹². Após a reforma ministerial, houve a inserção de mais um membro do PMDB, o então deputado Eunício

⁹¹ Importante mencionar que tanto o PCB, quanto o PTB, de depois dos anos 1990, é bastante diferente em relação ao que foi mencionado em relação aos anos 1930-1964.

⁹² Ver: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/498819/2003-11-27.pdf?sequence=1>; <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-12-11/governo-aprova-reforma-da-previdencia-com-votos-da-oposicao>.

de Oliveira (PMDB-CE) enquanto ministro das Telecomunicações, conhecido empresário vinculado ao agronegócio.

Em tese de doutorado em Ciência Política na Universidade de São Paulo, Borges (2013) apresenta duas tabelas que demonstram a distribuição do financiamento empresarial de campanha por área de atuação das empresas e em relação aos principais partidos.

Tabela 23 - Quantidade média de recursos empresariais doados aos candidatos dos principais partidos em 2006 a partir dos setores das empresas (R\$)

Setor	Todos	PFL/DEM	PMDB	PP	PL/PR	PPS	PSB	PDT	PSDB	PT	PTB
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.	122.081	107.924	92.916	212.213	61.442	181.597	43.032	98.333	177.567	55.134	218.662
Construção	95.874	100.689	90.083	77.943	80.375	117.839	57.209	64.239	123.781	104.949	74.892
Indústrias Extrativas, Eletricidade.	92.308	138.002	91.869	54.670	79.806	79.880	100.717	66.932	116.460	66.296	115.929
Indústria e Comércio de bens não duráveis/semi duráveis	85.317	78.271	111.735	81.959	130.733	63.261	32.384	90.128	133.232	53.643	105.660
Indústrias de transformação	74.813	70.477	64.604	73.145	122.920	74.540	155.000	73.230	93.088	47.313	135.145
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	57.206	56.605	40.021	37.714	18.400	40.126	30.000	99.756	81.446	61.584	79.461
Saúde humana e serviços sociais	48.247	43.920	44.595	11.189	20.250	135.750	72.535	60.520	51.219	12.729	89.929
Serviços em geral	47.868	35.690	77.607	32.070	48.310	28.310	17.613	34.234	52.808	52.256	70.290
Transporte, armazenagem e correio	43.375	40.038	49.335	32.519	84.833	14.500	67.768	29.720	63.769	39.727	39.457
Automóveis: Indústria e comércio; reparação de veículos	35.972	35.809	54.345	40.343	24.686	14.298	43.203	19.536	41.704	15.742	82.373
Educação	23.902	71.342	9.500	8.450	8.000	1.250	100	14.200	37.593	15.201	20.000
Saneamento, esgoto, atividades de gestão de	18.023	13.267	23.663	-	9.294	5.000	-	30.000	7.783	32.800	5.000

resíduos/descontaminação												
Associações	17.652	25.900	50.500	-	7.000	12.000	-	-	5.892	-	-	
Informação e comunicação	16.551	26.208	22.577	21.000	9.917	4.024	5.841	5.324	16.482	15.944	15.194	
Sem classificação	16.187	31.359	11.250	10.109	12.627	65.433	7.528	5.720	5.350	14.504	20.835	
Total	63.609	66.514	69.120	64.120	60.893	66.938	42.247	52.055	84.888	48.554	86.909	

Fonte: Borges, 2003, p. 99.

Se o que está se considerando, primeiramente, é o bloco de alianças que constitui a base do governo e que segundo o argumento do autor referência, existia uma contraposição entre o governo Lula e o seu antecessor em virtude dos interesses de política econômica de um governo estar associado aos interesses dos setores industriais (do setor produtivo) e do agronegócio, enquanto o governo FHC as empresas do setor financeiro, ou o Capital Financeiro Internacional, a análise dos dados da tabela aponta para importantes conclusões acerca dessa discussão. Observa-se a diversificação da relação entre grupos empresariais e partidos políticos, verifica-se em todos os partidos, quando considerados individualmente (e para a tabela se tratando dos principais referentes tanto da base do governo quanto da oposição), que há pouca distinção em termos de financiamento entre a própria base do governo e da oposição, isso quando analisados enquanto um grupo de partidos. Possivelmente isso ocorre por questões como contratos com a administração pública em andamento e outros. A classe empresarial atua no sentido de promover ou patrocinar os partidos que compõem a base do governo. Assim, os mesmos votarão também de acordo com os interesses que se estabelecem nessa relação entre a base de sustentação política (que inclui estes financiadores) e a política econômica do governo.

Em segundo lugar, possivelmente, as empresas desses mesmos setores da atividade econômica também financiam as candidaturas vinculadas à oposição, buscando estar em posição assegurada para que caso a qualquer momento o processo político incidir na alteração nas estruturas de poder político isso altere apenas a composição de governo. A figura do partido político na função presidencial, mas não a composição do bloco no poder, que, a princípio, mantém a sua reprodução neste espaço. Dessa forma, apontar o surgimento de uma nova burguesia nacional, que disputaria espaço dentro do bloco no poder e que, com isso, também atuaria no

sentido de promover à estabilidade e às conquistas políticas da frente neodesenvolvimentista enquanto membro desta, torna-se um equívoco quando não apenas tem a funcionalidade retórica de tentativa de distinção daquilo que é indistinguível, no caso das frações e das posições políticas das burguesias.

Tabela 24 - Distribuição por posição no governo em 2006

	%	Por Candidato (R\$)
Governo	56%	303.268
Oposição	43%	425.049
Outros	1%	124.530
Total Geral	100%	339.382

Fonte: Borges, 2013, p. 95.

Os dados apresentados por Borges referem-se às eleições de 2006 e é, justamente, no segundo mandato que se identifica o movimento em que a nova burguesia nacional vai se associando ao governo Lula. Da mesma forma que Armando Boito Junior vai desenvolver as suas teses de forma gradual: de uma posição de negação dessa categoria, entre 2003 e 2004, para a sua formalização (2004-2007) e consolidação (2007-2013). Essa trajetória é evidenciada nos textos, como tratados no capítulo 1 desta dissertação. A representação política dessa burguesia no parlamento estará também consolidada à medida que o governo Lula, em especial durante o seu 2º mandato, apresentará resultados econômicos e sociais que lhe concederão uma aprovação popular de 83% no final do mandato em 2010⁹³

Quando se observa os fatos mais recentes⁹⁴, relativos aos anos de 2014 a 2016, ao que parece, adotando outro viés de análise, o contexto que se localizam os

⁹³ De acordo com o Data Folha. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>.

⁹⁴ De maneira muito similar para o período atual: “consumou-se com isso a unificação dessas forças com o capital burocrático, o que de um lado fortaleceu apreciavelmente um setor da burguesia tanto ou mais reacionário que seu concorrente (pelo menos e certamente muito mais perigoso porque embaçado e disfarçado); e de outro lado, embaraçou e perturbou o processo de polarização das forças efetivamente revolucionárias, as quais se viram envolvidas em alianças espúrias que as comprometem gravemente, lhes toham a liberdade de movimentos, e dificultam a determinação de uma linha programática firme, coerente e independente para a ação política revolucionária [...] É claro que daí não pode resultar uma administração a altura das necessidades do país e de sua população, [...] além dos prejuízos de ordem geral que ocasiona, ainda tem outra consequência de ordem política da maior gravidade para os fins da revolução. É que já existe certa consciência popular no que respeita à presença e à atuação do capitalismo burocrático, bem como da grande parcela de responsabilidade

governos Lula e Dilma estaria propondo, na verdade, a atualização do pensamento proposto por Caio Prado Júnior, quando tratou de analisar processo semelhante, conforme afirmação já referida do próprio Armando Boito Junior, no tempo passado.

A burguesia nacional, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um destes mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico capitalismo progressista, o apoio das forças políticas populares e de esquerda. O anti-imperialismo tem no Brasil outro conteúdo e outras bases que interesses específicos da burguesia ou de qualquer de seus setores (PRADO JUNIOR, 1987, p. 121).

À medida que o Governo Dilma Rousseff vai se realizando ao longo do mandato, a realidade concreta começa a novamente manifestar fragilidade na argumentação da existência dessa nova burguesia nacional e de seu caráter político, enquanto componente da chamada frente neodesenvolvimentista. Embora tenha herdado uma base aliada ainda maior e uma aprovação de governo que mais se dava pela herança do governo anterior, pelos efeitos da inserção da economia brasileira no espaço econômico mundial, pela intensificação da crise econômica advinda da recessão europeia mundialmente e de intensificação do descontentamento e crítica por parte da população, começam a colocar em questionamento o conjunto de medidas de política econômica que até então garantia o apoio da base de sustentação política, tanto no parlamento quanto no âmbito social do governo.

As eleições de 2014 evidenciam um momento crítico tanto no sentido econômico, já em junho, quanto no aspecto político social, tendo início neste momento a chamada operação lava-jato que vai investigar as relações entre o corpo político parlamentar e partidário, empresas privadas (em especial empreiteiras), com a Petrobras, incorrendo em prisões de uma série de diretores e proprietários das empresas, assim como parlamentares do partido do governo e da base. Após a difícil vitória eleitoral, a frente neodesenvolvimentista acentua as evidências de seus sinais de desgaste. Em termos do congresso nacional, o governo não conseguirá aprovar

que cabe a essa presença e atuação pela deficiência e insuficiência da administração pública, tão sentidas e sofridas pelo país [...] suficiente para despertar o descontentamento de largas camadas da população contra o que considera – e realmente a justo título – o favoritismo e a corrupção [...] Decorre daí o grande prestígio popular do moralismo, prestígio de que se têm valido as forças reacionárias do país [...] (PRADO JUNIOR, 1987, p. 128).

uma série de medidas do conjunto de ajuste fiscal, acirrando ainda mais a recessão econômica e a disputa política, quando em julho de 2015 começa a tomar forma a possibilidade da presidente da República ser enquadrada em processo de impeachment. Processo esse que se concretiza em Maio de 2016, abrindo um novo contexto econômico político e social sobre a realidade brasileira, em especial para o campo político progressista e de esquerda.

E dessa forma, por tudo que a história e o próprio Caio Prado Júnior já apontavam para as decorrências deste tipo de estratégia, cabe se fazer as seguintes perguntas:

Há mister para a complementação daquela teoria, de uma burguesia progressista capaz de figurar como aliado burguês da revolução. E por isso as ocasionais coincidências entre as posições do capitalismo burocrático e as forças realmente progressistas da política brasileira [...] Realmente é isso que vem ocorrendo no que respeita a orientação política de esquerda no Brasil [...] É isso que levou o capitalismo burocrático à aliança e ao apoio das forças populares e de esquerda, que aceitaram essa aliança sem maior exame e com a simples atribuição a seus aliados, da qualidade consagrada de progressistas. Não foi, contudo, investigado em que consistia esse progressismo, nem se procurou analisar as reais características socioeconômicas e profissionais dos elementos burgueses que assim se aproximavam da esquerda. O simples fato da aproximação já valeu, por si só, de diploma de progressismo... Ingenuidade e inexperiência? Oportunismo? (Prado Junior, 1987, p. 127).

Este capítulo teve por objetivo apresentar elementos que possibilitassem criticamente estabelecer uma relação entre a hipótese do autor, os resultados da pesquisa apresentados no capítulo 2, com as argumentações dos autores que tratam do tema da financeirização e Caio Prado Junior, importante estudioso da historiografia brasileira.

Como se tentou a demonstrar, por mais que exista um esforço no sentido retórico do autor de referência em estabelecer diferenças entre o governo Lula e o governo FHC no que se refere as estruturas de apoio e a configuração de uma nova burguesia nacional, este esforço se esvai, seja nos argumentos teóricos ou na própria realidade concreta com que essa experiência da frente neodesenvolvimentista teve seu fim, e as consequências políticas e sociais de se ter adotado uma estratégia política por essa via, por mais que a própria história já tivesse demonstrado os possíveis resultados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar criticamente as teses desenvolvidas por Armando Boito Júnior durante a sua trajetória de pesquisa entre os anos de 2003 e 2013 sobre a temática das classes sociais e do poder político com centralidade ao entendimento de que durante os governos Lula e Dilma teria ocorrido a ascensão, ou o surgimento de uma nova burguesia nacional.

Considerados os parâmetros de análise do autor, a partir da pesquisa empírica sobre a composição acionária das empresas e os escritos dos autores que tratam da financeirização assim como Caio Prado Júnior, nota-se que as teses apresentadas não foram consistentes quando postas a prova tanto da realidade concreta dos fatos, quanto também no aspecto teórico. Isso se torna evidente no período mais recente entre 2014 e 2016, quando a frente neodesenvolvimentista e o governo do Partido dos Trabalhadores tem o seu fim, por iniciativa da própria nova burguesia nacional que opta, junto com os ex-partidos da base aliada, em reorganizar as forças políticas em torno da antiga oposição, que seria, até então, representante antagônica dessa fração da burguesia, pela associação ao chamado capital financeiro internacional.

O atual momento histórico, político e social o qual se encontra a sociedade brasileira, permite com que se faça análise e autocríticas acerca das concepções que fundamentavam a prática política de partidos progressistas quando estavam no governo. E principalmente se coloca como importante do ponto de vista de se elaborar novas estratégias de organização do campo político de esquerda.

REFERENCIAS

AMBEV. *Homepage* institucional. Disponível em: <<http://www.ambev.com.br/>>. Acesso em: 10/11/2016.

ARRUDA, Marcos. **Cartas a Lula: Um outro Brasil é possível**. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2006.

ASSAF-NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA (ABQUIM). **A privatização no setor químico**. São Paulo, jan. 1998. Disponível em: <<http://abiquim.org.br/restrito/esd/privatizacao.pdf>>. Acesso em: 15/10/2016.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Empresas Privatizadas no âmbito do PND por ano**. Disponível em: <www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/pnd_empresasdesestatizadas.pdf>. Acesso em: 08/10/2016.

_____. **Privatização no Brasil: 1990-1994; 1995-2002**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/Conhecimento/pnd/Priv_Gov.PDF>. Acessado em: 05/10/2016.

BIELCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOITO JUNIOR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 17, 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/ifch-unicamp/20121129113308/Governo_Lula.pdf>. Acesso em: 03/05/2015.

_____. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: Gerardo Caetano. (Org.). **Sujeto sociales y nuevas formas de protesta em la historia reciente de América Latina**. 1 ed. Buenos Aires: Clacso, 2006, v.1, p. 271-297. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/caeta/PIICdos.pdf>>. Acesso em: 06/05/2015.

_____. A burguesia no Governo Lula. In: Eduardo M. Basualdo y Enrique Arceo. (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes – tendências globales y experiências nacionais**. 1 ed. Buenos Aires: 2006, v. 1, p. 237-265. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C07Boito.pdf>>. Acesso em: 08/05/2015.

_____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política (UFPR)**, v.28, p. 57-73, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a05n28.pdf>>. Acesso em: 10/05/2015.

_____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JUNIOR, Armando; GALVÃO, Andréia (Org.). **Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo. Alameda, 2012, p. 67-104.

_____. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: 9º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas. 2012. São Paulo. **Outra**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20/05/2015.

BOITO JUNIOR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política (UFPR)**, v. 21, p. 31-38, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000300004>. Acesso em: 18/05/2015.

BM&F-BOVESPA. **Ações**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/acoes.htm>. Acesso em: 20/11/2016.

_____. **Classificação Setorial**: Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/acoes/classificacao-setorial/>. Acesso em: 20/11/2016.

_____. **Segmentos de Listagem**: Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem>. Acesso em: 20/11/2016.

_____. **Empresas Listadas**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 23/11/2016.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. **Candidatos, partidos políticos e interesses empresariais**: um estudo sobre o financiamento empresarial de campanhas para Deputado Federal. 2013. 182 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24092013-104223/pt-br.php>. Acesso em: 10/10/2016.

BRASIL. Lei nº 8.031 de 12 de Abril de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm>. Acesso em: 10/09/2016

BRASIL. Lei nº 9.491 de 9 de Setembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm>. Acesso em: 10/09/2016

BRASIL. Decreto nº 1.510 de 1º de Junho de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1510.htm>. Acesso em: 09/09/2016.

BRASIL. Lei nº 3.890-A de 25 de Abril de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3890Acons.htm>. Acesso em: 08/09/2016

Brasil. Lei nº 2.004 de 3 de Outubro de 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2004.htm>. Acesso em: 08/09/2016.

Brasil. Lei nº 9.748 de 29 de Janeiro de 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9784.htm>. Acesso em: 08/09/2016.

BRAZIL FOODS S.A. Relação com Investidores: composição acionária. Disponível em: <http://ri.brf-global.com/default_pt.asp?idioma=0&conta=28>. Acesso em: 23/11/2016.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *Homepage*. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/>>. Acesso em: 07/07/2016.

BRITO, Osias Santana de. **Mercado Financeiro**: estruturas, produtos, serviços, riscos, controle gerencial. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRUNHOFF, Suzanne de; CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1999.

BURLE, Lauro Lobo. A política de comércio exterior e a abertura do mercado de capitais: 1990-92. **Revista de Administração Pública - Fundação Economia e Estatística (FEE)**. v. 27, n. 3, p. 97-112, 1993. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/396/628>>. Acesso em: 30/06/2015.

CAMPOS, Fabio Antonio de. **A arte da conquista**: O capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em:

<www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000472053>. Acesso em: 30/10/2016.

CAVALCANTE, Franciso; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de Capitais**: o que é e como funciona. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Instrução nº 369 de 21 de junho de 2002**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/inst/inst369.html>>. Acesso em: 11/10/2016.

_____. **Instrução nº 379 de 14 de Novembro de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/inst/inst379.html>>. Acesso em: 13/10/2016.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. Composição Acionária. Disponível em: http://ri.csn.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=59694: 21/11/2016.

CPFL ENERGIA. Estrutura Societária. Disponível em: <<http://cpfl.riweb.com.br/show.aspx?idCanal=K5unA/jimUN2FKvo+Z98Xw==>>. Acesso em: 24/11/2016.

ECONOINFO. *Homepage*. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br>>. Acesso em: 26/11/2016.

_____. Posição acionária Companhia Siderúrgica Nacional. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br/governanca-corporativa/posicao-acionaria?codigoCVM=4030>>. Acesso em: 23/11/2016.

_____. Posição Acionária Metalúrgica Gerdau. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br/governanca-corporativa/posicao-acionaria?codigoCVM=8656>>. Acesso em: 23/11/2016.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**: produtos e serviços. 17 ed. Rio de Janeiro, qualymark, 2008, 864 p.

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Curriculum Pesquisador Associado Armando Boito Junior. Disponível em: <http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/32355/armando-boito-junior/>. Acessado em:

GERDAU. Estrutura e Governança Corporativa. Disponível em: <<http://ri.gerdau.com/static/ptb/estrutura-governanca-corporativa.asp?idioma=ptb>>. Acesso em: 23/11/2016.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5 ed. 1991.

LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; PIMENTEL, Rene Coppe. **Curso de mercado financeiro: tópicos especiais**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIGLIOLI, Jorge. **Globalização uma nova fase do capitalismo?** Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/debate16Debate5.pdf>. Acesso em: 25/09/2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MDIC). Estatísticas de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/empresas-brasileiras-exportadoras-e-importadoras>>. Acesso em: 12/10/2016.

OLIVEIRA, Raphael Rodrigues de. **Do antigo ao novo-desenvolvimentismo: aspectos históricos e críticos a ideologia do desenvolvimento no Brasil (1930-2014)**. Trabalho de Monografia, 2014. 102 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014a.

_____. O retorno a utopia da revolução e da burguesia nacional: aspectos críticos ao Novo-Desenvolvimentismo a partir de Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior. In: IX Encontro Nacional de Política Social e II Encontro Internacional de Política Social. 2014b. Vitória. **Anais**. Vitória. CD-Rom.

OLIVEIRA, Raphael Rodrigues de; ABDALLA, Naiara Rocha Guerrieri. Quatro pontos para reflexão sobre as tendências das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. In: Encuentro Sociedade Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico (SEPLA). 2015. Ciudad de México. **Anais eletrônicos (Ponencias)**. Ciudad de México. Disponível em: <<http://encuentrosepla2015.wixsite.com/ppal>; <https://mega.nz/#!udcAEJDZ!9g2jlyNF-sNOUIBvHcvF13UEQiB5TiMMbc9Jzene8xs>>. Acesso em: 25/10/2016.

PLATAFORMA LATTES. Curriculum Lattes de Armando Boito Júnior. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783117A3>>. Acesso em: 09/09/2016.

POULANTZAS, Nico. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PRADO JUNIOR. **História Econômica do Brasil.** Disponível em: <http://resistir.info/livros/historia_economica_do_brasil.pdf>. Acesso em: 20/10/2016.

_____. **Formação Econômica do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **A revolução brasileira.** 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **História e desenvolvimento:** a contribuição da historiografia para a teoria e a prática do desenvolvimento brasileira. São Paulo: Brasiliense, 5 ed. 2001.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio Soares de Arruda. **Entre a nação e a barbárie.** 1999. 299 f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000122819>. Acesso em:

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei nº 204. Ano 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/24/aprovado-projeto-que-desobriga-petrobras-a-participar-do-pre-sal>>. Acesso em: 11/07/2016.

SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira:** coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

SKIDMORE, Tomas E. **Brasil:** de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **E. Brasil:** de Getúlio a Castelo, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9 ed. 1988.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 11 ed. 1983.

TONIN, Julyerme Matheus; RIBEIRO, Oscar Felipe Rodrigues. **Análise da Concorrência Bancária no Brasil Pós Plano Real.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/21758085.2010v13n2p59/19820>>. Acesso em: 12/09/2016.

USIMINAS. Principais Acionistas. Disponível em: <<http://ri.usiminas.com/ptb/principais-acionistas>>. Acesso em: 22/11/2016.